

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ENGENHARIA BIOFISICA

INTEGRAÇÃO DO
PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE NA
CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Trabalho de fim de curso

realizado por:

Catarina de Lancastre Ponce Álvares

Évora 2002

Este trabalho não inclui as observações e críticas feitas pelo júri.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ENGENHARIA BIOFISICA



IMPLEMENTAÇÃO DA
CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL
NO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE

estudo co-financiado por Programa PORA/AINA



PNSSM - ICN



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os que contribuíram, apoiaram e incentivaram o meu trabalho, em especial:

Ao meu Professor e Orientador Científico, Professor Doutor João Paulo Tavares de Almeida Fernandes;

À minha Professora e Amiga, Engenheira Isabel Ramos;

Ao Director do Parque Natural da Serra de S. Mamede, Doutor Rui Santana Correia;

À Vice Presidente do ICN, Doutora Maria João Burnay;

A todos os Técnico do Parque Natural da Serra de S. Mamede;

À minha amiga e colega de estágio Deolinda Pimentel Colaço;

Aos meus companheiros de curso, em especial ao Grupo dos 8;

Por último mas não menos importante, à minha Família.

NOTA PRÉVIA	8
INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	12
I - APRESENTAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE	
1. Principais Objectivos de Conservação	15
1.1. A criação do PNSSM	15
1.2. O Turismo associado ao Desenvolvimento Sustentável	18
2. Caracterização do PNSSM	26
2.1. Localização	26
2.2 Caracterização Biofísica	27
2.2.1. O Relevo	27
2.2.2. A Geologia e a Geomorfologia	28
2.2.3. Os Solos	30
2.2.4. O Clima e a Vegetação	32
2.2.5. A Fauna	35
2.2.6.Os Principais Factores de Ameaça	
do Património Natural	37
2.3. Caracterização Sócio-económica	40
2.3.1. Análise Demográfica	41
2.3.2. Análise das Actividades Económicas	44
2.3.3. Actividades Turísticas enquanto meio de	
Desenvolvimento Local	46
II- ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DA CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE	
1. Uma oferta turística sustentável	52
1.1. Conflitos com o Ambiente	52

1.2. Capacidade de Carga natural e social	54
2. Princípios Orientadores para o Desenvolvimento de um Turismo Sustentável	60
3. Potencialidades e Recursos para o Desenvolvimento de um Turismo Sustentável	62
3.1. Principais Potencialidades e Características do PNSSM	62
3.2. Caracterização da Oferta de Infra-estruturas e Equipamentos Turísticos	67
3.2.1. Alojamento	68
3.2.2. Restauração	70
3.2.3. Equipamentos e Infra-estruturas Desportivas	71
3.2.4. Infra-estruturas das Actividades Culturais	72
3.2.5. Empresas de animação turística e operadores turísticos	74
3.2.6. Estrutura do PNSSM	75
 III - FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA A ADOPTAR NO PNSSM	
1. Estruturação da Estratégia	76
2. Apresentação da Estratégia	77
2.1. Desenvolver uma Política de Qualidade	79
2.2. Controlar e Gerir a Frequência turística	84
2.3. Promover e Desenvolver uma Estratégia de Marketing	89
2.4. Formar, Educar e Sensibilizar	93
2.4.1. Interpretação Ambiental	94
2.4.2. Educação Ambiental	97
2.4.3. Formação Profissional	101
2.5. Proteger e Valorizar o Património	105
2.5.1. Património Natural	106
2.5.2. Património Cultural	110
2.6. Apoiar a Economia Local e Melhorar a Qualidade de Vida dos Habitantes	113
3. Implementação da CETSAP junto das Empresas e Operadores	

Turísticos da Região	118
3.1. Historial da implementação da CETSAP junto das Empresas e Operadores turísticos da região	118
3.2. Estratégia para a implementação da CETSAP junto das empresas e operadores turísticos da região	123
4. Operacionalização da Estratégia	126
 REFLEXÃO CONCLUSIVA	 129
 NOTA FINAL	 132
 BIBLIOGRAFIA	 133
 ANEXOS	 143
 Anexo I – Avaliação Prévia do PNSSM	 144
Anexo II – Programa de acção do PNSSM	185
Anexo III – Documentos fornecidos as empresas e operadores turísticos	271
Anexo IV – Avaliação das propostas de adesão das empresas e operadores turísticos	297

NOTA PRÉVIA:

No âmbito do protocolo estabelecido entre o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o ICN promove anualmente a realização de estágios no domínio das suas competências, os quais podem assumir a forma de estágios curriculares ou profissionais, com o objectivo, respectivamente de complementar a formação e de fomentar a especialização de técnicos com o grau de bacharelato ou licenciatura.

No seguimento da adesão do Parque Natural da Serra de S. Mamede (PNSSM) à Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas (CETSAP), foi criado um estágio profissional na área das ciências naturais, com o objectivo de realizar um “Contributo para a implementação da CETSAP no PNSSM”. O relatório em apreço, é o resultado de um ano de estágio no PNSSM.

A Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas foi elaborada com o intuito de promover um turismo compatível com os objectivos de conservação do ambiente. A ideia surge após uma primeira reflexão por parte da Federação Europarc em 1991 que deu origem ao relatório “*Loving them to death?*”¹.

¹ FEDERATION OF NATURAL AND NATIONAL PARKS OF EUROPE (1997)

Este projecto faz parte das prioridades do programa de acções –“Parks for Life”² – da União Mundial para a Natureza e segue igualmente os princípios enunciados na Carta Mundial de Turismo Sustentável elaborada em Lanzarote em 1995.

O projecto foi inicialmente implementado em 10 parques³ distribuídos por 6 países europeus. O Parque Natural da Serra de S. Mamede aderiu posteriormente à CETSAP, em Abril de 1999, no seguimento de contactos estabelecidos com a Federação de Parques Naturais e Regionais de França.

² IUCN (1994)

³ ÁUSTRIA – Hohe Tauern National Park

GRÃ BRETANHA – Exmoor National Park e Broads Authority

FRANÇA – Northern Vosges Regional Natural Park e Cévennes National Park

ITÁLIA – Alpi Marittime Natural Park e Abruzzes National Park

ESPANHA – Sierras de Cazorla Segura y las Villas Natural Park e Zona Volcanica de la Garrotxa Natural Park

BÉLGICA – Hautes-Fagnes Eifel Natural Park

INTRODUÇÃO

O documento que se segue tem como objectivo expor os trabalhos e diligências já efectuados para a concretização da proposta de intervenção no território com vista à melhoria do desenvolvimento das diferentes práticas turísticas, assim como definir a estratégia de actuação para os próximos 5 anos (2001 – 2006).

O presente relatório é composto por três capítulos e ainda de anexos com documentos que traduzem propostas de metodologias necessárias à implementação de alguns itens do plano de acção da CETSAP, elaboradas durante o presente estágio.

No primeiro capítulo realiza-se uma **Apresentação do PNSSM**, expondo os seus principais princípios de conservação e realizando uma **Caracterização biofísica** e um **Diagnóstico sócio-económico** do território onde se encontra inserido. Pretende-se justificar em que medida as áreas protegidas estão e devem ser implicadas num projecto de **Turismo Sustentável**, e como o estabelecimento de parcerias é essencial para o seu sucesso. Há que ressaltar o facto da caracterização biofísica e diagnóstico sócio-económico pretenderem apenas fazer um enquadramento da actual situação do território, sendo a sua abordagem de carácter genérico⁴.

⁴ Estão actualmente a ser desenvolvidos projectos – Plano de ordenamento do PNSSM; e Plano de Aproveitamento Turístico do PNSSM - onde estes assuntos são tratados com mais profundidade.

O segundo capítulo foca a problemática da **Oferta Turística** existente na região, sendo prioritariamente discutida a sua integração e acção no território do parque, mais especificamente os impactes negativos que podem resultar das actividades turísticas para o ambiente. Achou-se pertinente abordar a questão da **Capacidade de Carga Natural e Social**. É igualmente realizada uma apreciação da oferta existente em infra-estruturas e equipamentos turísticos.

No terceiro e último capítulo, apresentam-se as conclusões da **Avaliação Prévia** efectuada ao território, baseada na metodologia fornecida pela Federação de Parques Naturais e Nacionais Europeus, bem como a **Estratégia de Actuação** para o PNSSM e o respectivo **Plano de Acção** para os próximos 5 anos.

Por outro lado faz-se um breve **Historial** da forma como se tem orientado a implementação da CETSAP junto das empresas e operadores turísticos, e respectiva estratégia de actuação.

A concretização deste projecto é importante para reforçar o facto de que é premente consolidar atitudes e responsabilidades no sentido de conservar o nosso património - seja natural, construído ou sócio-cultural - de uma forma sustentável.

Afinal estamos a falar dos nossos capitais mais ricos!

METODOLOGIA

Para o atingir dos objectivos implícitos à CETSAP foi imprescindível adoptar uma metodologia que nos permitisse conhecer o território, as suas potencialidades e limitações, assim como estipular as acções prioritárias a serem implementadas na região.

A metodologia adoptada assenta no princípio – conhecer, intervir e dinamizar o território com vista a um desenvolvimento sustentável.

Foram definidas três fases:

1ª FASE

Conhecer o território

Identificar o património natural, paisagístico, ecológico, construído, histórico, cultural, social e económico da região;



Identificar as potencialidades e os estrangulamentos do território;



Efectuar a avaliação prévia do território com vista a identificar quais as áreas prioritárias de

actuação a fim de atingir os objectivos da CETSAP.



2ª FASE

Definir a estratégia de actuação

Identificar as entidades públicas presentes na região do PNSSM com intervenção directa no território;



Identificar as iniciativas já realizadas, em fase de elaboração ou programadas no território que possam contribuir para a concretização do projecto CETSAP;



Definir acções concretas, que possam ser realizadas pelos órgãos públicos, directamente implicados no território do PNSSM;



Preparar e divulgar o programa de acção, tendo presente os objectivos da CETSAP.



3ª FASE

Estabelecer um trabalho em parceria

Identificar as empresas e operadores turísticos
que possam integrar o projecto CETSAP;



Identificar os agentes públicos e privados cuja
actividade esteja direccionada para o
desenvolvimento da região;



Estabelecer um trabalho em parceria com as
diferentes entidades de forma a atingir os
objectivos da CETSAP.

Para a concretização deste projecto assumiu-se como essencial, a criação de uma
Comissão de Acompanhamento que coordene a elaboração do plano de acção e
a implementação e monitorização das acções propostas.

I - APRESENTAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE

1 - PRINCIPAIS OBJECTIVOS DE CONSERVAÇÃO

1.1 - A Criação do PNSSM - seus objectivos e princípios de actuação

Com o objectivo de assegurar a conservação da natureza, aumenta por todo o mundo o número de áreas com estatuto legal de protecção, destinando-se a desempenhar um papel preponderante na manutenção do equilíbrio e na preservação de habitats e de espécies selvagens.

As áreas protegidas existentes em Portugal, classificadas como Parques Naturais, são espaços humanizados. Não podemos esquecer que o nosso País é caracterizado por ser um território onde o homem habita há muito, e onde este impôs um forte uso agrícola, que ao longo dos anos foi alterando a paisagem original.

A criação do Parque Natural da Serra de S. Mamede, em 14 de Abril de 1989⁵, teve por base a realização de diversos estudos que demonstraram a sua importância no que se refere ao património natural - a nível geomorfológico, paisagístico, faunístico e florístico; e ao património sócio-cultural - uma área

⁵ Pelo decreto-lei nº121/89

bastante humanizada cuja identidade da paisagem se encontrava ameaçada em consequência do desaparecimento gradual dos sistemas tradicionais de utilização do solo e a sua substituição por outros, por vezes incompatíveis com a conservação da natureza e com a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade.

O PNSSM tem como objectivo primordial a conservação, abordada nas suas diversas vertentes – natural, social, cultural e económica. Assim foram estipulados os fins específicos de actuação⁶, que passamos a referir:

“a) Promover a protecção e o aproveitamento sustentado dos respectivos recursos naturais e turísticos, bem como a conservação e promoção dos demais valores naturais, científicos e culturais, especialmente os seus elementos geomorfológicos, faunísticos e florísticos, os habitats necessários à conservação da fauna e flora, os valores arquitectónicos e as paisagens humanizadas;

b) Promover, de uma forma ordenada e equilibrada, o desenvolvimento económico, social e cultural da região e, em especial, das populações rurais, nomeadamente incentivando e apoiando as ocupações tradicionais do território;

⁶ Artigo 3º do decreto-lei nº121/89

c) Promover o ordenamento do território em causa, de forma que o seu uso seja conforme com os fins referidos nas alíneas anteriores;

d) Promover a divulgação dos valores naturais, paisagísticos, culturais, estéticos e científicos da área, nomeadamente criando condições adequadas à visita ordenada do Parque Natural para fins recreativos e científicos.”⁷

As prioridades de acção do PNSSM podem ser resumidas a um enunciado, - a necessidade de conciliação e equilíbrio entre o Homem e a Natureza - o que incontestavelmente faz com que os diversos projectos e planos de intervenção implementados no território, tenham o objectivo de proporcionar um desenvolvimento sustentável.

Com este intuito têm sido desenvolvidos e implementados instrumentos, estudos e projectos em parceria com outras entidades. Todavia, e tendo em conta que aqui abordamos mais especificamente a temática do desenvolvimento turístico sustentável para a região, podemos destacar os seguintes: o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede (em fase de consulta pública); o Plano de Desenvolvimento Turístico do Norte Alentejano; o Estudo

⁷ Os objectivos aqui expostos vão ao encontro da definição de Parques Naturais enunciada pela Federação de Parques Naturais da Europa, na reunião de conselho realizada em Janeiro de 1987 em Paris, em que os descreve como “(...) zonas protegidas constituídas por grandes paisagens moldadas pelo homem. De estruturas muito variadas, produto de acções alternadas do homem e da natureza, em que a sua diversidade e a sua beleza necessitam de protecção. São espaços que devem estar abertos ao recreio e submetidos a medidas de conservação que mantenham prudentemente as formas de utilização do solo e preservem as paisagens.”

de Aproveitamento Turístico do PNSSM (em fase de conclusão), e a Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas.

1.2.O Turismo associado ao desenvolvimento sustentável

As áreas protegidas são hoje em dia espaços de grande atracção para o desenvolvimento de actividades turísticas, apresentando uma procura forte e um oferta cada vez mais diversificada⁸.

É sabido que o turismo enquanto sector de actividade pode proporcionar desenvolvimento às regiões, sobretudo quando estas apresentam certa debilidade no tecido sócio-económico (ALBINO; 2000).

Sendo actualmente as áreas protegidas um destino turístico privilegiado, foi urgente garantir um correcto ordenamento e usufruto desses espaços, assim como pôr em prática as recomendações políticas internacionais e nacionais face à problemática da relação turismo/ambiente, e simultaneamente assegurar que o turismo contribua para o desenvolvimento sócio-económico das populações residentes.⁹

⁸ Que nem sempre vão ao encontro dos princípios de conservação e desenvolvimento local advogados pelo PNSSM.

⁹ Referido nas conclusões do Iº Congresso do Turismo Sustentável em Áreas de Montanhas que se realizou em 1998 em Portalegre

Em Portugal já se deram importantes passos nesse sentido¹⁰, nomeadamente com a implementação na Rede Nacional das Áreas Protegidas, do Programa Nacional de Turismo da Natureza¹¹. Este tem como intuito a promoção e criação de uma oferta integrada de produtos de recreio e turismo que estejam enquadrados nos objectivos de conservação de cada área protegida.

Assim, a Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas (CETSAP), vem ao encontro das necessidades já há muito sentidas no território que congrega o PNSSM, no que toca ao ordenamento das actividades turística de forma a não serem prejudiciais ao meio natural, como à sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A CETSAP está a ser implementada em Portugal em duas áreas protegidas, no Parque Nacional da Peneda Gerês e no PNSSM. Este projecto exprime a vontade dos parques naturais, em conjunto com os profissionais de turismo, em implementar actividades turísticas de acordo com os princípios e objectivos de conservação da área protegida, que como já foi referido passam igualmente pela promoção dos valores do património no sentido global e no desenvolvimento sócio-económico das população residentes. Assim deverá ser desenvolvida uma estratégia local que permita uma conciliação dos diferentes actores e grupos de

¹⁰ A criação do Programa Nacional do Turismo Natureza, que visa a implementação de um novo produto turístico com a designação de Turismo de Natureza, especificamente dirigido à Rede Nacional de Áreas Protegidas. O PNSSM foi a Área Protegida, eleita como 1º Projecto Piloto e onde se pode apreciar o desenvolvimento de diversas iniciativas conducentes à implementação de um turismo sustentável.

¹¹ Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de Agosto.

interesse: (i) Conservação/Ambiente; (ii) Indústria do Turismo; (iii) Turistas; (iv) População Local.

Foi deliberado a nível europeu¹² que os parceiros deste projecto seriam três, o Parque Natural/área protegida, as empresas e os operadores turísticos. Porém, e tendo em conta a realidade portuguesa, foi considerado pertinente e importante que outras entidades integrassem o projecto, dado o papel que ocupam a nível de planeamento e actuação directa no território, das quais podemos destacar a Região de Turismo do Norte Alentejano (RTNA) e as Câmaras Municipais pertencentes à área do PNSSM¹³.

A RTNA, desempenha uma actividade fundamental no desenvolvimento do turismo no Norte Alentejano, sendo imprescindível a sua colaboração para a concretização do plano de acção a implementar na região. Da mesma forma, a intervenção directa das Câmaras Municipais neste projecto assume real importância: sem a sua participação activa muito dificilmente seriam atingidos os propósitos da CETSAP.

Acresce ainda o facto dos objectivos do projecto em causa serem em grande medida concordantes com os princípios orientadores da actividade da RTNA e das Câmaras Municipais, uma vez que a implementação da CETSAP é mais um

¹² Pela FEDERATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE - 1997

¹³ Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e Arronches.

passo para a criação de uma nova imagem do turismo – este encarado como uma componente estratégica de desenvolvimento assente em três princípios fundamentais:

- a sustentabilidade ecológica, que garante a compatibilidade entre desenvolvimento e a conservação dos processos ecológicos essenciais;
- a sustentabilidade social e cultural, que assegura que o desenvolvimento aumente a autonomia dos habitantes locais sobre as suas vidas, sendo aquele compatível com a sua cultura, mantendo e reforçando a identidade da comunidade;
- por último, a sustentabilidade económica, que ressalva que o desenvolvimento seja economicamente eficiente e que os recursos sejam geridos por forma a suportar as gerações futuras.

Para que este projecto seja uma realidade será necessário que cada uma das entidades envolvidas elabore um plano de acção adequado à realidade do território, bem como estabeleça um trabalho em parceria entre todos os actores implicados na CETSAP. Será este o principal princípio orientador da implementação da CETSAP no PNSSM.

Como aderir à CETSAP¹⁴:

Parque	Empresa turística	Operador turístico
- Realizar um diagnóstico das necessidades do território e das actividades turísticas; - Redigir uma estratégia turística segundo os princípios enunciados na carta; - Reorientar os objectivos a partir dessa informação.	- Realizar um diagnóstico de actividades da empresa; - Redigir uma estratégia para a empresa segundo os princípios da carta; - Reorientar os objectivos.	- Redigir a estratégia segundo os princípios da carta; - Reorientar os objectivos.
- Apresentar a estratégia e o plano de acção para os próximos 5 anos à comissão de avaliação europeia; - Receber um especialista, nomeado pela comissão de avaliação europeia, disponibilizando toda a informação necessária; - Assinar o documento onde se compromete a realizar o programa de acções no prazo máximo de 5 anos.	- Apresentar a estratégia e o plano de acção para os próximos 3 anos à comissão de avaliação europeia ; - Receber um especialista, nomeado pela comissão de avaliação europeia, disponibilizando toda a informação necessária; - Assinar o documento onde se compromete a realizar o programa de acções em parceria com o parque e a comissão de avaliação europeia, no prazo máximo de 3 anos.	- Apresentar a estratégia e o plano de acção para o próximo ano à comissão de avaliação europeia; - Receber um especialista, nomeado pela comissão de avaliação europeia, disponibilizando toda a informação necessária; - Assinar o documento onde se compromete a realizar o programa de acções em parceria com o parque e a comissão de avaliação europeia, no prazo máximo de um ano.
- Avaliação dos resultados da estratégia ao fim de cinco anos.	- Avaliação dos resultados da estratégia ao fim de três anos.	- Avaliação dos resultados da estratégia ao fim de um ano.
- O processo de renovação da adesão à CETS é idêntico à primeira adesão.	- O processo de renovação da adesão à CETS é idêntico à primeira adesão, devendo ser realizado com uma periodicidade de 3 anos.	- O processo de renovação da adesão à CETS é idêntico à primeira adesão, devendo ser realizado com uma periodicidade de 1 anos.

¹⁴ Retirado do guia fornecido pela FEDERATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE - 1997

Quais os benefícios ao aderir à CETS¹⁵:

Parque	Empresa Turística	Operador Turístico
Ser distinguido a nível europeu como um território que contribui para o turismo sustentável.	Ser distinguida a nível europeu.	Ser distinguido a nível europeu.
Influencia e impulsiona o desenvolvimento do turismo sustentável no território.	Adoptar uma posição ambiental, respeitosa e amiga do ambiente.	Adoptar uma gestão ecológica da sua empresa.
Cria uma melhor articulação entre os diferentes sectores e parceiros.	Desenvolve novas oportunidades comerciais por: - atrair uma clientela seduzida pelas áreas protegidas; - desenvolver novas ofertas turísticas durante todo o ano.	Desenvolve novas oportunidades comerciais por: - atrair uma clientela sensível as áreas protegidas; - propondo uma oferta que responde às expectativas de uma clientela europeia; - desenvolver uma parceria com os operadores turísticos de outros países da Europa.
Proporciona uma maior implicação dos profissionais de turismo nas políticas do Parque.	Reforça a qualidade da oferta junto da clientela por ter: - uma melhor organização do turismo no território; - uma informação de qualidade sobre a área protegida.	Reforça a qualidade da sua oferta por: - propor um acolhimento mais organizado na área protegida; - fazer intervir os agentes locais; - obtendo o suporte da área protegida na elaboração dos seus produtos.
Reforça as acções de sensibilização.		Reforça a satisfação dos visitantes por: - formalizar o seu empenhamento em favor do turismo sustentável; - fazendo o acompanhamento de qualidade de pequenos grupos.
Favorece um desenvolvimento socio-económico em harmonia com o ambiente.		
Desenvolve os produtos típicos da região, com qualidade e em harmonia com o ambiente.		
Reforça a credibilidade junto da opinião pública.		

¹⁵ Retirado do guia fornecido pela FEDERATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE - 1997

A participação da RTNA, das Câmaras Municipais assim como de outras entidades, nas actividades desenvolvidas pelo PNSSM, estão igualmente salvaguardadas na legislação que deu origem ao PNSSM¹⁶. Assim, o Parque Natural dispõe de um Conselho Geral e de uma Comissão Científica que são compostos por:

Composto por:	<u>CONSELHO GERAL</u>	<u>COMISSÃO CIENTÍFICA</u>
	➤ Director do PNSSM E um representante de cada uma das seguintes entidades: ➤ Comissão de Coordenação da Região do Alentejo ➤ Direcção-Geral de Turismo ➤ Direcção-Geral do Ordenamento do Território ➤ Direcção Regional de Agricultura do Alentejo ➤ Instituto Português do Património Cultural ➤ Câmara Municipal de Arronches ➤ Câmara Municipal de Castelo de Vide ➤ Câmara Municipal de Marvão ➤ Câmara Municipal de Portalegre ➤ Associação de defesa do ambiente mais significativa no distrito de Portalegre, a indicar pelo IPAMB¹⁷ ➤ Região de Turismo do Norte Alentejano	➤ Director do PNSSM E um representante de cada uma das seguintes entidades: ➤ Universidade de Évora ➤ Instituto Politécnico de Portalegre ➤ Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide

¹⁶ Decreto-lei nº121/89

¹⁷ Grupo de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede.

Competências:	<u>CONSELHO GERAL</u>	<u>COMISSÃO CIENTÍFICA</u>
	➤ Apreciar a proposta de zonamento e as propostas de alteração do mesmo; ➤ Apreciar as propostas de planos anuais e plurianuais de gestão; ➤ Apreciar o relatório anual de actividades; ➤ Apreciar a orientação das actividades desenvolvidas pelo Parque Natural; ➤ Fazer recomendações ao Director e ao SNPRCN¹⁸; ➤ Dar parecer sobre qualquer assunto com interesse para o Parque.	➤ Fazer periodicamente relatórios científicos e culturais sobre o estado do Parque Natural; ➤ Propor o programa das actividades científicas e acompanhar a sua execução; ➤ Dar pareceres de carácter científico e cultural; ➤ Fazer recomendações ao Director e ao SNPRCN.

Assim estas instituições têm como responsabilidade uma intervenção participativa nas políticas de conservação deste território.

¹⁸ Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza – actualmente Instituto de Conservação da Natureza (ICN).

2. CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE

2.1. Localização

O Parque Natural da Serra de S. Mamede (PNSSM) situa-se na região fronteiriça do Nordeste Alentejano. Ocupa, actualmente, uma área aproximada de 31 750 ha distribuídos por 4 concelhos: Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e Arronches do distrito de Portalegre. Estando no entanto previsto, no Plano de ordenamento do PNSSM, o seu alargamento, passando a ocupar uma área de cerca de 56 000 há. A caracterização aqui apresenta refere-se aos limites actuais do PNSSM.

O PNSSM apresenta uma configuração alongada no sentido Noroeste-Sudeste¹⁹. Este Parque surpreende o seu visitante pela beleza e diversidade da sua paisagem e pela riqueza da sua flora e vegetação, pelo esplendor das manifestações geológicas, pela agradabilidade das suas povoações e preservação das suas casas tradicionais. A cada passo, o território proporciona a descoberta de todo um património gastronómico, cultural, de costumes, tradições, locais panorâmicos, lençóis de água ou riachos que interrompem a serra, o vale e a planície; e toda a visita acompanhada por um clima ameno, que

¹⁹ Fazendo a transição para a Extremadura espanhola.

mesmo no auge do calor ou do frio nos faz lembrar e apreciar os contrastes e a síntese do território do PNSSM.

O PNSSM apresenta um conjunto de elementos naturais e humanizados, extremamente rico em valores culturais e paisagísticos, que pela sua importância e representatividade, carecem de protecção, cuidados, medidas e instrumentos especiais por parte das entidades competentes. Para isso é essencial conhecer, inventariar e monitorizar os diferentes recursos.

2.2. Caracterização biofísica

2.2.1. O Relevo

A compreensão do tipo de relevo que se impõe num dado território é essencial para entender a dinâmica da região, uma vez que com essa informação será possível estipular tanto os diferentes tipos de biótipos, como as actividades sócio-económicas a desenvolver.

A área do parque natural impõe-se por se elevar da peneplanície alentejana, englobando assim diferentes tipos de relevo:

- A zona sul do Parque faz parte da peneplanície e apresenta um relevo suave e ondulado com uma altitude que varia dos 300 aos 400 metros. É uma zona onde predominam os declives suaves (declives inferiores a 5%);

- O Patamar de Portalegre, que se situa a uma altitude de 400 a 500 metros, forma uma espécie de degrau que sobressai da peneplanície. É uma superfície muito ondulada, e dissecada pela erosão hídrica, que acaba por constituir a zona de transição entre a paisagem tradicional Alentejana e a Serra. Os declives predominantes são de 15% a 25%;

- A Serra propriamente dita, que se situa na sua maioria a Norte e Centro da área do Parque, com altitudes superiores a 800 metros ²⁰, é uma zona marcada paisagisticamente pelo atravessamento de cristas quartzíticas e por relevos proeminentes. Apresenta declives mais acentuados, superiores a 25%.

2.2.2. A Geologia e a Geomorfologia

Pensa-se que a origem da Serra terá tido lugar em movimentos compressivos laterais das camadas geológicas, o que levou ao surgimento de linhas quartzíticas, que actualmente constituem as cristas que se desenvolvem no sentido Sudoeste-Nordeste. Estes movimentos além de terem dobrado os terrenos sedimentares, provocaram o esmagamento dos granitos existentes na região. De uma forma sucinta podemos descrever a formação da serra em três etapas:

²⁰ Sendo a sua altitude máxima de 1025 m.

- A primeira durou cerca de 250 milhões de anos, tendo ocorrido no período que engloba desde o Precâmbrico Superior até ao Devónico Médio, o qual é caracterizado pela ocorrência de actividade vulcânica;
- A segunda etapa durou cerca de 80 milhões de anos e ocorreu no período compreendido entre o Dévonio Médio e Westfaliano Superior. Verificando-se nesta fase a contracção crustal que deu origem às cadeias montanhosas e às depressões;
- A terceira etapa durou cerca de 60 milhões de anos ocorrendo entre o período Westfaliano Superior e o Pérmico Superior. Nesta fase as falhas geológicas existentes deram origem a um levantamento e deslizamento da cadeia montanhosa anteriormente formada.

O PNSSM apresenta assim uma grande diversidade geológica dividida em três grandes unidades: a norte temos os grauvaques e xistos, na parte central da Serra os granitos e rochas afins e no maciço orográfico, os quartzitos e calcários.

Na parte granítica observam-se duas aplanções, a rechã de Portalegre (400/500 m de altitude) e a plataforma de Alvarrões (680/700 m), separada da rechã anterior por uma escarpa de falha vigorosa (desnível de 230 m).

Na plataforma de Alvarrões dominam as cristas de quartzito a cerca de 150 m. Estas são análogas ao que se observa na Serra de S. Pedro, em Espanha. As cristas principais apresentam uma altitude aproximada de 800/900 m a qual não é constante, variando tanto entre cristas vizinhas como ao longo do mesmo alinhamento quartzítico.

2.2.3. Os Solos

O conhecimento dos solos existentes num território é tanto essencial para a fundamentação das opções de distribuição de usos agrícolas e florestais, como do ponto de vista de protecção, recuperação e regulação de uma dada região.

As litologias presentes no território condicionam em grande medida a existência de inúmeros tipos de solos, os quais podem ser agrupados em três ordens, que passamos a referir:

- Na parte norte do Parque predominam os Litossolos - solos derivados de rochas consolidadas que se encontram associados a áreas de grande erosão e são caracterizados por serem muito simples e de fraca aptidão agrícola;

- Na região central os solos presentes são os litólicos não húmicos de granitos associados a afloramentos rochosos – solos relativamente pobres ou degradados que apresentam potencialidades para sistemas pratenses de sequeiro, em declives mais suaves. Adaptam-se a sistemas silvo-pastoris, e em declives mais acentuados à silvicultura;

- No maciço serrano predominam os solos litólicos não húmicos de quartzitos associados a solos mediterrâneos pardos de xistos ou grauvaques - os solos mediterrâneos pardos são solos formados a partir de rochas não calcárias, que apresentam aptidão para práticas agronómicas;

- Nas zonas com cotas superiores aos 850 m, encontram-se principalmente Solos Litólicos húmidos de quartzitos, Xistos e grauvaques.

No que se refere ao uso do solo, na área do Parque predominam os sistemas agro-florestais, com destaque para as culturas arvenses em regime de sequeiro, que são exploradas em forma de - montado de sobre e/ou azinho; montado de carvalho (em menor extensão); e áreas de pinhal e eucalipto (estas últimas neste momento já circunscritas).

Na zona do maciço central temos uma grande intervenção humana, como predomínio de áreas de olival, souto e cerejeira.

Os solos aráveis ocupam uma área reduzida no Parque, localizando-se principalmente nas zonas de vale e nas bases de encostas de declives suaves junto das povoações de Prado, Vale de Escusa e Porto Espada, assim como em zonas do Vale Lourenço, Vale do Sovrete, Monte Sete, Ribeira de Nisa e Reguengo. São predominantemente solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos e solos pardos mediterrâneos normais de aluvião e coluvião.

2.2.4. O Clima e a Vegetação

As características morfológicas do PNSSM vão influenciar o tipo de clima existente na região. Este apresenta um período seco acentuado no Verão e um Inverno frio e chuvoso, situação que ocorre devido à sua elevada altitude, que faz com que a serra sofra uma influência continental ibérica e uma atlântica ²¹.

As linhas de maior altitude da Serra tem uma orientação NW-SE o que leva a que as encostas viradas a S-SE sejam quentes e secas enquanto as encostas a N-NW sejam frias e húmidas. Os ventos predominantes são os de quadrante norte,

²¹ Acção do ar marinho que leva a que haja uma menor amplitude térmica e maior precipitação anual em relação à zona envolvente.

noroeste e oeste, que atenuam o calor e secura estivais mantendo as chuvas mais abundantes.

A posição geográfica e topográfica da Serra faz dela a mais elevada a sul do Tejo, assim combinando as altitudes com as diferentes exposições, vamos poder encontrar espécies vegetais com características mediterrâneas, atlânticas e centro-europeias. Além disso a serra constitui o limite Sul de Portugal para algumas plantas comuns de carácter atlântico e o limite Sudoeste da Europa para a distribuição de algumas espécies.

Encontram-se assim áreas edafoclimáticas muito distintas que se associam a unidades de paisagem diferenciadas, as quais passamos a referir:

- Nas encostas viradas a Norte, mais frescas e húmidas, estamos em presença de condições marcadamente atlânticas. Teríamos como vegetação clímax o domínio do carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*). Todavia, estes foram inicialmente substituídos, por acção antropogénica, pelos castanheiros (*Castanea sativa*), que por sua vez foram destronados durante o último século pelo pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) que ocupa neste momento uma grande área, principalmente as zonas de maior altitude da serra. Os matos são dominados pelas estevas (*Cistus hirsutus*, *Cistus psilosepalus*) e tojo (*Ulex minor*);

- Nas encostas viradas a Sul, mais quentes, a panorâmica é bem diferente uma vez que o clima é marcadamente mediterrâneo, sendo a espécie dominante o sobreiro (*Quercus suber*). Os Matos dominantes são os Xarais Mediterrâneos dominados pela esteva (*Cistus ladanifer*);
- Nas zonas limites do Parque encontramos um tipo de vegetação tipicamente mediterrânea com predominância de sobreiro (*Quercus suber*) e azinho (*Quercus rotundifolia*) e ainda grandes extensões de pastagens.

Na Área do Parque encontram-se diversas espécies rupícolas e camófitas, de habitats rochosos ao longo das cristas e dos afloramentos rochosos. Evidencia-se a *Armeria x (Franei)*, a *Silene acutifolia*, a *Linaria sexatilis*, a *Umbilicus heilandianus*, o *Narcissus pseudonarcissus* e a *Cheilanthes hispanica*.

Em menor altitude surgem espécies típicas como o *Viscum cruciatum*, a *Euphorbia welwitschii*, a *Euphorbia matritensis*, a *Euphorbia micaensis*, a *Daucus setifolius* e a *Lamium bifidum*.

2.2.5. A Fauna

Toda esta variedade de biótopos associada aos diversos tipos de habitats, proporciona uma grande riqueza faunística.

A área do Parque é de grande importância a nível ornitológico, tanto no território nacional como da Península Ibérica, fazendo parte da rota migratória de muitas espécies de aves entre a Europa e a África. Foram inventariadas pelo Atlas das Aves do PNSSM cerca de 150 espécies em que 40 nidificam no Parque, das quais podemos destacar espécies com estatuto de conservação da natureza, como é o caso da Águia-de-Bonelli (*Hieraetus fasciatus*), ave de rapina de grande dimensão; do Grifo (*Gyps fulvus*) com nidificação confirmada junto à fronteira; do Abutre-preto (*Aegypius monachus*), que embora não nidifique ocorre na região com alguma frequência por encontrar os biótopos de alimentação adequados; do Rabirruivo-de-testa-branca (*Phoenicurus phoenicurus*); do Chasco-preto (*Oenanthe leucura*), espécies que apresentam uma população muito reduzida em Portugal; e do Milhafre (*Milvus migrans*), outra espécie reduzida em Portugal e que continua sujeita à perseguição directa do homem.

Quanto à mamofauna temos a presença de espécies como, a Lontra (*Lutra lutra*), que tem um estatuto de ameaça por ser uma população que se encontra em declínio na Europa. No entanto dadas as condições apresentadas pelos

ambientes dulciaquícolas, encontra aqui os requisitos necessários a um desenvolvimento saudável. Existem também espécies raras como o Rato de Cabrera (*Microtus cabrerae*).

Quanto aos mamíferos mais comuns temos, o Texugo (*Meles meles*), o Toirão (*Mustela putorius*), a Doninha (*Mustela nivalis*), o Sacarrabos (*Herpestes ichneumeon*), a Geneta (*Genetta genetta*), o Gato bravo (*Felis silvestris*), a Raposa (*Vulpes vulpes*) e o Coelho-bravo (*Oryctolalus cuniculus*).

Na antiga mina de chumbo da Cova da Moura, bem como em grutas calcárias, encontram-se importantes colónias de quirópteros (morcegos), sendo aquela considerada uma das mais importantes da Europa.

Existe ainda nesta área a presença de numerosos anfíbios e répteis de entre os quais se destacam, o Lagarto-de-água (*Lacerta Shreiberi*), o Sapo-parteiro-ibérico (*Alytes cisternasii*) e o Tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*) por serem endemismos ibéricos. O Parque constitui ainda um território relevante para duas espécies de cágados (*Emys orbicularis* e *Mauremys caspica*) que se encontram ameaçados em toda a sua área de distribuição, devido à destruição do seu habitat e às capturas para fins comerciais.

2.2.6. Os Principais Factores de Ameaça do Património Natural

É essencial a compreensão dos fenómenos biofísicos presentes no território do PNSSM, uma vez que, permite estipular quais as áreas de maior sensibilidade ecológica e a forma como se deve actuar no sentido de minimizar os impactes provocados pelos diferentes tipos de actividades (produção ou lazer).

Assim, considera-se pertinente a referência a alguns dos principais factores de ameaça do património natural.

Perda de habitat

- A substituição do coberto vegetal autóctone por espécies como o pinheiro bravo e o eucalipto geram, uma descontinuidade entre os biótopos, levando a um decréscimo drástico tanto do número de espécies como da sua densidade.

- O corte e destruição da vegetação ripícola tem consequências drásticas ao nível do assoreamento dos ribeiros, dos lençóis freáticos e nas alterações das margens. Provoca ainda um empobrecimento irreversível da vegetação e destruição de uma comunidade biológica muito própria.

- A alteração e destruição do habitat são as principais causas de limitações à sobrevivência e expansão da fauna. Deve-se ter ainda em atenção a introdução de espécies exóticas, um factor de ameaça tanto para a fauna como para a flora local.

Poluição

- Um dos principais factores de degradação da qualidade do ambiente é a poluição, nomeadamente a poluição hídrica. O controle e tratamento dos resíduos é essencial no que diz respeito à qualidade do ambiente.
- Actividades como, a criação de gado junto aos rios e barragens; os lagares de azeite e as deposições de resíduos sólidos junto às linhas de água; o lançamento de efluentes de unidades industriais de fibras têxteis; e a presença de resíduos de pesticidas nos rios provenientes da actividade agrícola, são algumas situações que prioritariamente devem ser controladas de forma a minimizar os seus impactes negativos no meio natural.

Perturbação de habitat

- A caça e a pesca, enquanto práticas não controladas, podem contribuir para uma perturbação dos habitats. A caça tem como principal efeito

negativo a introdução de espécies e organismos alóctones e a destruição de espécies de elevado valor de conservação. Assim, uma boa gestão das actividades cinegéticas é essencial para uma compatibilização com a conservação da natureza. No que diz respeito à pesca, os principais constrangimentos estão directamente ligados à falta de ordenamento desta actividade, sendo importante a definição de critérios que permitam identificar as zonas em que esta prática não se deve desenvolver.

- A pressão humana em larga escala, em zonas de grande sensibilidade, podem causar perturbações irreversíveis. A título exemplificativo temos: a pressão exercida junto de certas espécies na época de nidificação; a destruição do habitat específico de alguns répteis e anfíbios; a ameaça dos quirópteros pela visita não controlada das grutas; o pisoteio excessivo de zonas de grande interesse florístico; a movimentação de tráfego automóvel assim como a poluição atmosférica e acústica. É essencial a definição da capacidade de carga de cada lugar.

2.3. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

O Parque Natural da Serra de S. Mamede, situado no Alto Alentejo, engloba os concelhos de Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre.

Apesar de os concelhos referidos não se encontrarem na sua totalidade abrangidos pela área actual do Parque, na caracterização Sócio-económica, foram analisados na globalidade, uma vez que os dados utilizados ²², são referentes aos concelhos e não às freguesias.

O índice de ocupação humana é elevado dentro da área do PNSSM ²³, principalmente tendo em conta que estamos a falar de uma área protegida. Este é um factor preponderante para a orientação das acções desenvolvidas dentro do território, sendo necessário um trabalho árduo e conjunto por parte da equipa do Parque e dos restantes actores locais com intervenção directa e decisiva na região.

²² Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística 1998, região Alentejo.

²³ O facto de a cidade de Portalegre estar incluída no Parque reflecte-se na densidade demográfica do mesmo.

O nível de ocupação humana repercute-se no desenrolar da vida quotidiana da região, intervindo directamente no mundo rural e desencadeando práticas sociais e culturais bem singulares ²⁴.

As dinâmicas sociais próprias desta região devem ser aproveitadas no sentido de promover o desenvolvimento a partir dos seus recursos endógenos. É necessário estarmos cientes que a verdadeira potencialidade do território em estudo, não reside num ou noutro recurso, mas na grande diversidade e no equilíbrio que se deve estabelecer entre os mesmos.

Será pois a conjunção entre a riqueza faunística, florística, paisagística e geomorfológica, apresentada pelo PNSSM e a presença humana, que favorece a implementação e desenvolvimento de uma actividade turística, que contribua para o desenvolvimento da região.

2.3.1. Análise Demográfica

Para uma boa intervenção na área do PNSSM, nomeadamente melhorando os padrões de qualidade de vida das populações e promovendo um crescimento equilibrado do turismo na região, será necessário conhecer os fenómenos sócio-económicos presentes no território.

²⁴ Artes e ofícios, festividades, gastronomia, entre outras.

O principal recurso de que a região dispõe para a promoção dos processos de desenvolvimento, são os efectivos humanos. A compreensão dos fenómenos demográficos que ocorrem no território, são essenciais para um melhor conhecimento dos padrões de evolução da população, o que nos leva a formular uma apresentação sucinta das principais problemáticas inerentes a esta questão.

- A região do PNSSM foi sempre caracterizada por uma baixa densidade populacional; situação que tem vindo a acentuar-se devido a uma diminuição substancial dos efectivos populacionais.
- No que toca, à distribuição espacial da população é possível verificar uma maior concentração nos concelhos que integram os centros urbanos de maior dimensão ou que apresentam uma estrutura económica mais rica e diversificada. Assim, a cidade de Portalegre, é do ponto de vista demográfico um pólo de atracção da região, ou seja, é aquela onde, de certa forma os desequilíbrios são menos visíveis, situação que tende a acentuar-se devido ao facto de o desenvolvimento local se concentrar em algumas zonas.
- No que se refere à estrutura etária da população residente, pode verificar-se que nas últimas décadas tem conhecido alterações significativas, verificando-se uma tendência para o envelhecimento da população. Este facto está ligado, em larga medida, ao grande fluxo migratório que afectou a população

portuguesa em geral, na década de 60/70²⁵ e ao fraco desenvolvimento sócio-económico da região que não apresenta condições para manter a população activa, não gerando riqueza e os empregos necessários, obrigando assim os indivíduos a deslocarem-se para os grandes centros urbanos onde se verificava um desenvolvimento mais acentuado da indústria litoral.

A diminuição da densidade demográfica associada ao envelhecimento da população, dificulta em muito, a concretização de um desenvolvimento económico e social, sendo difícil ultrapassar esta situação através da dinâmica interna da região ²⁶.

- No que toca à população activa, há a salientar o facto de que ao decréscimo dos grupos constituintes da população activa jovem, associa-se um aumento dos activos adultos, ou seja, os residentes com idades entre os 20 e os 44 anos registam um decréscimo acentuado, seguindo uma tendência oposta dos indivíduos com idades compreendidas entre os 45 e 64 anos, que reforçam o seu peso. Tal reafirma o processo de envelhecimento, aproximando-se a sua saída da vida activa e não se prevendo a curto prazo a compensação por parte da entrada de jovens na mesma categoria.

²⁵ Surtos migratórios estes, consequência directa das condições sociais existentes e do contexto político vivido nesse período.

- É ainda importante referir que, os recursos humanos, para além de serem escassos, apresentam um défice a nível qualitativo, ou seja, os níveis de escolaridade da população em geral são relativamente baixos. Porém, as classes etárias mais jovens (que têm uma fraca representação demográfica) já apresentam níveis de formação média e superior bastante elevados.

2.3.2. Análise das Actividades Económicas

A região onde se situa o PNSSM, tem dado um contributo significativo para o desenvolvimento sócio-económico do país, principalmente através dos produtos gerados pela actividade agrícola, industria têxtil, industria de transformação de cortiça, artesanato e mais recentemente pelo turismo.

Analisando as actividades existentes em cada um dos sectores produtivos, podemos retirar algumas ilações:

- a) A agricultura, é tradicionalmente, o sector produtivo mais enraizado na região, o que se tem manifestado não só no tecido produtivo, bem como na organização social e económica, na estrutura territorial dos lugares e nos valores culturais da população.

²⁶ A promoção de actividades ligadas ao turismo, permite a criação de novas oportunidades de emprego mais atractivas para a população jovem, podendo contribuir para uma maior fixação de indivíduos em idade activa, na região.

Porém, quando analisada a distribuição da população activa por sectores produtivos, verificamos uma progressiva transferência de activos primários para os outros sectores de actividade ²⁷, no entanto o sector primário ²⁸ ainda apresenta uma percentagem elevada de população ²⁹.

b) O sector secundário é evidenciado pelo emprego na construção civil e obras públicas e indústria transformadora, não tendo grande expressão os restantes ramos de actividade. No que concerne à actividade industrial, mais concretamente a indústria têxtil de Portalegre ³⁰ e a indústria de transformação de cortiça, podemos dizer que em termos territoriais assume um espaço marginal quando comparada à zona Litoral que se encontra relativamente mais industrializada ³¹. Porém, e no que respeita à transformação da cortiça, o concelho de Portalegre ³² apresenta uma grande dinâmica não só a nível do mercado nacional, e principalmente no mercado mundial.

²⁷ O baixo nível de qualificações da população activa, faz com que essa transferência seja predominantemente para empregos que não requerem um nível de formação profissional muito elevado, tais como a construção civil e obras públicas e alguns serviços públicos.

²⁸ Predominantemente as actividades relacionadas com a agricultura e pecuária.

²⁹ Verifica-se um abandono da actividade agrícola a tempo inteiro, sendo muitas vezes utilizada como complemento da economia doméstica.

³⁰ Remonta ao Sec. XVIII.

³¹ De Setúbal a Braga.

³² Onde se encontra instalada uma das mais antigas unidades do género.

c) Como já havíamos referido, o sector terciário ganhou na duas últimas décadas um reforço bastante significativo, o que de certa forma está relacionado com o alargamento da oferta de serviços, e particularmente pelo aumento do peso empregador da administração pública local. Como é de esperar, Portalegre enquanto capital de distrito, apresenta um grau elevado de desenvolvimento neste sector, não só por congregar os serviços próprios de uma autarquia local ³³, mas igualmente por ter serviços específicos devido à centralidade que assume no contexto da hierarquia urbana regional ³⁴.

A actividade turística é igualmente fonte de recursos económicos na região, tendo-se verificado um desenvolvimento substancial desta actividade nos últimos anos.

2.3.3. Actividade turística enquanto meio de desenvolvimento local

O turismo é actualmente um dos sectores da economia portuguesa, que se caracteriza por um efectivo potencial de atracção e de desenvolvimento de novas actividades económicas, como o artesanato, a gastronomia, pequenas e médias empresas, os serviços, etc., porém é essencial perspectivarmos o

³³ Que faz a gestão do maior aglomerado urbano da região.

³⁴ Como o Hospital Distrital ou o Ensino Superior Politécnico.

desenvolvimento turístico da região através de um processo de valorização dos seus recursos endógenos.

Tendo em conta a diversidade do património natural, o imenso património histórico-cultural e social, o turismo é uma actividade a promover na região. Um sector de importante base produtiva, que devidamente enquadrado e desenvolvido contribuirá não só para a criação de um maior número de postos de trabalho, como em larga medida para um desenvolvimento geral da região.

Apesar dos diversos estrangulamentos que o território apresenta, tanto a nível demográfico como sócio-económico, é importante referir que existem potencialidades que podem ser utilizadas no desenrolar da actividade turística, proporcionando assim uma nova dinâmica ao território. Podemos referir por um lado, o importante capital cultural, nomeadamente a grande diversidade de artes e ofícios tradicionais e a gastronomia; por outro lado, existe cada vez mais, na região do Norte Alentejano, escolas que dão formação em áreas concordantes com a actividade turística, sendo esse um grande potencial no sentido em que existe capital profissional para sustentar as práticas turísticas desenvolvidas.

A grande diversidade de produtos típicos existentes na região deve ser também uma aposta da actividade turística e comercial, principalmente divulgando os

produtos certificados e criando condições para a certificação de outros. Seria interessante que na promoção destes produtos fosse referido o facto de serem produzidos dentro da área do PNSSM.

A adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável por parte do PNSSM, enquadra-se na perspectiva de desenvolvimento da região, preocupando-se em aproveitar ao máximo as suas potencialidades e tentando colmatar os seus estrangulamentos.

Será pois necessário a intervenção em alguns vectores essenciais de desenvolvimento regional, tais como:

- melhoria da rede e infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento de forma a atenuar a repulsão demográfica, ou seja, quer a nível da satisfação de necessidades fundamentais da população, quer ao nível de apoio às actividades económicas;
- promoção do aproveitamento dos recursos turísticos;
- aprovação de projectos de desenvolvimento económico que estejam em consonância com os princípios da área protegida;

- criação de emprego para os recursos humanos existentes, permitindo a fixação populacional, em particular dos jovens.

Assim qualquer intervenção na zona deve ter uma forte incidência na criação das infra-estruturas produtivas com o objectivo de prioritariamente criar condições reais de bem-estar à população.

A análise dos indicadores sociais de bem-estar ³⁵ é muito importante para o conhecimento das principais carências encontradas na região, uma vez que só quando estas estiverem colmatadas a população poderá sentir-se satisfeita, apresentando um nível de vida condigno.

É importante não só ter conhecimento dos diversos estrangulamentos relacionados com os equipamentos colectivos ao nível básico, mas também com as infra-estruturas que podem potenciar actividades recreativas e sócio-culturais, visto estas constituírem igualmente um importante factor de fixação da população em geral (e dos quadros técnicos em particular) e serem condição fundamental ao processo de desenvolvimento local.

³⁵ Água, esgotos, electricidade, mercados, instalações sanitárias, recolha e tratamento de resíduos, acesso aos serviços de saúde, recintos culturais e recreativos, estradas municipais, pavimentação das ruas, bancos/ATMs, escolas,...

Existe a necessidade de dinamizar as associações, sejam elas de carácter cultural (recreativas e desportivas) ou profissionais (de produção), uma vez que têm uma função muito importante na dinâmica social, tanto no que toca à coesão do grupo, como ao aprofundamento das identidades locais.

Será pois importante o aproveitamento dos incentivos financeiros existentes, assim como promover a capacidade de otimizar e aproveitar os programas e linhas de financiamento comunitário, de forma a sustentar as actividades desenvolvidas e as suas instalações; e a criação de condições para uma maior atracção dos jovens, que são imprescindíveis para a dinâmica e sustentabilidade das mesmas.

As acessibilidades são outro aspecto importante tanto para o bem estar das populações como para a concretização das actividades turísticas. A sua má gestão poderá ser impulsionadora do abandono da região ao inviabilizar ou condicionar o desenvolvimento económico e ao mesmo tempo pode constituir um constrangimento ao desenvolvimento do turismo. Neste sentido será necessário o desenvolvimento tanto das vias rodo e ferroviárias da região, como dos transportes públicos, permitindo aos habitantes locais e aos visitantes uma maior facilidade, não só de acesso à região como de deslocação no interior do próprio território.

Os constrangimentos da região do PNSSM são inúmeros. Todavia é um território que apresenta capacidades para a expansão de produtos específicos compatíveis com uma área protegida, nomeadamente a actividade turística. Foi partindo desse pressuposto que se viabilizou a implementação, neste Parque Natural, da Carta Europeia de Turismo Sustentável.

II. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DA CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE

1. UMA OFERTA TURÍSTICA SUSTENTÁVEL

Na base da dinamização e desenvolvimento turístico de uma região encontra-se a vocação turística, interligada esta com as diversas componentes da oferta que podem determinar a capacidade atractiva de uma região.

Se a actividade turística depende em grande parte dos recursos existentes, deve igualmente constituir um incentivo à conservação e dinamização dos mesmos. Assim, os recursos turísticos devem ser equacionados numa perspectiva integrada e sustentável, de forma a conjugar as necessidades do território com as limitações inerentes às capacidades de carga dos diferentes recursos.

1.1. Conflitos com o ambiente

A paisagem natural é hoje considerada um valioso recurso turístico, pela sua beleza e conteúdo lúdico e científico. No entanto, deve salientar-se que nem todos os recursos naturais são passíveis de aproveitamento turístico. Existe a

necessidade de se proceder a um diagnóstico intensivo da situação actual do Parque, de forma a seleccionar os valores e as áreas mais vantajosas³⁶.

Os equipamentos turísticos devem ser concebidos a uma escala suportável para o ambiente onde se integram. Assim, a sua actuação e acções devem ser direccionadas tendo em conta dois objectivos: uma postura amiga do ambiente e um contributo para o desenvolvimento local.

Num futuro próximo, torna-se fundamental uma mudança de atitude por parte dos diferentes actores do território, tomando estes consciência das problemáticas inerentes à região, pois só assim se poderá potencializar e desenvolver vários tipos de recursos turísticos que motivem a deslocação de visitantes.

De igual forma é importante criar condições para o favorecimento de uma oferta turística de qualidade, através de um maior profissionalismo, diversificação dos produtos e dos segmentos de mercado, nomeadamente procurando contrariar o carácter sazonal que caracteriza a prática turística na região. Tal poderá proporcionar um aumento do número de visitantes, e um aumento da sua permanência no território, o que se repercutirá em vantagens económicas e sociais para a região.

³⁶ A carta de sensibilidade ecológica está a ser elaborada pela COBA, equipa responsável pela realização do Plano de Ordenamento do PNSSM.

A questão da capacidade de carga, seja ela natural ou social, é uma problemática que os indivíduos, que desenvolvem actividades no PNSSM devem ter em conta. Será pois necessário efectuar uma avaliação de forma a estipular o grau de suporte do meio onde se pretende intervir.

1.2. Capacidade de carga natural e social

São inúmeros os impactes negativos que as actividades turísticas podem provocar, numa área, quando ultrapassam certos limites. A actividade turística entra muitas vezes em confronto com a correcta utilização dos ecossistemas alem de modificar as características socio-económicas da área em causa. Torna-se pois fundamental, para garantir o equilíbrio do ambiente e das populações locais, uma análise dos efeitos negativos e consequentes alterações que as actividades turísticas podem introduzir no território³⁷.

O conceito de Capacidade de Carga visa portanto avaliar o numero de visitantes, assim como o grau de utilização do espaço, susceptível de não ter consequências nefastas para os recursos alvo de atracção turística, podendo-se dividir em dois grandes eixos³⁸:

³⁷ Impactes no ambiente: entre outros, vandalismo; compactação do solo com consequências directas na alteração do coberto vegetal e no tipo de solo; alterações da qualidade da água; perturbação da fauna e flora. Impactes sociais: entre outros, alteração na vida quotidiana dos habitantes locais; modificação das suas práticas sócio-culturais; criação de sentimentos de invasão.

³⁸ Segundo MENDES 1994

- Capacidade de carga natural
- Capacidade de carga social

A noção de capacidade de carga natural envolve diversos factores que dificultam a sua quantificação. É um conceito dinâmico que varia conforme o tipo de utilização, a época do ano, a intensidade da actividade desenvolvida, não devendo nem podendo ser reduzida à proibição de algumas actividades ou estipulação de um simples número. É preciso ter presente que o que está em causa não é estabelecer um número limite à capacidade física de um ecossistema, mas sim admitir uma margem de flexibilidade, de forma a adaptar a oferta à procura. O tentar encontrar limites de cargas absolutas leva a que as pessoas explorem ao máximo os recursos, em vez de procurar uma forma de atingir o equilíbrio entre os ecossistemas e as actividades a desenvolver no território.

Para a aplicação da noção de capacidade de carga natural numa área protegida deve-se prioritariamente identificar os locais que apresentam maior sensibilidade, nomeadamente os ecossistemas com baixa tolerância à perturbação, as manchas de vegetação sensível, as zonas de declives acentuados, as áreas de nidificação, entre outras. Partindo dessa base será possível executar um zonamento com as diferentes pressões permitidas no ambiente, realizando um controlo e uma boa gestão dos recursos de forma a prevenir uma sobrecarga da área. Além disso, deve existir informação

apropriada e detalhada sobre os projectos, programas e planos de desenvolvimento e ordenamento turístico, de forma a confrontá-los com as condicionantes do espaço e definir as áreas apropriadas para cada actividade turística a desenvolver³⁹.

De uma forma sumária podemos considerar que os principais tipos de impactes negativos, que as actividades turísticas podem provocar no ambiente estão relacionados com:

- Perturbações exercidas no solo: as actividades turísticas provocam a compactação ou erosão dos solos, verificando-se alterações na sua composição, no tipo de drenagem e na capacidade de suporte do coberto vegetal.
- Alterações no coberto vegetal: pelo constante pisoteio que se traduz no empobrecimento do coberto e na alteração dos habitats.
- Distúrbios na fauna pela invasão e alteração do seu território.
- Poluição: a intensificação de actividades turísticas leva a um aumento de probabilidade de contaminação dos solos e águas, assim como de riscos de incêndio.

³⁹ LIDDLE 1997

Seria importante estabelecer uma relação causa/efeito. Todavia o impacto das actividades turísticas não é linear; assim, a determinação dos diferentes níveis de tolerância e a identificação dos indicadores é um dos passos fundamentais na compreensão da capacidade de carga natural.

A capacidade de carga social, por seu lado, é avaliada através das alterações verificadas dentro dos aglomerados populacionais, ou seja, é importante saber qual o tipo de influência que determinadas actividades têm ou poderão ter sobre as populações.

Os factores que influenciam o comportamento das populações em geral podem ser resumidos em dois grandes grupos: actividades que implicam a presença de uma grande quantidade de indivíduos estranhos ao aglomerado, perturbando a serenidade existente no meio; e práticas sociais variadas que chocam com os valores predominantes⁴⁰;

As alterações sofridas e as suas repercussões podem igualmente ser identificadas através de dois grandes eixos de análise: as transformações sofridas a nível das práticas sociais existentes, e as modificações ocorridas a nível individual. A primeira podemos dizer que abarca mais o nível social e a segunda, o nível psicológico.

Assim, no referente ao primeiro caso - nível social -, será possível identificar adulterações na forma de confecção da gastronomia e produtos, no artesanato, nos ofícios, no uso do solo, nas manifestações e práticas culturais, entre outras: estas acontecem não só devido às perturbações sofridas, como também à necessidade de adaptação às transformações ocorridas no interior da própria comunidade.

A nível psicológico, estamos a falar mais directamente nas perturbações que podem ocorrer em alguns indivíduos, sendo difíceis de controlar e avaliar uma vez que se manifestam num plano mais individual.

A avaliação dos impactes sociais e psicológicos pode ser efectuada através de estudos que impliquem a aplicação de inquéritos por questionário e realização de entrevistas, com o intuito de saber a opinião e as expectativas da população face à perspectiva futura de implementação de actividades turísticas que impliquem a sua participação directa e/ou a presença de indivíduos estranhos à comunidade, e realização de uma observação participante, procurando compreender como se desenrolam as práticas sócio-culturais e de que forma estão implementadas no território.⁴¹

⁴⁰ FISCHER 1994

⁴¹ FISCHER 1994

É importante referir que é muito difícil antecipar os efeitos da introdução de actividades numa comunidade, principalmente quando aquelas são de carácter turístico. Não podemos esquecer que a prática de turismo implica a presença de indivíduos portadores de valores sociais próprios, que podem ou não ser compatíveis com as práticas e valores predominantes na comunidade. Para fazer frente ao problema, será pois necessário efectuar constantes consultas à população, isto é, os estudos realizados antes da introdução das actividades deverão ter continuidade: afinal o social está sempre a sofrer mutações.

Para atingirmos os objectivos acima referidos será necessário um comportamento consciente por parte dos diversos actores do território. A convergência de esforços por parte da população local, dos empresários, das autarquias e restantes entidades públicas e privadas que actuam directamente no PNSSM é importante para o favorecer de um plano de desenvolvimento estratégico coerente e equilibrado que conduza a um Turismo Sustentável.

2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM TURISMO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento e implementação de actividades e serviços de um Turismo sustentável numa área protegida, nas suas diferentes vertentes, deverá respeitar os princípios enunciados na Carta Mundial do Turismo Sustentável elaborada em Lanzarote, em 1995, que passamos a referir:

- *O desenvolvimento turístico deverá atender à sustentabilidade e a uma gestão dos recursos com vista à sua durabilidade. O turismo deve, assim, fazer parte da estratégia de desenvolvimento;*
- *Dever-se-á dar particular importância a ecossistemas mais frágeis;*
- *Na Estratégia a desenvolver deve-se estar consciente dos efeitos do turismo nas comunidades e na sua identidade, especialmente nos países em vias de desenvolvimento;*
- *Importância da participação de todos os actores públicos e privados, e da cooperação a vários níveis, desde o local até ao internacional;*
- *Eficácia da gestão e do planeamento para a protecção e conservação;*
- *Os objectivos prioritários consistem na preservação do destino turístico e satisfação dos turistas/visitantes;*
- *Diversidade de oportunidades contribuindo para o desenvolvimento local;*
- *Melhoria da qualidade de vida da população e seu enriquecimento sociocultural;*

- *Intervenção dos governos e autoridades locais, na contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável;*
- *Equidade na repartição de benefícios e custos do turismo para a população, promovendo o crescimento social e económico;*
- *Ajuda prioritária para zonas mais frágeis e mais degradadas quer financeira quer tecnicamente;*
- *Promoção de formas alternativas de turismo diversificando os produtos turísticos;*
- *Investimento na investigação, difusão, informação e conhecimentos técnicos;*
- *Apoio e promoção de sistemas de gestão turística e estudos de viabilidade;*
- *Intercâmbio de experiências;*
- *Atender aos efeitos dos transportes no ambiente, promovendo a utilização de recursos renováveis e da reciclagem;*
- *Deverá haver um código de conduta entre os membros da actividade turística, promovendo a sustentabilidade.*

A CETSAP favorece a aplicação concreta dos princípios enunciados pela Carta Mundial do turismo Sustentável. A sua aplicação no PNSSM poderá contribuir para o desenvolvimento da região a todos os níveis, sociais, culturais, económicos e ambientais.

Devemos valorizar as potencialidades existentes na região apostando num turismo integrado que favoreça o desenvolvimento regional e local neste território.

3. POTENCIALIDADES E RECURSOS DO PNSSM PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM TURISMO SUSTENTÁVEL

3.1 Principais Potencialidades e Características do PNSSM

Neste ponto, procura-se proceder à identificação das potencialidades endógenas do Parque Natural da Serra de S. Mamede que, pelas suas características, sejam susceptíveis de integração na lógica da CETSAP.

O espaço em consideração apresenta um amplo conjunto de potencialidades e recursos, que podem ir ao encontro de uma procura turística diversificada e qualificada, de acordo com os objectivos e princípios de um Turismo sustentável.

Deste amplo conjunto de potencialidades turísticas sistematizam-se e destacam-se os seguintes aspectos principais:

A *localização geográfica* do PNSSM no Alto Alentejo, fazendo fronteira com a Extremadura espanhola, apresentando a maior altitude a sul do Tejo, e destacando-se como uma área de paisagem única e diversificada, em contraste com a área envolvente, permite o seu aproveitamento em termos da captação e/ou da troca de fluxos turísticos, tal como vem acontecendo em relação aos fluxos de circulação e comércio.

A *paisagem*, no sentido mais lato que a palavra encerra, poderia ser entendida, por si só, como o conjunto das potencialidades e atracções turísticas do PNSSM. Na verdade, este elemento tão abrangente, que sintetiza uma mistura de aspectos tão diferentes e contudo tão interligados - como sejam os rios, as albufeiras, os vales, a serra, os planaltos ou o homem e as actividades que este vem desenvolvendo, isto é, a paisagem natural e a paisagem humanizada -, constitui, não raras vezes, o motivo da deslocação dos visitantes, mobilizados pelo deslumbramento de uma paisagem única, onde a existência de miradouros (naturais e construídos) lhes proporciona um quadro de grande qualidade e rara beleza. A paisagem é um elemento indissociável do Turismo de Natureza.

A *observação da natureza* alcança cada vez maior importância ao nível da captação de fluxos turísticos. O PNSSM, pelo seu grau de conservação e pelo seu património natural raro e diversificado (exemplos ainda bem conservados do que poderá ter sido a grande vastidão do coberto de carvalhais; pluralidade de habitats; inúmeras espécies faunísticas e florísticas ameaçadas ou em perigo

de extinção; particularidades geomorfológicas; ...), apresenta enormes potencialidades neste campo, ultrapassando mesmo a simples condição de observação da natureza, constituindo-se como um possível destino de turismo científico que pode ser aproveitado por estudantes, investigadores ou, de um modo geral, pelos amantes da natureza.

Os *percursos pedestres interpretados*, já com alguma implementação no PNSSM, assumem aqui especial relevo ao constituírem-se como uma das formas mais usuais de contemplação da natureza.

Os *desportos de ar livre*, também denominados desportos de natureza, têm uma relação forte com os aspectos naturais e encontram no PNSSM, embora com algumas restrições, um meio ideal para a sua prática, possibilitando a articulação entre um vasto número de actividades que podem combinar desportos terrestres com desportos aquáticos ou mesmo aéreos.

No âmbito do *património histórico-cultural*, o PNSSM apresenta, um pouco por toda a parte, inúmeros motivos de interesse. Assim, ao nível do património histórico edificado, o PNSSM reúne um extenso rol de monumentos, que vão desde importantes testemunhos arqueológicos (megalíticos, romanos, medievais, ...), passando por um conjunto de edificações religiosas (igrejas, ermidas, ...), até aos aglomerados habitacionais próprios, bem conservados e

definidos nas áreas rurais, passando por alguns castelos e casas apalaçadas. Está em curso a candidatura da vila de Marvão a património mundial da UNESCO o que, associado a outras iniciativas no mesmo concelho, (escavações arqueológicas e musealização da cidade romana da Amaia) se podem traduzir num aumento do fluxo de visitantes.

As *festas e romarias* abundam um pouco por toda a região durante o verão e estão, na sua maioria, associadas a acontecimentos religiosos. Este factor atractivo, assume cada vez maior importância em termos do número de pessoas que mobiliza, abrindo a possibilidade de se estabelecerem complementaridades entre o Turismo de Natureza e o Turismo Religioso e/ou Cultural.

O *artesanato* é sempre um complemento importante da actividade turística, podendo, por vezes, de forma isolada constituir motivo de atracção. A rica herança cultural da região traduz-se a nível do artesanato, num conjunto de manifestações, destacando-se os trabalhos em cortiça, cestaria, ferro forjado, olaria, pelaria, madeira e bordados. O artesanato nas regiões do PNSSM tem vindo a ser alvo de acções de revitalização, designadamente através de cursos de formação, organização de artesãos (através da criação de uma Associação) e criação de mais oportunidades para mostra/venda, e, por isso, alvo de maior atenção por parte dos apreciadores da arte e dos ofícios tradicionais.

De grande importância para a área do PNSSM são os *produtos regionais certificados*, que não se podem dissociar das características do meio natural. Podem salientar-se os enchidos de porco preto (Arronches), os queijos de ovelha (Nisa), a castanha (Marvão), a cereja (S. Julião – Portalegre) e outros produtos certificados (num total de 15 produtos), que devidamente inseridos vão de encontro à formatação do Turismo de Natureza (nomeadamente na gastronomia).

A *gastronomia*, é um sector com bastante atractividade, tanto pela sua diversidade e qualidade como pela sua especificidade; tratando-se de uma região dotada de inúmeros produtos típicos e muito característicos, faz com que a sua gastronomia seja um verdadeiro alento para os visitantes e os habitantes. Dado tratar-se de uma componente tradicional e com potencial, deverá ser pensada uma forma de actuação estratégica que favoreça aqueles que efectivamente comercializam os produtos tipificados como “regionais” e estimule todos aqueles que querem aderir à rede de oferta gastronómica regional a inseri-los na suas ementas. As opções gastronómicas são variadas e de qualidade, carecem é da devida organização e regulamentação.

O *alojamento turístico* surge como componente indissociável da actividade turística, constituindo, muitas vezes, a razão principal da deslocação dos visitantes. A oferta de alojamento turístico, quer na modalidade de turismo em

espaço rural, quer na modalidade de casas de natureza, é ainda incipiente, dado que a maior parte da oferta se faz através de unidades hoteleiras convencionais. Existe algum potencial de desenvolvimento de estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento nas modalidades previstas em termos de Turismo de Natureza.

3.2. Caracterização da oferta de infra-estruturas e equipamentos turísticos

Na realização da caracterização da oferta turística, foi considerada, não só a área do Parque Natural, como também a totalidade da área territorial dos concelhos que o integram ou seja, Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre.

Esta opção foi tomada de acordo com a proposta de Plano de Ordenamento do PNSSM, onde se estabelece e define o alargamento da Área protegida. Como consequência deste ajuste de limites, o Parque futuramente irá ocupar uma área de 56000 há (abrangendo a totalidade da área territorial do concelho de Marvão, a quase totalidade da área territorial do concelho de Castelo de Vide, enquanto que a área territorial do concelho de Arronches incluída no PNSSM irá sofrer um ligeiro aumento e a de Portalegre diminui ligeiramente).

3.2.1. Alojamento

A região do PNSSM, encontra-se neste momento dotada de 50 unidades hoteleiras, sendo grande parte integradas nas categorias de pensão e residencial e caracterizadas por terem um gestão familiar e uma capacidade de ocupação baixa.

Os hotéis (EH) existentes apresentam uma dimensão reduzida, tendo igualmente uma baixa capacidade de ocupação. Esta situação, dos estabelecimentos hoteleiros, traduz bem a realidade actual da região uma vez que não apresenta uma grande dinâmica no que se refere ao movimento turístico. A taxa de ocupação anual é na ordem dos 30% sendo caracterizada por uma forte sazonalidade (2/3 das dormidas ocorrem no período de Abril a Setembro).

Na região encontram-se implementadas 10 unidades de Turismo em Espaço Rural (TER). Este tipo de alojamento apresenta francas potencialidades de desenvolvimento no território, não só por serem unidades de alojamento que se integram em pleno num espaço rural, como também por desenvolverem actividades ligadas às características da região onde se inserem, promovendo tanto as práticas locais (gastronomia, agricultura, ...), como realizando actividades que se enquadram dentro dos desportos de natureza (passeios,

caça, desportos náuticos...); e finalmente por permitirem e proporcionarem ao seu cliente um contacto estreito com os diferentes patrimónios presentes no território, que são afinal os recursos turísticos existentes.

O PNSSM dispõe actualmente de 4 unidades de alojamento classificadas como Casas Abrigo, que resultam da recuperação de antigas escolas primárias, com traças muito próprias e que se enquadram perfeitamente na paisagem em geral e nos pequenos aglomerados populacionais onde se situam.

Existe ainda na região do PNSSM, um Parque de Campismo, numa zona que apresenta as condições necessárias para estadias ao ar livre, de qualidade e num ambiente seguro.

Arronches	1 pensão/residencial 1 unidade de casa de campo 1 casa de abrigo
Castelo de Vide	2 hotéis 1 albergaria 1 turismo rural 6 casas de hóspedes 2 pensões/residencial 2 unidades de Agroturismo 2 alojamento particular 1 centro de férias
Marvão	1 pousada regional 1 albergaria 3 pensões/residencial 2 unidades de turismo em espaço rural 2 unidade de Agroturismo 2 alojamento particular

	2 casas de abrigo
	2 moradia turística
	2 casa de hóspedes
Portalegre	1 hotel
	1 unidade turismo de habitação
	5 pensões/residencial
	2 unidades de turismo em espaço rural
	1 parque de campismo
	1 pousada de juventude
	1 estalagem
	1 alojamento particular
	1 casa de abrigo
	1 unidade de agroturismo

3.2.2. Restauração

A gastronomia é uma prática muito específica de cada região e mesmo quando existem pratos regionais com a mesma denominação, o mais provável é que a sua confecção seja diferente, não só devido à forma como são elaborados mas também aos produtos que são utilizados. A área do PNSSM é bastante atractiva neste recurso, tanto pela sua diversidade e qualidade como pela sua especificidade, sendo uma região dotada de inúmeros produtos típicos e muito característicos.

A nível de restauração, esta região está dotada de cerca de 68 unidades, na sua maioria Casas de Pasto, Restaurantes e café-pastelaria. São unidades de dimensões reduzidas com um atendimento familiar normalmente muito caloroso, e apresentando um forte potencial no referente à confecção, qualidade

e diversidade de oferta. Existem porém estabelecimentos de restauração que não se enquadram nesta filosofia de serviço, sendo a sua qualidade muito fraca.

Será ainda importante referir a existência de alguns restaurantes que se destacam do carácter simplista acima referido, nomeadamente por apresentarem tanto qualidade a nível da confecção como do serviço, tendo muitos já adquirido algum renome a nível nacional.

Arronches	6 Unidades de Restauração	291 lugares
Castelo de Vide	11 Unidades de Restauração	953 lugares
Marvão	18 Unidades de Restauração	1303 lugares
Portalegre	33 Unidades de Restauração	3047 lugares
total	68 unidades de Restauração	5594 lugares

3.2.3. Equipamentos e infraestruturas desportivos

Hoje em dia assiste-se a uma procura crescente de locais que tenham condições e aptidões naturais para o desenvolvimento de actividades desportivas. A área do PNSSM, além de possuir o cenário paisagístico ideal, apresenta um leque diversificado de estruturas directamente ligadas as essas actividade.

Importa salientar que, a divulgação e a dinamização desses pólos se torna essencial para um bom aproveitamento desses recursos.

Arronches	1 Piscina 2 centro hípico 4 Zonas de Caça Turística 3 Zonas de Montanhismo 2 Complexos Desportivos 1 Pavilhão gimnodesportivo
Castelo de Vide	1 Barragem 1 Piscina 1 pavilhão gimnodesportivo 1 campo de ténis 3 Zonas de Caça Turística 1 Campo de Tiro aos pratos 3 Centro hípico 3 Campos Desportivos 1 centro de pesca e caça
Marvão	1 Barragem 1 Campo de Golfe 2 Zonas de Montanhismo 1 Piscina fluvial 1 centro de lazer
Portalegre	5 Piscinas 2 Zonas de Caça Turística 3 Zonas de Montanhismo 2 Centros hípico 2 Campos de Ténis 1 Campo de Tiro 1 Campo de Treinos 2 Campos Desportivos

3.2.4. Infraestruturas de actividades culturais

Uma forma de cativar o visitante e, ao mesmo tempo, favorecer a fixação da população local proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida, será através da diversidade de oferta de actividades culturais como por exemplo, exposições, conferências, espectáculos, entre outras. Assim a região necessita de estar dotada de espaços dedicados ao lazer e às actividades culturais, revestindo-os de um carácter dinâmico.

Neste aspecto, esta região apresenta elevadas carências, tanto pela falta de espaços propícios ao desenvolvimento de actividades culturais, como pela elevada concentração das mesmas a nível espacial e de carácter temporal.

Contudo importa salientar a existência de alguns centros culturais, que apesar das suas visíveis limitações vão assegurando a realização de algumas iniciativas que, de alguma forma, contribuem para a divulgação da cultura popular.

Arronches	1 Biblioteca 1 Circuito Turístico 2 Centros culturais 3 Praça de touros
Castelo de Vide	4 Associações/Sociedades Musicais 1 Cine-teatro 4 Auditórios 2 salas de reuniões 1 Circuito Turístico 1 Biblioteca 1 Centro de interpretação do PNSSM 1 Centro municipal de cultura 3 salas de exposições
Marvão	2 Museus 3 Circuitos Turísticos 1 Sala de Espectáculos 1 Auditório 1 centro cultural 1 Galeria Municipal
Portalegre	2 Associações /Sociedades Musicais 3 Circuitos Turísticos 5 Salões de Festas 6 Auditórios 5 galerias de exposições 4 Salas de Reuniões 1 Biblioteca

1 Cine-teatro
1 Teatro
4 Museus

3.2.5. Empresas de animação turística e operadores turísticos

Existem 9 empresas de animação que exercem actividade dentro do território abrangido pelo PNSSM, estando 5 delas sediadas dentro da área dos 4 concelhos que fazem parte do Parque

As empresas de animação distribuem-se geograficamente pelos concelhos de Arronches, Campo maior, Crato, Évora, Fátima, Marvão e Portalegre.

Arronches	1 animação desportiva e sócio-cultural
Campo Maior	1 animação desportiva /defesa do ambiente
Crato	1 animação turística
Évora	1 animação turística
Fátima	1 animação desportiva
Marvão	1 animação desportiva
	2 animação desportiva/sócio-cultural
Portalegre	1 animação desportiva

Quanto aos operadores turísticos da região do PNSSM existem 3 empresas sediadas em Portalegre.

3.2.6. Estruturas do PNSSM

Estruturas de Apoio	Localização
Sede do PNSSM	Portalegre
Centro de Recepção e Interpretação	Castelo de Vide
Postos de Informação Turísticos (2)	Marvão e Arronches
Casas de Natureza (7) (3 em construção)	Escusa, Vale de Ródão, Rabaça e Hortas de Baixo
Parque de Merendas (3)	Fonte dos Carvoeiros, Portalegre
Quinta de Descoberta da Natureza (em construção)	Quinta dos Olhos d'Água, Marvão
Rede de Percursos Pedestres (5)	Marvão, Galegos, Carreiras, Reguengo e Esperança

III - ESTRATÉGIA ADOPTADA NO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE

1. ESTRUTURAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Para formular a estratégia a ser adoptada foi necessário inicialmente proceder-se a uma Avaliação Prévia⁴² da zona, de forma a identificar as áreas actuais de actuação do PNSSM, e colmatar aquelas que foram mais negligenciadas até à data.

Numa primeira fase, foi efectuado um levantamento exaustivo das acções do PNSSM - as que já foram realizadas, as que estão em fase de elaboração e as que estão programadas.

Numa segunda fase foi efectuado o confronto entre as acções do PNSSM com as acções consideradas pelo Guia metodológico fornecido pela Europark. O Guia encontra-se dividido em 8 vectores de análise, onde são identificadas medidas concretas, consideradas pertinentes de serem aplicadas numa área protegida, foi elaborado com base nos planos de acção apresentados pelos 10 parques pilotos europeus.

⁴² A Avaliação prévia foi feita com base na grelha de Avaliação fornecida pela Europark. A Grelha esta dividida em 8 capítulos assentes nos objectivos genéricos da CETSAP e encontra-se no Anexo I deste trabalho.

Por ultimo, avaliamos o nível de Realização, Planificação e Pertinência de cada acção para o território, num horizonte de 5 anos (2002-2007), classificando cada uma delas numa escala de 0 a 5 (5= prioridade máxima)

Conseguimos assim identificar as áreas prioritárias de actuação bem como os pontos fortes e fracos da região de forma a contribuir para uma estruturação coerente da estratégia, que nos conduza a um desenvolvimento integrado.

Esta análise encontra-se descrita, em cada vector da Estratégia aqui apresentada, no ponto intitulado **Situação Actual**.

2. APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

A estratégia elaborada pelo PNSSM terá como principal objectivo estabelecer um programa base de actuação em relação à gestão integrada e sustentável do sector turístico, assente nos 6 objectivos genéricos estabelecidos pela CETSAP que são:

- Desenvolver uma política de qualidade;
- Controlar e gerir a frequência turística;
- Promover e desenvolver uma política de marketing;
- Formar, educar e sensibilizar;
- Proteger e Valorizar o Património;
- Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

As linhas estratégicas a adoptar devem traduzir-se em instrumentos de gestão para a Área Protegida e assentar no desenvolvimento de planos de acção em parceria com entidades públicas e privadas que operam no seu território.

A estratégia aqui apresentada, reflecte o trabalho em parceria com as seguintes entidades:

- Região de Turismo do Norte Alentejano (RTNA)
- Câmara Municipal de Portalegre
- Câmara Municipal de Castelo de Vide
- Câmara Municipal de Marvão
- Câmara Municipal de Arronches

Foram incluídas na estratégia e no plano de acção, apresentado no **anexo II**, as acções a realizar por estas entidades que podem de alguma forma contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

2.1. DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

O PNSSM dispõe actualmente de um conjunto considerável de actividades, serviços e instalações (passeios a pé e de bicicleta; feiras, festas e romarias; artesanato; oferta de produtos regionais; parques de merendas; casas-abrigo ...) que se enquadram no desenvolvimento de um turismo sustentável, carecendo, porém, de uma eficiente organização e rentabilidade.

Uma integração eficaz das actividades e serviços existentes na região pode constituir um fenómeno favorável na medida em que poderá, quando devidamente enquadrada por outro tipo de ofertas (restauração, alojamento, comercialização de produtos tradicionais), induzir um desenvolvimento sustentável da região, criando emprego e fontes de rendimento complementares. Nesta perspectiva, o turismo sustentável surge como uma alternativa interessante ao turismo de massas.

A procura de qualidade deverá ser transversal, atingindo todas as vertentes, desde os espaços de acolhimento à própria promoção, e deverá basear-se no conhecimento das exigências e expectativas em matéria de qualidade dos visitantes

Objectivos:

- Garantir a qualidade de oferta turística
- Adequar a oferta à procura
- Mobilizar as empresas turísticas da região para o desenvolvimento de uma prática específica do turismo sustentável
- Ordenar a prática de actividades desportivas e recreativas no Parque Natural da Serra de S. Mamede

Situação actual:

O PNSSM, graças às suas características naturais, geomorfológicas e climáticas, associadas ao património cultural e à qualidade paisagística, tem vindo a constituir-se como um pólo de atracção turística. Desde o início, a AP desenvolveu um conjunto de acções que visavam dotar a mesma de equipamentos e infra-estruturas assentes no primado da qualidade.

Assim:

- elaborou um conjunto de percursos pedestres cobrindo habitats diferenciados e elaborou folhetos informativos e interpretativos;
- criou casas-abrigo, remodelando escolas desactivadas;
- beneficiou caminhos;
- sinalizou pontos de interesse turístico
- promoveu a recuperação e/ou construção de estruturas de elevadíssimo valor histórico e cultural
- apoiou os produtos regionais
- criou zonas de recreio e lazer e parques de merendas

Para além destas iniciativas tem apoiado todas as iniciativas de instituições locais que visam o desenvolvimento de um turismo de qualidade, como sejam as numerosas acções de formação levadas a cabo pela RTNA, tendo participado em alguns deles.

Porém, e apesar da grande diversidade de oferta já existente, não existe uma rede de oferta de serviços e actividades de animação turística que funcione de

uma forma articulada. À excepção das feiras, festas e romarias, que obedecem a lógicas de organização distintas (com calendário e local específicos e conhecidos), as restantes actividades e serviços de animação assumem, quase sempre, um carácter esporádico, ora dispersos, ora concentrados geograficamente, e muito influenciados pela forte sazonalidade própria da actividade turística.

A procura de actividades e desportos de Natureza tem aumentado significativamente, pelo que urge, regulamentar e ordenar estas prática no sentido de acautelar as condições de realização.

Estratégia:

A implementação de uma política coerente de valorização qualitativa das potencialidades turísticas da AP traduz-se numa componente de intervenção territorial, entendida como o conjunto de acções que têm como objectivos fundamentais melhorar as condições de utilização e fruição dos recursos de interesse turístico e garantir simultaneamente a manutenção das suas potencialidades e características enquanto recurso.

Esta componente de intervenção territorial pode revestir três formas básicas:

- uma actuação directa no terreno, traduzida genericamente em “obras” destinadas a melhorar as condições infraestruturais, ambientais e visuais dos locais onde se situam os pólos ou locais de atracção turística,
- uma acção disciplinadora de usos, traduzida genericamente na adopção de “regras” (Plano de Ordenamento, PDM’s, Carta de Desporto de Natureza, etc.),
- um plano concertado de acções de formação de forma a qualificar a mão de obra local.

Por outro lado, o Parque está neste momento a por em prática o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), que assenta numa estratégia concertada de turismo e ambiente concebido para a implementação de um turismo sustentável em Áreas Protegidas; propõe a integração e sustentabilidade dos seguintes vectores:

- Conservação da Natureza,
- Desenvolvimento local,
- Qualificação da oferta turística,
- Diversificação da actividade turística.

O PNTN vai ao encontro dos objectivos da Carta Europeia de Turismo Sustentável, e está a ser implementado no Parque Natural da Serra de S. Mamede como projecto Piloto.

Nota: *O conjunto de acções explicitadas no Vector 1 do Programa de acção do **anexo II**, esta directamente relacionado com a operacionalização desta estratégia. Para além destas, outras acções integradas noutros vectores, contribuem ainda que de uma forma indirecta para a estratégia.*

2.2. CONTROLAR E GERIR A FREQUÊNCIA TURÍSTICA

Apesar dos potenciais impactos positivos decorrentes da implementação de uma estratégia de turismo sustentável numa área protegida podem também surgir situações menos favoráveis que urge controlar, nomeadamente a concentração exagerada de visitantes em certos períodos e locais, com todas as implicações daí decorrentes para a conservação da natureza.

Assim torna-se fundamental conhecer os fluxos dos visitantes, e canaliza-los da melhor forma.

Objectivos:

- Conhecer e canalizar os fluxos dos visitantes de forma a não sobrecarregar os locais que a priori são mais frequentados

- Criar alternativas atractivas noutras áreas do Parque, ou mesmo nas regiões envolventes, por forma a diminuir a pressão sobre áreas de maior interesse turístico que muitas vezes são coincidentes com as áreas de maior sensibilidade ambiental
- Criar sinalização turística, que englobe todo o tipo de informações de interesse turístico contidas em suportes fixos colocados na via pública ou em locais de acesso ao público de forma a facilitar a circulação e canalizar os visitantes
- Conhecer a distribuição dos visitantes no espaço e no tempo de forma a desenvolver uma estratégia que combata a sazonalidade, e consequentemente rentabilize melhor os estabelecimentos hoteleiros ao longo de todo o ano

Situação actual:

A área do Parque encontra-se com graves deficiências a nível da sinalização, o que leva a uma concentração preferencial do fluxo dos visitantes nos grandes centros urbanos. Esta situação faz com que outras localidades, não menos atractivas, sejam menos visitadas. Porém esta situação está a ser invertida estando a ser concretizados dois projectos de sinalização.

Por outro lado temos uma concentração dos visitantes nos meses de Junho, Julho, Agosto, nos períodos ligados as festividades (Carnaval, Páscoa, Natal,..) e aos fins de semana, levando a uma descontinuidade na taxa de ocupação dos empreendimentos turísticos da região e a uma maior concentração de actividades em algumas épocas do ano. Tem havido por parte da região de Turismo um esforço no sentido de inverter esta situação, promovendo, em parceria com algumas unidades de alojamento, pacotes turísticos mais acessíveis durante a semana e as épocas baixas.

O Parque Natural apresenta graves carências no que diz respeito a mobilidade dos visitantes, isso porque tem neste momento uma rede de transportes públicos deficiente, tanto a nível quantitativo, poucas carreiras a assegurar a ligação entre os diferentes pólos urbanos e com horários bastante restritos assim como qualitativo, os meios de transportes utilizados estão desajustados às exigências de uma área protegida.

Isso leva a que o principal meio de transporte dentro do Parque seja viatura própria, o que implica uma rede rodoviária bem sinalizada e em bom estado de conservação.

Na região do PNSSM, não existe um controle da frequência turística nem uma boa gestão dos fluxos dos visitantes, o que dificulta a interacção da procura

turística com os princípios de conservação da área protegida. No entanto estão a decorrer estudos no intuito de colmatar estas deficiências.

Estratégia:

Pretende-se dotar o território do PNSSM de um conjunto de actividades, serviços e instalações que, para além de promover a ocupação dos tempos livres dos visitantes, contribuam, de alguma forma, para a ordenação do turismo e do recreio e para o desenvolvimento sustentável da região ao longo de todo o ano.

Para isso será fundamental um conhecimento profundo da situação actual de forma a criar pontos alternativos de atracção turística, diminuindo a pressão sobre áreas mais visitadas que, muitas vezes, são as mais sensíveis do ponto de vista ecológico.

Por outro lado será importante equacionar as campanhas de animação com os valores do património ambiental e sócio-cultural da região de forma a não entrar em conflito com os princípios de protecção e conservação da natureza nem adulterar a identidade da região.

Para isso será necessário tomar algumas medidas, nomeadamente:

- Analisar a tipologia do turista de forma a podermos caracterizar os actuais clientes e visitantes da região, e identificar os fluxos preferenciais;
- Definir, tendo em consideração o Plano de Ordenamento e as classes de zonamento nele definidas, os potenciais locais para a instalação de estruturas e actividades ligados a um turismo sustentável;
- Agregar nesses locais estrategicamente definidos modalidades de Animação Ambiental (pólos de recepção, centros de interpretação, comercialização de produtos regionais, percursos pedestres, parques de merendas, restauração), de forma a criar um complexo atractivo, eficaz na retenção e filtro de visitantes.

Em relação a prossecução do objectivo de ordenação e regulamentação das actividades desportivas e recreativas no seu território, o PNSSM traçou um conjunto de linhas estratégicas de âmbito genérico, cuja operacionalização passa pela implementação de instrumentos normativos, culminando na elaboração da Carta de Desporto de Natureza.

As principais orientações estratégias para o desporto de natureza são:

- Determinar as condições da prática das diferentes actividades desportivas e recreativas no PNSSM;

- Estabelecer parceria com Instituto Nacional de Desporto, autarquias, Gabinete de Desporto Escolar, INATEL, clubes e federações, no âmbito da elaboração da Carta de Desporto da Natureza;
- Ordenar e regular a prática de actividades desportivas e recreativas no Parque Natural da Serra de S. Mamede, no cumprimento dos objectivos fundamentais que conduziram à elaboração do Plano de Ordenamento e que visam a salvaguarda dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável da região.

Em relação às acessibilidades é fundamental melhorar a rede de transportes públicos de forma a garantir uma maior mobilidade dentro do Parque Natural, sem que seja preciso recorrer ao uso de veículo próprio, tanto por parte dos visitantes como da população local. Assim torna-se urgente trabalhar em parceria com as câmaras municipais de forma a estabelecer uma estratégia de actuação.

Nota: *O conjunto de acções explicitadas no Vector 2 do Programa de acção (Anexo II), esta directamente relacionado com a operacionalização desta estratégia. Para além destas, outras acções integradas noutros vectores, contribuem ainda que de uma forma indirecta para a estratégia.*

2.3. PROMOVER E DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA DE MARKETING

A afirmação de qualquer destino turístico reside, em larga medida, na estratégia promocional e de marketing que vier a ser desenvolvida pelas entidades competentes (órgãos de turismo locais, regionais ou nacionais; empresas de turismo, etc.). A cada destino turístico corresponde um certo número de singularidades em que, por definição, deve assentar a sua estratégia promocional.

Um destino turístico como o PNSSM, que tenta impor-se pela qualidade e especificidade dos seus recursos (combinando uma lógica de conservação da natureza e do património histórico e cultural com o seu usufruto ordenado por todos os que o desejem) deve socorrer-se de uma estratégia de promoção e *marketing* específica.

Objectivos:

- Sensibilizar os visitantes para as questões da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais;
- Contribuir para uma estratégia de promoção da região baseada num princípio de responsabilização pelo meio natural e sócio-cultural;
- Promover e valorizar os signatários da CETSAP.

Situação actual:

Em termos geográfico-promocionais, o PNSSM enquadra-se na Região de Turismo do Norte Alentejano, que tem como atribuições gerais “... a valorização turística das respectivas áreas, visando o aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas do património histórico, cultural e natural, no quadro das orientações e directivas da política de turismo definida pelo Governo e nos planos anuais e plurianuais do Estado e dos municípios” (Decreto-lei 287/91, de 9 de Agosto). Além do material promocional específico da região, esta é referida (em todo o material promocional distribuído pelo ICEP) como parte integrante de uma região turístico-promocional mais vasta, o Alentejo.

Esta Região de Turismo mostra-se bastante dinâmica na promoção da região, tanto a nível nacional como internacional, produz um volume significativo de material promocional, que posteriormente é distribuído pelos diferentes Postos de Informação Turística e participa activamente em feiras e eventos ligados ao turismo e ao desenvolvimento local.

O Parque Natural, por seu lado, contribui para a promoção da região com publicações específicas sobre o seu património natural e socio-cultural, assim como a divulgação de alguns percursos turísticos de interesse.

Estratégia:

O esforço promocional e a estratégia de *marketing* turístico a implementar deve assentar numa série de material escrito e audiovisual, em base papel e multimédia, de carácter informativo e promocional e de qualidade artística, técnica e semântica.

Face a uma procura cada vez mais selectiva e exigente em termos de informação disponível, torna-se necessário apostar numa prestação eficiente ao nível dos serviços, bem como na instalação de equipamento e produção de material informativo/promocional de qualidade, quer do ponto de vista gráfico, quer do ponto de vista do conteúdo, onde a possibilidade de se obterem informações práticas e esclarecedoras constitui um aspecto de máxima importância.

Os elementos estratégicos a reforçar e/ou a implementar são:

- Sistema coordenado de sinalização (turística e viária);
- Conjunto coordenado de publicações, de folhetos, guias e outros produtos multimédia;
- Serviço coordenado de apoio/informação directa, ao visitante;

- Para além destas vertentes deverá ser implementado um conjunto de iniciativas de divulgação e promoção da região.

Nota: *O conjunto de acções explicitadas no Vector 3 do Programa de acção (Anexo II), esta directamente relacionado com a operacionalização desta estratégia. Para além destas, outras acções integradas noutros vectores, contribuem ainda que de uma forma indirecta para a estratégia.*

2.4. FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

A formação, educação e sensibilização com carácter regular são indispensáveis para a implementação , no terreno, das políticas de sustentabilidade preconizadas. Os visitantes e a população residente deverão dispor de equipamentos e acções que lhes permitam, por um lado, conhecer e valorizar o património (natural e cultural) da área e, por outro lado, compreender e aceitar os código de conduta estipulados e as acções conservacionistas preconizadas.

Estas acções poderão potenciar o desenvolvimento regional e a dinamização cultural. Para além disso, elas são também um elemento determinante para a construção da imagem do Parque e, em certa medida, da atitude face ao mesmo e face à população residente que o utiliza.

Assim, é fundamental alertar para a conservação do património natural e cultural, salientando a importância desse património quer no contexto actual (económico, social, cultural e biológico), quer numa perspectiva futura, designadamente no que se prende com a memória e individualidade das comunidades e com a qualidade de vida do Homem.

Alem disso, as Áreas Protegidas têm como vocação e responsabilidade dotar a visitabilidade dos seus espaços de um carácter e objectivo didácticos.

4.1. Interpretação Ambiental

A Interpretação é uma das actividades a que se deve dar especial atenção, isto porque, hoje em dia, assiste-se a uma tendência crescente na procura desta prática a nível nacional e internacional, associada à actividade turística.

O visitante de hoje procura durante a sua estada ter um conhecimento mais aprofundado das paisagens e dos diversos fenómenos com que se depara

Objectivos:

- Ordenar o acesso e a visita à Área Protegida, salvaguardando os seus valores;

- Contribuir para a descoberta dos valores naturais, históricos e culturais nas suas diferentes valências, e tendo subjacente uma postura ambiental ajustada às características e limitações inerentes à qualidade de área protegida;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, rentabilizando os seus recursos naturais, materiais e humanos .

Situação actual:

O PNSSM dispõe actualmente de algumas estruturas (centro de interpretação, núcleos museológicos, estruturas tradicionais recuperadas, percursos pedestres) que podem ser utilizados na vertente da interpretação , no entanto, não têm até à data sido rentabilizados da melhor forma, por escassez de recursos humanos e financeiros. Este património encontra-se:

- Sob gestão directa das entidades públicas; os agentes locais têm pouco ou nenhuma intervenção/participação sobre o mesmo;
- disperso no território;
- com reduzida ligação entre si.

A actual gestão encontra-se desajustada da realidade do território e dos recursos da área protegida o que tem conduzido a uma má rentabilização das potencialidades dessas estruturas, pelo que se considera urgente a reformulação das estratégias até agora seguidas.

No entanto o parque teve a preocupação de estabelecer uma rede de percursos pedestres cujos folhetos remetem para uma interpretação da paisagem e do património.

Além disso, o núcleo de Educação Ambiental do Parque tem vindo a desenvolver um trabalho notável juntamente com as escolas, realizando percursos interpretativos. No sentido de autonomizar estes percursos, está em fase de implementação no terreno uma sinalética adequada.

Estratégia:

Dotar o PNSSM dos meios necessários à implementação da interpretação, passa pela dinamização de mais um centro de interpretação, percursos interpretativos temáticos ou integrados, e recuperação do património constituindo-se diversos pólos de interpretação e/ou ecomuseológicos.

Em particular, no que se refere ao projecto da Quinta de Descoberta da Natureza dos Olhos d' Água, ele constituirá em todas as suas valências um passo significativo na interpretação ambiental.

A interpretação do Parque por grandes temas e/ou pólos relevantes promove o conhecimento da A.P. proporcionando ao visitante uma estada agradável e enriquecedora.

Uma estratégia de desenvolvimento das actividades de interpretação ambiental será a criação de rotas e percursos temáticos.

4.2. Educação ambiental

Actualmente, a educação ambiental assume um carácter dinâmico, o qual assenta na existência de um equilíbrio entre o meio natural e o homem, com vista à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de desenvolvimento e progresso. Neste contexto, a Educação Ambiental é aceite, cada vez mais, como sinónimo de educação para o desenvolvimento sustentável ou de educação para a sustentabilidade.

Objectivos:

- Ministras o ensino, em matéria de ambiente, à juventude assim como aos adultos com o fim de criar as bases que permitam no futuro criar comportamentos e proporcionar uma participação activa nas questões da conservação do ambiente;

- Proporcionar aos indivíduos, às empresas e às colectividades uma maior sensibilização no que respeita à protecção e melhoria do ambiente, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e consequentemente comportamentos adequados a uma boa prática ambiental;
- Formar uma população consciente e preocupada com o ambiente e com os seus problemas, contribuindo para a aquisição de valores ambientais.

Situação actual:

A Educação Ambiental é prioritária como meio de formação de novas mentalidades. Fazemo-la, nesta Área Protegida, dirigida às populações, em particular à população escolar, pretendendo a modificação das suas atitudes e uma participação activa. Por isso, e sabendo que é necessário que esta mentalidade se forme logo nos primeiros anos, temos elaborado diversos projectos adequados às escolas.

Anualmente o parque elabora, juntamente com as escolas, projectos de educação ambiental subordinados a temas ligados ao ambiente, proporciona e participa em diversos encontros e colóquios e acompanha as visitas de estudo solicitadas pelas escolas (todos os níveis de ensino).

O Parque dá apoio a actividades extra curriculares junto de diversas entidades tais como os clubes de ambiente, e núcleos ambientalistas.

Quanto a acções de educação ambiental junto do público em geral poderemos citar, entre outras:

- apoio a zonas de caça associativa a fim de evitar a eliminação de predadores e de manter o equilíbrio ecológico;
- programa de rádio semanal da inteira responsabilidade do PNSSM;
- contactos com as autarquias;
- apoio a iniciativas autárquicas e destas a acções do Parque;
- apoio a grupos ambientalistas.
- criação de um site na Internet com histórias e concursos;
- publicações diversas, desde livros de banda desenhada a pastas pedagógicas.

Estratégia:

A Educação Ambiental deverá constituir uma preocupação de carácter geral e permanente na implementação do processo de educação, pressupondo uma

clara definição de intenções educativas, e ainda estratégias e actividades de ensino-aprendizagem.

Com esse intuito o parque pretende desenvolver actividades educativas que abranjam diversas temáticas particularmente pertinentes para a nossa área de intervenção.

Por outro lado, tendo em conta o estabelecimento de uma rede equilibrada de oferta de alojamento em Casas de Natureza (previsto no PNTN) há que potenciar as valências da Quinta dos Olhos d'água no que diz respeito á educação.

O PNSSM deverá reforçar o seu papel pedagógico junto da população residente, dos visitantes e das empresas turísticas. Para a concretização deste pressuposto é fundamental equipar o parque com infra-estruturas para a pratica efectiva da educação ambiental, e apostar nas parcerias que visem a Formação/Educação.

4.3. Formação profissional

Associado à promoção e execução da estratégia de valorização desta Área Protegida, designadamente do turismo, pretende-se também uma capacidade

de mudança e de operacionalização de intervenções, que suscite o interesse da formação dos recursos humanos. Assume-se, assim, que a qualidade do factor humano constitui condição indispensável no desenvolvimento de uma política coerente de turismo interno. Ou seja, a qualificação do factor humano, designadamente pela formação, deve integrar os objectivos da estratégia desenhada para o Turismo .

Objectivos:

- Melhorar qualitativamente o serviço prestado pelos agentes ao nível do desempenho profissional e dotá-los de conhecimentos ambientais mais alargados e de práticas ajustadas;
- Sensibilizar os agentes turísticos para as questões da conservação da natureza de forma a fomentar uma gestão e racionalização dos recursos naturais;
- Melhorar o conhecimento do impacto das diversas actividades de animação de forma a sensibilizar os agentes turísticos para as questões da conservação.

Situação actual:

Como aspectos francamente positivos, é de salientar a existência, na Escola Superior de Educação de Portalegre, de uma Licenciatura em “Turismo e Termalismo”.

É de referir, igualmente, a instalação a curto prazo (até 2004) da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, no âmbito do Instituto Nacional de Formação Turística.

Para além disso existem cada vez mais, na região do Norte Alentejano, Escolas Profissionais que dão formação em áreas concordantes com a actividade turística, sendo esse um grande potencial no sentido em que existe capital profissional para sustentar as práticas turísticas desenvolvidas. Podem-se referir os Cursos de formação de Turismo Ambiental e Rural em Monforte e Avis; Operadores de Termalismo /hidroterapia em Nisa, técnicos de Turismo/Profissionais de Informação Turística. Existe ainda em Elvas, região próxima do PNSSM, cursos de formação em Hotelaria, nas áreas de recepção, atendimento e restauração.

Apesar da existência de cursos específicos na área do turismo ser de extrema importância para a região, a insuficiente qualificação dos recursos humanos nesta área é ainda uma das principais preocupações assumidas pelos

responsáveis da administração e operadores. Esta carência é particularmente notória a nível do atendimento directo ao público.

Assim a Região de Turismo do Norte Alentejano, leva a efeito, sistematicamente, cursos de formação que proporcionam, aos profissionais do sector turístico uma formação profissional nas mais diversas áreas.

Estratégia:

A satisfação das necessidades de formação profissional deverá passar pela implementação de um esquema, com vista à desejada qualificação profissional, que envolva todas as partes interessadas, nomeadamente os órgãos da administração e de turismo locais, regionais e nacionais, todas as associações que têm por missão o desenvolvimento da região, o PNSSM, os responsáveis pelo sector empresarial ligado ao turismo, ou seja, todos os agentes que, directa ou indirectamente, se relacionem com o turismo.

Apesar dos esforços desenvolvidos em matéria de qualificação profissional, a situação actual revela-se, ainda, insuficiente para dar resposta às crescentes necessidades de formação. Impõem-se, por isso, uma maior participação de todos os agentes turísticos e das empresas, em particular, nos esquemas de formação e reciclagem profissional. Urge, portanto, criar estímulos e apoios às

empresas ou às associações profissionais que desenvolvam acções próprias de formação.

A elaboração de um plano de formação específica em turismo sustentável, deve incluir quer a formação dirigida ao pessoal do PNSSM e outras instituições com intervenção directa no território, quer às empresas e operadores turísticos, em diferentes domínios.

É de todo o interesse para a região que o Parque e a Região de Turismo do Norte Alentejano, num esforço conjunto, elaborem planos de formação que respondam às necessidades do sector turístico .

Nota: *O conjunto das acções explicitadas no Vector 4 do Programa de acção (Anexo II), esta directamente relacionado com a operacionalização destas estratégias apresentadas neste ponto.. Para além destas, outras acções integradas noutros vectores, contribuem ainda que de uma forma indirecta para as estratégias.*

2.5. PROTEGER E VALORIZAR O PATRIMÓNIO

O PNSSM tem como objectivo primordial a conservação, abordada nas suas diversas vertentes – natural, social, cultural e económica. Assim foram

estipulados os fins específicos de actuação (decreto-lei 121/89), que passamos a referir:

- “a) Promover a protecção e o aproveitamento sustentado dos respectivos recursos naturais e turísticos, bem como a conservação e promoção dos demais valores naturais, científicos e culturais, especialmente os seus elementos geomorfológicos, faunísticos e florísticos, os habitats necessários à conservação da fauna e flora, os valores arquitectónicos e as paisagens humanizadas;*
- b) Promover, de uma forma ordenada e equilibrada, o desenvolvimento económico, social e cultural da região e, em especial, das populações rurais, nomeadamente incentivando e apoiando as ocupações tradicionais do território;*
- c) Promover o ordenamento do território em causa, de forma que o seu uso seja conforme com os fins referidos nas alíneas anteriores;*
- d) Promover a divulgação dos valores naturais paisagísticos, culturais, estéticos e científicos da área, nomeadamente criando condições adequadas à visita ordenada do Parque Natural para fins recreativos e científicos.*

As prioridades de acção do PNSSM podem ser resumidas a um enunciado, - a necessidade de conciliação e equilíbrio entre o Homem e a Natureza

2.5.1. Património Natural

Objectivos:

- Estudar e inventariar o património Natural;
- Elaborar estudos e propor medidas visando a preservação do património natural, a gestão racional da flora e fauna selvagens e a protecção das espécies;
- Colaborar com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, no âmbito da conservação e preservação do ambiente;
- Apoiar técnica e financeiramente entidades públicas e privadas legalmente constituídas cujas finalidades se incluam no âmbito das atribuições do Parque Natural da Serra de S. Mamede;
- Promover, ordenar e regular a prática das actividades e serviços e a implementação das instalações de animação no PNSSM, em conformidade com os objectivos fundamentais consagrados no Plano de Ordenamento, que visam a salvaguarda dos recursos naturais e culturais e a promoção do desenvolvimento sustentável da região.

Situação actual:

Desde sempre, uma das principais preocupações do Parque tem sido proceder a uma inventariação do património faunístico e florístico da região. Foram realizados inúmeros estudos que ajudaram a conhecer e perceber a dinâmica do Parque.

Alem de servirem hoje como um bom instrumento de trabalho, ajudam no processo de monitorização da região assim como na elaboração de uma estratégia de minimização dos impactes e conservação do território.

A estratégia global de conservação do Parque Natural passa neste momento pelo controle das áreas sensíveis, em diferentes vertentes. Esse controle directo do território é efectuado pelos vigilantes da natureza e pelos técnicos do Parque quando em trabalho de campo.

São alvo de atenção e intervenção por parte do Parque, qualquer intenção de alteração no coberto vegetal, nas orlas rípicolas, nas podas e plantações assim como qualquer infracção a nível das actividades humanas ligadas à caça e à pesca. Os vigilantes da natureza têm como objectivo base fiscalizar as actividades, colaborar nos programas de investigação e avaliar os prejuízos na fauna e flora.

Estratégia:

No que diz respeito à conservação do património natural, anualmente o PNSSM estabelece prioridades de acção enquadradas nas necessidades de preservação e valorização do território nomeadamente no que diz respeito à flora e fauna.

Dado que os estudos de inventariação do património natural, já realizados, garantem um conhecimento relativamente abrangente do mesmo, as prioridades estratégicas desta AP estão agora centradas em projectos e acções de conservação de carácter abrangente e/ou pontual. Estas acções deverão continuar a assumir um carácter prioritário, estando neste momento em fase de elaboração/implementação diversas acções centrados nas seguintes vertentes:

- Conservação
- Gestão
- Monitorização
- Ordenamento das actividades produtivas e uso do solo

Como instrumento fundamental de gestão temos a conclusão do Plano de Ordenamento do Parque, que vai permitir dotar as entidades responsáveis pela conservação da natureza e pelo ordenamento do território de informação ambiental que permita a tomada de decisão em bases seguras. O Plano irá definir zonamentos e condicionantes que prefigurem a definição de capacidades de carga ambiental.

Por outro lado, é do interesse do Parque preservar as características da paisagem, fomentar o uso de práticas agrícolas tradicionais bem como preservar ao máximo as zonas naturais. Assim, tendo em conta que grande percentagem da área do parque pertence a particulares, o parque tem como uma das suas

prioridades fomentar o associativismo entre os proprietários. Só assim se garante uma estratégia de desenvolvimento e de conservação que garantam os princípios da sustentabilidade.

É de todo o interesse do Parque estabelecer um contacto directo com os responsáveis do turismo de forma a estabelecer normas de condutas amigas do ambiente e sensibilizar as empresas para as questões ambientais.

Seria importante realizar secções de esclarecimento assim como acções de formação que podem e devem ser feitas em parceria com as 4 câmaras municipais, Região de Turismo do Norte Alentejano e, o Centro de Emprego e Formação Profissional, de forma a podermos apostar num turismo responsável e de qualidade Cruzando assim os objectivos desta estratégia com os da formação e sensibilização.

2.5.2. Património Cultural

Objectivos:

- Inventariação e conhecimento dos bens culturais existentes com vista a respectiva identificação;
- Salvaguarda e valorização deste património de forma a garantir a identidade cultural desta região;

- Requalificar e revitalizar a identidade cultural de modo a incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural, promovendo simultaneamente o aumento do bem estar social e económico e o desenvolvimento regional e local
- Promover e divulgar os valores patrimoniais regionais.

Situação actual:

Desde sempre o PNSSM tem realizado intervenções a nível do estudo, valorização e conservação do património Cultural, já referidos em pontos anteriores deste capítulo.

O património Cultural material tem sido alvo de inventariação (Azenhas e Muros apiários) e de acções de requalificação e reconstrução (açude romano do Sever, choça de Marvão, Menir da Meada, calçadas medievais, produtos regionais, artesanato).

O PNSSM integra ainda neste momento a Fundação Cidade de Amaia. Essa fundação tem como principais objectivos a prossecução de acções de ordem cultural, educativa e filantrópicas, podendo também actuar nas áreas da ciência, social e desporto. As ruínas da cidade da Amaia constituem um dos arqueossítios mais relevantes encontrados em Portugal.

Relativamente ao património Cultural não material, esta AP tem tido uma preocupação constante no apoio a todas as iniciativas que visam a revitalização das tradições que asseguram a identidade cultural local. Como contributo, tem promovido a realização de vários estudos de carácter etnográfico e antropológico.

Contudo as acções desenvolvidas até ao momento, quer pelo PNSSM quer por outras instituições com responsabilidade nesta vertente, tem-se revestido de um carácter pontual não estando englobados numa estratégia integrada. Por este motivo neste momento estão reduzidas as potencialidades em termos culturais e turísticos.

Estratégia:

Do ponto de vista estratégico é fundamental uma inversão nas políticas seguidas em todas as instituições intervenientes na região, assim é prioritário a elaboração de planos e programas estratégicos que tracem as prioridades de intervenção ao nível da conservação da recuperação, ampliação, investigação e divulgação do património Cultural

Assim a estratégia do Parque passa por :

- Por em pratica o projecto da Quinta dos Olhos d' Água de Descoberta de Natureza;
- Realizar eventos e exposições ligados à temática ambiental e promotores do desenvolvimento local;
- Dinamizar e promover as festas e feiras locais;
- Execução de projectos de requalificação de património arquitectónico, etnográfico, arqueológico e/ou paisagístico passíveis de serem integrados em núcleos ecomuseológicos ou em pólos de animação.
- Aquisição e recuperação de meios de transporte tradicionais para a elaboração e exploração de circuitos temáticos e de passeios;
- Aquisição, preservação, recuperação e valorização dos elementos do património construído existentes;

- Criação de pontos de venda directa de produtos locais e artesanato;
- Revitalização de estabelecimentos tradicionais de convívio, como vendas e tabernas;
- Valorização, divulgação e promoção da gastronomia regional.

Nota: *O conjunto de acções explicitadas no Vector 5 do Programa de acção (Anexo II), esta directamente relacionado com a operacionalização desta estratégia. Para além destas, outras acções integradas noutros vectores, contribuem ainda que de uma forma indirecta para a estratégia.*

2.6. APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Assumindo o carácter multi-factorial do conceito de qualidade de vida, todos os esforços de implementação de equipamentos e serviços na área protegida revertem naturalmente, e em primeiro lugar em benefício da população residente. Assumimos mesmo que o desenvolvimento turístico só é pertinente se daí decorrerem mais valias para os residentes, complementando os recursos (económicos e culturais) que escasseiam em zonas interiores, deprimidas e envelhecidas como é a área em questão.

Objectivos:

- Criar uma dinâmica de colaboração entre os diferentes sectores económicos da região;
- Incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades na área do turismo mais aliciantes à fixação de jovens;
- Potencializar as parcerias com as Câmaras Municipais na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável;
- Estimular a criação de pequenas empresas familiares;
- Valorizar e divulgar os recursos endógenos;
- Revitalizar a economia local;
- Promover o acesso a bens e serviços.

Situação actual:

A estrutura sócio-económica da população activa residente no Parque divide-se, grosso modo, entre quem trabalha na sede do distrito em actividades dos sectores terciário ou secundário, e quem trabalha no próprio território do Parque em actividades ligadas à agricultura e pecuária ou a segmentos do sector terciário (administração, comércio, restauração e turismo).

As alterações recentes na estrutura da população, para além dos efeitos demográficos regressivos (baixa taxa de natalidade, envelhecimento progressivo da população e êxodo rural) são condicionadas pelas próprias tendências em termos de evolução da estrutura económica.

Assim, procedendo a uma análise por sectores, é de destacar a agricultura (bem como a pecuária e a exploração florestal) como os sectores produtivos que mais têm contribuído para a organização social e económica do território, expresso na estrutura de lugares e nos valores culturais da população.

O sector secundário é evidenciado pelo emprego na construção civil e obras públicas. O sector terciário ganhou, nas últimas duas décadas, um reforço bastante significativo, o que de certa forma está relacionado com o alargamento da oferta de serviços, em particular pelo aumento do peso empregador da Administração Pública Local. A actividade turística tem-se manifestado, progressivamente, como uma fonte de recursos económicos da região.

A qualidade de vida dos habitantes do Parque, para além dos aspectos relacionados com os indicadores ambientais (espaço atractivo em termos paisagísticos com índices de poluição praticamente nulos), passa também por se considerarem outros indicadores de bem-estar, em que o território se mostra deficitário, a saber: abastecimento de água, esgotos, electricidade, recolha de

resíduos e acessibilidades. A nível de equipamentos colectivos de nível básico a oferta é satisfatória, apenas a animação destas estruturas se tem mostrado insuficiente.

Finalmente, é de referir que o baixo nível de qualificações da população activa tem sido acompanhada uma incipiente oferta formativa, nomeadamente nas profissões de nível intermédio e básico do sector de serviços.

O que tem sido feito em todas as acções desenvolvidas pelo Parque contribui directa ou indirectamente para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Estratégia:

A estratégia a seguir no caso concreto terá que resultar necessariamente do cruzamento das estratégias anteriormente referidas. Assim, o conjunto de acções que deu corpo àquelas estratégias, ao promover o desenvolvimento turístico sustentável e de qualidade, promovem igualmente o desenvolvimento local, reforçando a sua componente económica e os bens e serviços disponíveis aos habitantes.

É fundamental que exista uma colaboração estreita entre todos os tecidos económicos da região, assim o Parque assenta a sua estratégia nos seguintes vectores:

- Promover a participação dos agentes locais quer sob a forma de actividades de iniciativa privada associadas às estruturas da área protegida quer sob a forma de gestão dessas estruturas.
- As actividades e estruturas deverão valorizar e dignificar o património cultural e histórico, nas suas inter-relações e nas suas relações com o meio natural, restituindo-se assim à população residente a sua identidade, e promovendo em simultâneo as actividades económicas da região.
- Incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços, particularmente as iniciativas endógenas.
- Promover os seus produtos endógenos e promover os seus valores culturais
- Definir e credenciar, para os diferentes tipos de actividades, parceiros privilegiados aos quais caberá assegurar o cumprimento por parte dos diferentes promotores das normas estabelecidas nos regulamentos existentes
- Apoiar as iniciativas que se enquadrem no PNTN.

Nota: *O conjunto de acções explicitadas no Vector 6 do Programa de acção (Anexo II), esta directamente relacionado com a operacionalização desta estratégia. Para além destas, outras acções integradas noutros vectores, contribuem ainda que de uma forma indirecta para a estratégia.*

3. IMPLEMENTAÇÃO DA CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL JUNTO DAS EMPRESAS E OPERADORES TURÍSTICOS DA REGIÃO

3.1. Historial da implementação da CETSAP junto das empresas e operadores turísticos da região

A sessão pública de apresentação da CETSAP decorreu em Castelo de Vide no dia 7 de Dezembro de 2000, onde compareceram entidades públicas e privadas, com interesses no projecto em causa. Das quais se destacam as Câmaras Municipais, a Região de Turismo de S. Mamede, associações regionais, empresas de animação turística, empresas de hotelaria e restauração.

Pretendia-se que essa sessão fosse o arranque para o desenrolar do processo de candidatura à CETSAP, porém a adesão dos potenciais parceiros não se mostrou de acordo com as expectativas criadas. Inicialmente esperava-se que o projecto em causa tivesse uma adesão espontânea por parte dos diversos actores, todavia tal não aconteceu devido a diversas condicionantes,

nomeadamente o facto de não se ter realizado uma divulgação/esclarecimento prévia do projecto, a sessão não ser exclusivamente sobre a CETSAP, a documentação disponibilizada ser em língua estrangeira (inglês e francês), e a apresentação da CETSAP ser realizada em francês sem tradução simultânea.

Sentiu-se pois a necessidade de reformular a estratégia de implementação da CETSAP, nomeadamente estabelecendo um contacto directo com os potenciais parceiros.

Numa primeira fase optou-se por estabelecer um contacto mais estreito com as empresas e operadores turísticos, sendo seleccionado um grupo de actores que actuassem em áreas diversificadas e apresentassem determinadas potencialidades para enquadrarem o espírito deste projecto. Considerou-se assim que a adesão das empresas seleccionadas poderia funcionar como um incentivo para as restantes empresas implementadas na região.

Foram contactadas até ao momento as seguintes entidades e empresas:

- 11 Unidades Hoteleiras

Albergaria El Rei Dom Manuel; Albergaria El Rei Dom Miguel;
Pousada de St^a Maria; Inatel Jardim; Hotel Garcia D'Horta; Hotel
Sol e Serra; Pensão O Sever; Quinta da Saúde; Solar das Avencas;
Quinta dos Lagartos; e o Monte dos Aroeirais.

- 2 Empresas de Restauração

Restaurante Grill Rolo; e Restaurante Mil-Homens.

- 2 Empresas de Animação Turística

Turaventur; e Exsport.

O contacto com os potenciais parceiros desenrolou-se em três etapas distintas, as quais passamos a referir:

1º etapa:

- Reunião com cada um dos parceiros, onde foi apresentada a CETSAP explicando pormenorizadamente todos os seus pontos relevantes e entregue a documentação de apoio (um texto explicativo dos objectivos da CETSAP e um outro sobre os princípios do projecto – **Anexo III.**)
- Sendo acordado que, na intenção de aderir ao projecto fosse elaborada uma proposta inicial para a concretização das acções.
- Ainda nesta fase foi pedido às empresas que indicassem quais as dificuldades sentidas no território onde operam e que poderiam enviesar a concretização das acções propostas.

2º etapa:

- A proposta apresentada é trabalhada em parceria com o PNSSM, de forma a que a empresa possa elaborar um programa de acções mais concordante com os objectivos de um turismo sustentável. Deste trabalho conjunto surgiram novas propostas de acções possíveis de serem implementadas a médio/curto prazo, sem prejuízo de nenhuma das partes.

3º etapa:

- O parceiro entrega a proposta final de adesão à CETSAP.

Foram diversas as dificuldades que se apresentaram no decorrer do contacto e consequente elaboração das propostas de adesão à CETSAP, nomeadamente:

- Muitas das empresas contactadas não apresentavam experiência na elaboração de projectos deste âmbito o que se reflectiu nas propostas apresentadas. Nestes casos foi necessário estabelecer um contacto mais intenso, sendo por vezes necessário, por parte do PNSSM, a apresentação de um guião metodológico para lhes proporcionar uma percepção mais simplificada da elaboração do projecto.

- Para o sucesso deste projecto, houve a necessidade de encorajar e motivar as empresas, sendo para o efeito estabelecido um contacto regular com as mesmas.
- O contacto estabelecido com as empresas, que se encontram inseridas numa cadeia de hotelaria, deparou-se com alguns entraves, designadamente a dificuldade em alcançar a aprovação para o desenrolar do projecto.

Tendo em conta as acções propostas aos parceiros inerentes às problemáticas levantadas pela CETSAP, podemos afirmar que de uma forma geral houve uma boa aceitação.

Para melhor facilitar a análise da estratégia adoptada pelas empresas e operadores turísticos, e podermos ter um termo de comparação entre as diversas propostas, procedeu-se a elaboração de uma grelha de avaliação que se encontra no **Anexo IV** deste trabalho.

3.2. Estratégia para implementação da CETSAP junto das empresas e operadores turísticos da região

Um dos objectivos primordiais da implementação desta Carta na região, é proporcionar a criação de uma rede entre os diversos parceiros, possibilitando deste modo que a actividade empreendida no sector turístico seja estruturada de forma a que o visitante tenha acesso a uma oferta diversificada.

Para que a estruturação desta rede seja uma realidade será necessário que a médio prazo sejam criadas condições para que todas as empresas e operadores turísticos possam efectivar a sua adesão ao projecto.

Objectivos:

- Dar a conhecer às empresas e operadores turísticos da região os objectivos do Projecto da Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas assim como incentivar a sua adesão ao projecto;
- Criar condições para dar apoio a empresas e operadores turísticos da região na formulação do seu Programa de Acção;
- Criar uma estratégia de actuação comum a todos os órgãos da região;

- Dotar as empresas e operadores turísticos de informação mais detalhada sobre a região do Parque.

Situação actual:

Desde a adesão ao projecto CETSAP, foram iniciadas diversas acções de forma a enquadrar o PNSSM no contexto da CETSAP, nomeadamente:

- Elaboração de um documento preliminar, referente ao Programa de Acção do PNSSM
- Contacto com os operadores e empresas turísticas da região de forma a apresentar o projecto CETSAP;
- Início do trabalho em parceria com os operadores e empresas turísticas da região de forma a convergir os interesses individuais de cada um;
- Início do trabalho em parceria com as entidades públicas da região, no intuito de criar uma estratégia de actuação comum;
- Dotar o parque de instrumentos de gestão fundamentais para o desenvolvimento integrado da região, tais como:
 - O Plano de Ordenamento do PNSSM (em fase de conclusão)

- O Estudo de Aproveitamento Turístico do PNSSM (em fase de conclusão)

O parque contactou com alguns operadores turísticos da região de forma a implementar a CETSAP. Pretendeu com essa estratégia criar um grupo de trabalho piloto no Projecto CETSAP de forma a poder criar uma estratégia de actuação generalizada para todo o território, os resultados obtidos encontram-se no **Anexo IV**.

Estratégia:

De forma a alargar o seu leque de actuação, bem como ter uma maior capacidade de resposta o PNSSM terá como metas:

- Elaboração de documentos e folhetos informativos sobre a CETSAP;
- Estabelecer um contacto directo com os operadores e empresas turísticas da região, de forma a garantir um trabalho em parceria.
- Identificar os signatários da CETSAP através da atribuição de um símbolo de adesão bem como dar ênfase as empresas signatárias no *guia de turismo da natureza* a ser elaborado periodicamente pelo Parque.

4. OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Consideramos que para a operacionalização desta estratégia seria fundamental existir uma entidade que coordenasse e garantisse a aplicabilidade da CETSAP.

Assim, de forma a garantir um trabalho em parceria e uma implicação directa por parte dos órgãos directamente intervenientes no território foi criada uma comissão técnica de acompanhamento que terá como funções:

- Avaliar, estudar e desenvolver propostas de correcção, melhoramento e optimização, dos recursos e do desenvolvimento dos trabalhos,
- Identificar os melhores meios e instrumentos para a concretização dos objectivos da CETSAP assim como do Programa de Acção delineado para o PNSSM.

A Comissão devesse ter em linha de conta o dinamismo e a forma como o território interacciona com o exterior, de forma a organizar e reforçar as parcerias entre os diferentes actores do território. Deve ainda estar coerente com as políticas nacionais e regionais assim como incluir os projectos já em desenvolvimento na região, contribuindo assim para um desenvolvimento integrado do território.

Do mesmo modo deve considerar as relações com os territórios limítrofes da área do Parque, assim como as áreas urbanas de maior atracção que se encontrem perto do território em causa e que possam servir como pontos de interesse, e onde se possam estabelecer trocas e fluxos de diferentes naturezas.

Outro ponto crucial da comissão é o de poder proporcionar o dialogo entre os principais actores, associações e instituições que estejam fortemente implementadas no território, levando a trocas de ideias sobre as problemáticas do território, pondo-se em evidencia os pontos em comum e aproximando os pontos divergentes.

Esta comissão técnica é composta por:

- Câmara Municipal de Arronches
- Câmara Municipal de Castelo de Vide
- Câmara Municipal de Marvão
- Câmara Municipal de Portalegre
- Comissão de Coordenação Regional do Alentejo
- Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Economia
- Direcção Regional do Ambiente do Alentejo
- Instituto de Conservação da Natureza

- Instituto Politécnico de Portalegre
- Parque Natural da Serra de S. Mamede
- Região de Turismo do Norte Alentejano

A concretização de um projecto desta natureza vai depender em grande medida da participação activa e conjunta por parte de todos os intervenientes no território.

REFLEXÃO CONCLUSIVA

Gostaria de terminar este trabalho chamando a atenção para alguns aspectos que considero essenciais para que este processo se torne uma realidade.

- Para a concretização e êxito do projecto CETSAP, será necessário um esforço e envolvimento de todos os organismos que contribuem para o conhecimento e desenvolvimento da região onde se enquadra o PNSSM. Neste sentido, os estudos e diagnósticos da área do PNSSM são imprescindíveis para uma melhor compreensão das dinâmicas sociais e ambientais, sendo necessário uma articulação entre os diversos projectos, de forma a que os seus propósitos possam contribuir para o desenvolvimento integrado da região.

Assim, é de todo o interesse continuar a reunir periodicamente a Comissão Técnica de acompanhamento da Carta ao longo dos próximos 5 anos, uma vez que este projecto é um processo dinâmico. Só assim se conseguirá criar a parceria desejada e incutir o espírito de equipa necessário ao funcionamento de um projecto desta natureza.

- Um dos objectivos primordiais da implementação da CETSAP na região, é proporcionar a criação de uma rede entre os diversos parceiros, possibilitando deste modo que a actividade empreendida no sector turístico

seja estruturada de forma a que o visitante tenha acesso a uma oferta diversificada. Para que a estruturação desta rede seja uma realidade será necessário que a médio curto prazo sejam criadas condições para que todas as empresas e operadores turísticos possam efectivar a sua adesão ao projecto. No entanto, é necessário salvaguardar que devem ser criados mecanismos que garantam um controlo dos parâmetros essenciais a qualidade dos serviços prestados, seria importante, a curto prazo, haver uma entidade responsável pela avaliação e acompanhamento das empresas na sua adesão ao projecto.

- Achou-se pertinente, neste trabalho, focar a problemática da Capacidade de carga do território, uma vez que tem sido um assunto muitas vezes negligenciado, apesar de ser considerado um ponto fundamental de análise em qualquer estratégia. Esta problemática alerta-nos para o facto de a estratégia aqui apresentada dever ser articulada com o plano de ordenamento do parque natural da Serra de S. Mamede assim que este esteja concluído e em vigor, só assim poderemos ajustar as medidas aqui apresentadas à realidade do território, satisfazendo as sensibilidades ecológicas e sócio culturais.

- Por outro lado, só com o plano de ordenamento do PNSSM, estaremos em condições de quantificar os indicadores apresentados no plano de acção,

medida essencial para saber se estamos a ir ao encontro dos objectivos pré-estabelecidos.

- A candidatura à CETSAP do PNSSM foi formalmente aceite pela EUROPARK no passado mês de Agosto. Cabe-nos a todos, em conjunto, a tarefa de tornar a CETSAP uma realidade, isto é, passar da intenção à acção.

NOTA FINAL:

Ao longo do curso, a Engenharia Biofísica foi essencialmente apresentada como uma engenharia de caracterização e avaliação ecológica aplicada quer a construção, quer ao planeamento e gestão de um território, no entanto a abordagem das dinâmicas sociais próprias de qualquer região esteve sempre subjacente. Isso levou a que eu conseguisse neste estágio abordar a temática do desenvolvimento turístico numa perspectiva de conservação nas suas diferentes vertentes – natural, social cultural e económico.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, A.C. (1989) – *Caracterização do Sistema biofísico com vista ao ordenamento do território*. Dissertação apresentada à Univesidade de Évora para a obtenção de grau de Doutor no ramo de artes e técnicas da paisagem; especialidade de Arquitectura Paisagista, Évora.

ALBINO, J. *et al* .(2000) – *Turismo e Desenvolvimento no Norte Alentejano*. Valorização dos recursos humanos para o sector do turismo nos concelhos fronteiriços do Norte Alentejano – Associação Transfronteiriça para o desenvolvimento Sociocultural do Alentejo e Extremadura (ARAIAL) – Edições Colibri, Lisboa.

BACHAREL, L. (1992) – *Algumas notas gerais sobre o Parque Natural da Serra de S. Mamede*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Portalegre.

BACHAREL, L. (1994) – *Turismo nas Áreas Protegidas. Como? Com Quem? Para Quem?* – Comunicação apresentada no 3º Congresso Nacional de Áreas Protegidas. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa

BURNAY, M. J. (1997) – *Turismo e Desenvolvimento. A Área Protegida e o desafio da Sustentabilidade*, dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas, Instituto Superior de Ciências < sociais e Políticas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

BURNAY, J. M.(2000) – “ *O Programa Nacional de Turismo de Natureza, uma Política de acção ara o Turismo Sustentável em Áreas Protegidas*”- Congresso europeu de turismo,1-2 de Junho de 2000, Beja.

CANDEIAS, A. J. (1991) - *Equipamentos culturais e recreativos da região Alentejo*, base de dados. Comissão de Coordenação da região do Alentejo, Ministério do Planeamento e da administração do Território. Évora.

CEDRU/ Região de Turismo de S. Mamede (1999) - *Plano de Desenvolvimento Turístico do Norte Alentejano* - Plano Geral. Portalegre.

CEDRU/ Região de Turismo de S. Mamede (1999) - *Plano de Desenvolvimento Turístico do Norte Alentejano* - Guia do Investidor. Portalegre.

CEDRU/ Região de Turismo de S. Mamede (1999) - *Plano de Desenvolvimento Turístico do Norte Alentejano* - Plano de Marketing. Portalegre.

CLEMENTE, S. C. (1998) - *A Construção Social do Turismo em Áreas Protegidas*, o parque natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Trabalho de fim de curso. ISCTE. Lisboa.

COBA (2001) – *Proposta de Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede*. Fase de Consulta Pública – COBA, Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO (1999) - *O turismo em 96/97/98*. Direcção geral de turismo, Divisão de recolha de informação e Estatística. Lisboa.

DAVEAU, S. (1995) - *Portugal geográfico*. Edições João Sá da Costa. Lisboa.

FEDERATION OF NATURAL AND NATIONAL PARKS OF EUROPE (1987) –
Conclusões da reunião de conselho de 27 de Janeiro de 1987, Belgium

FEDERATION OF NATURAL AND NATIONAL PARKS OF EUROPE (1993) -
Loving them to death ? Sustainable tourism in Europe's, Nature and National Parks, Belgium.

FÉDÉRATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE (1997) - *La Charte de territoire - Une démarche pour um projet de développement durable*, La documentation Française, Paris.

FEIO, M.; MARTINS, A. (1993) - *O relevo do Alto Alentejo*. Finisterra, XXVIII, pp55-56; pp. 149-199.

FERNANDES E.M.A. (1989) - *Plano Director Florestal da Região da Serra de S. Mamede*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de estado do Ambiente e dos recursos naturais, Lisboa.

- FERREIRA MENDES, J.L.M. (1996) - *Guia de Gestão Ambiental para as Empresas Turísticas e hoteleiras* GOT- Grupo Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências e Tecnologia /Universidade Nova de Lisboa.
- FISCHER, G.N. (1994) - *Psicologia Social do Ambiente*. Instituto Piaget. Lisboa.
- FISCHER, A.C. ; Krutilla, J.V. (1972) - *Determination of Optimal Capacity of Resource-Based Recreation Facilities*. Natural environmental. Johns Hopkins University Press, Baltimore and London 1972.
- FONSECA, I; LAVADO, C. (1997) - *Levantamento Etnográfico da Área do PNSSM*, valorize os produtos tradicionais. Instituto da Conservação da Natureza, Parque Natural Serra S. Mamede. Lisboa.
- GEOIDEIA - Estudos de Organização do Território (1999) - *Aproveitamento Turístico da Parque Natural da Serra de S. Mamede*, Proposta Técnica. Espaço e Desenvolvimento/GEOIDEIA em associação com AP- Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) - *Anuário Estatístico, região Alentejo*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- IUCN (1994) - *Parks for Life, Action for Protected Areas in Europe*. Ministério Europeu do Ambiente.

- JAN, L. (1987) - *Estudo Sumário de Caracterização para a Classificação da Região de S. Mamede*. Direcção Regional de Ambiente e Recursos Naturais, Ministério do Plano e da Administração do Território. Évora.
- LIDDLE, M. (1997) - *Recreation ecology - The ecological impact of outdoor recreation and ecotourism*. Chapman & Hall. London.
- MACHADO, J. (1995) – *Gestão de áreas Protegidas e Turismo Ambiental* , Análise de Caso – O Litoral, ICN, Lisboa.
- MACLELLAN, R. (1998) - *Establishing Sustainable Tourism Indicators: from theory to practice* Scottish Tourism Research Unit, University of Strathclyde, Scotland.
- MALATO-BELIZ, J. (1981) – *Dados sobre a Flora e Vegetação da Serra de S. Mamede*- Estudos básicos de Implementação do Parque Natural no Alentejo, relatório do sector do Quadro Natural. Universidade de Évora. Évora.
- MALATO-BELIZ, J.(1986) – *Valor Científico e Interesse Didáctico da Flora e da Vegetação da Serra de S. Mamede*. Portalegre: Clube de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede
- MENDES, F. J. (1994) - *Metodologia e Planeamento das Decisões de Ordenamento Turístico*. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Grupo

Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

MENDES, F. J. (1994) - *Critérios de Ordenamento para a determinação e Controlo da Capacidade Turística*. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Grupo Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO (1991) – *Livro Branco do Turismo*, Direcção Geral do Turismo, Lisboa.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE (1999) - *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, Documento Preliminar para Discussão Pública. Lisboa.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (1999) – *Código Mundial de Ética do Turismo*, 13ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Turismo, in Separata do Correio do Turismo nº 7.

PARGANA, J.M.; PAULO, O.S.; CRESPO, E.G.(1996) – *Anfíbios e répteis do Parque Natural da Serra de S. Mamede*, Parque Natural da Serra de S. Mamede, Instituto da Conservação da Natureza, Portalegre.

PARTIDÁRIO, M. R.; SADLER, B.; JESUS, J. (1993) - *Avaliação do impacto ambiental de projectos turísticos de pequena e média dimensão nos países em*

vias de desenvolvimento, Manual e procedimento de selecção, Centros de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente. Lisboa.

PARTIDÁRIO, M. R.; JESUS, J. (1994) - *Avaliação do Impacte Ambiental*, Conceitos, Procedimentos e Aplicações, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Lisboa.

PARTIDÁRIO, M. R. (1999) - *Critérios para um Turismo Ambientalmente Responsável* Programa Ambiente JNICT/DGA. Lisboa.

PNSSM (1998) - *Iº Congresso do Turismo Sustentável em Áreas Protegidas de Montanha*. Instituto da Conservação da Natureza. Portalegre.

RAIMUNDO, D.N. (1995) - *Avaliação de Áreas para a conservação: uma aplicação à herpetocenose da Serra de S. Mamede com recurso a um sistema de informação geográfica (SIG)* - Faculdade de Ciência da Universidade de Lisboa. Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1987) - *Geografia de Portugal*, I. A Posição Geográfica e o Território. Edições João Sá da costa. Lisboa. pp. 11-22; 119-266.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1987) - *Geografia de Portugal*, II. O Ritmo Climático e a Paisagem. Edições João Sá da costa. Lisboa. pp.371-381; 390-450; 537-554; 577-580.

- RODRIGUES, A. P. A.; PITEIRA, M.M.C.; - *O norte alentejano: uma estratégia de desenvolvimento local/regional*. Universidade autónoma de Lisboa. Lisboa.
- ROMÃO, C. (1997) - *Manuel d'interprétation des habitats de l' union européenne*, Version EUR 15. Direcção geral do Ambiente, segurança nuclear e protecção civil, Comissão Europeia. Bruxelas.
- ROMÃO, C. (1992) - *Programa Corine*, Projecto Biótopos, inventário de sítios de especial interesse para a conservação da natureza. Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza. Lisboa.
- SALVADOR, A.I.B. (1996) - *Proposta de Aproveitamento Turístico e recreativo no Parque Natural da Serra de São Mamede*. Relatório de Licenciatura de Engenharia Biofísica. Universidade de Évora.
- SANTOS, C. (1991) - *Análise Diacrónica do Uso do Solo e da Paisagem do Parque Natural da Serra de São Mamede*. Relatório de Licenciatura de Engenharia Biofísica. Universidade de Évora.
- S.R.O.A. (1972) - *Carta de Capacidade de Uso do Solo: bases e normas adoptadas na sua elaboração*. Serviços de Reconhecimento e Ordenamento Agrário. 6ª edição. Lisboa.

DIÁRIOS DA REPUBLICA

- Lei nº 11/87 - I Série Nº 81, 7 de Abril de 1987 – *Lei de Bases do Ambiente*
- Decreto de Lei nº 121/89 - I Série Nº87, 14 de Abril de 1989 – *Cria o Parque Natural da Serra de S. Mamede*
- Portaria nº 835/93, de 8 de Setembro – *Interdita o exercício de caça em áreas do Parque Natural da Serra de S. Mamede*
- Decreto de Lei nº 19/93 - I Série A, Nº 19, 23 de Janeiro de 1993 – *Estabelece normas relativas à Rede Nacional de as Áreas Protegidas*
- Resolução de Conselho de Ministros nº 102/96 de 8 de Julho – *Integração de políticas sectoriais nas áreas protegidas*
- Despacho Conjunto MEPAT/MA, de 19 de Novembro de 1996 – *Constituição da Comissão de acompanhamento da elaboração do Plano de ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede*
- Decreto-Lei nº 213/97 de 16 de Agosto – *Altera o artigo 17º e a alínea b) do nº1 do artigo 19º, do Decreto –Lei nº19/93 de 23 de Janeiro*
- Decreto-lei nº 227/98 de 17 de Julho – *Procede à alteração do Decreto-Lei nº19/93 de 23 de Janeiro*
- Resolução do Conselho de Ministros nº112/98 - I Série B, Nº195, 25 de Agosto de 1998 – *Estabelece a Criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza*
- Resolução do Conselho de Ministros nº 69/99 - I Série B, Nº 158, 9 de Julho de 1999 – *Plano de Acção Nacional de Combate à desertificação*
- Decreto de Lei nº 47/99 - I Série A, Nº 39, 16 de Fevereiro de 1999 – *Regula o Turismo de Natureza*

- Decreto Regulamentar nº2/99 de 17 de Fevereiro – *Regula os requisitos mínimos das instalações e o funcionamento das casas da natureza*
- Resolução de Conselho de Ministros nº 96/2000, de 26 de Julho de 2000 – *Importância da Gastronomia Portuguesa bem imaterial integrante do património cultural*

CARTOGRAFIA UTILIZADA:

Carta Militar de Portugal, escala 1:25000 - Folha nº 335, 336, 347, 348, 359, 360, 372, 373, série M888 - Formato *Raster*. Instituto geográfico do Exército. 2000, Lisboa

Carta Solos do PNSSM, escala 1:25000- formato vectorial - Plano de Ordenamento do PNSSM, Fase Consulta Pública, 2001, COBA

Carta Uso dos Solos do PNSSM, escala 1:25000 - formato vectorial - Plano de Ordenamento do PNSSM, Fase Consulta Pública 2001, COBA

Carta Geológica do PNSSM- escala 1:25000- formato vectorial - Plano de Ordenamento do PNSSM, Fase Consulta Pública, 2001, COBA

Carta das Áreas de Intervenção específica para a conservação da Natureza e da Biodiversidade - escala 1:25000- formato vectorial - Plano de Ordenamento do PNSSM, Fase Consulta Pública, 2001, COBA

Carta das Áreas de intervenção específica para a Valorização cultural e patrimonial - escala 1:25000- formato vectorial - Plano de Ordenamento do PNSSM, Fase Consulta Pública, 2001, COBA

Carta Síntese do Regime de Protecção adoptado no PNSSM- escala 1:25000- formato vectorial - Plano de Ordenamento do PNSSM, Fase Consulta Pública, 2001, COBA

ANEXOS

**INTEGRAÇÃO DO
PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE
NA CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL**

**ANEXO I
AVALIAÇÃO PRÉVIA DO PNSSM**

ANEXO I - Grelha de Avaliação Prévia do PNSSM

Nota:

Este documento foi elaborado pela EUROPARC, com base nos planos de acção levados a cabo pelos 10 parques pilotos europeus .

Pretende-se que o Parque indique quais as acções que estão a ser postas em pratica no Parque, e avalie o seu nível de Realização, de Planificação e de Pertinência no território segundo uma escala que varia de 0 a 5 (5=prioridade máxima)

MELHORAR A QUALIDADE DA OFERTA TURÍSTICA

Resumo das acções a realizar:

- Definir a clientela prioritária.
- Desenvolver novos produtos de forma a responder as necessidades dos visitantes.
- Definir uma estratégia de desenvolvimento de qualidade.
- Definir as parcerias necessárias para garantir uma melhoria na qualidade da oferta turística.

1. Melhorar a qualidade de oferta turística

1.1. ESTRATÉGIA PARA IDENTIFICAR O TIPO DE VISITANTES	Realização	Planificação	Importância
1- Criar um posto de observação da frequência turística	1	2	5
2- Realização de estudos de mercado para os novos produtos a desenvolver	3	3	5

Comentários:

1- Neste momento o Parque não tem nenhum programa de observação da frequência turística, no entanto esta em fase de elaboração os inquéritos por questionário aos visitantes de forma a que se possa caracterizar os fluxos e o tipo de visitante.

Esta em fase de apreciação, uma proposta de colaboração da empresa MOAI - Consultoria em turismo, “Sistema de monitorização da visitação” para efectuar a monitorização da frequência turística e dos fluxos dos visitantes.

2- O parque dispõe de dois estudos recentes que vão ao encontro desta problemática, “Estudo de Aproveitamento turístico do PNSSM” realizado em 2000/2001 e do “Plano de desenvolvimento turístico do Norte Alentejano” realizado em 1998.

No entanto esta sensibilizado para o facto que deve estar atento as prováveis mudanças no sector, procedendo assim a uma monitorização através de aplicação de questionários ao longo dos próximos 5 anos.

1.2. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE	Realização	Planificação	Importância
1- Criar um programa de medidas que vá de encontro à satisfação dos visitantes	3	2-3	5
2- Criar um plano de oferta turística de qualidade na área protegida em parceria com os diferentes operadores turísticos	2	3	5
3- Criar um programa de acompanhamento das acções que visam garantir o aumento da qualidade dos serviços (ao nível de acolhimento, de equipamentos, de promoção, de comercialização...)	2	2	5
4- Criar uma comissão de acompanhamento para a qualidade	1	2	5

Comentários:

1- O estudo da Geoideia/Espaço e desenvolvimento “Estudo do aproveitamento turístico do PNSSM” realizou em 2000 inquéritos por questionário aos visitantes do Parque onde se podem tirar algumas conclusões sobre o nível de satisfação dos clientes. No entanto o parque tem previsto a aplicação de inquéritos por questionário aos visitantes que devem ser aplicados regularmente ao longo dos 5 anos.

2- O Parque tem acompanhado as empresas e os operadores turísticos que estão a apresentar propostas de adesão à CETS-AP, de forma a que estes sejam sensibilizados para as problemáticas existentes na área protegida e criem um programa de oferta turística compatível com as exigências do território. Seria pertinente que essa acção se alagassem a todas as empresas e operadores turísticos da região.

3- Embora o Parque não esteja directamente vocacionado para essa acção, durante a fase de candidatura das empresas à CETS-AP, garante um acompanhamento técnico na elaboração da proposta. Entre outras sugestões, a empresa é convidada a participar mais activamente em acções de formação tanto a nível da gestão como da formação do pessoal especializado. Além disso é sugerido que a empresa aplique uma pequena ficha de apreciação dos serviços aos seus clientes.

4- O Parque não tem uma comissão de acompanhamento da qualidade. No entanto está sensibilizado para o facto de a curto prazo ter que sugerir à comissão de acompanhamento a criação de uma comissão da qualidade.

1.3. ESTRATÉGIA PARA O ACOLHIMENTO DE NOVOS VISITANTES	Realização	Planificação	Importância
1- Realizar estudos de mercados para o acolhimento de novos clientes que respondam aos objectivos de gestão do turismo	3	3	5
2- Medidas de acolhimento a pessoas deficientes	1	1	3
3- Medidas de acolhimento a pessoas doentes ou em convalescência	1	1	3
4- Medidas de acolhimento aos jovens e às pessoas com pouco poder de compra	2	2	3

Comentários:

1- Recentemente a RTSM encomendou um “Estudo do aproveitamento turístico do PNSSM” que tem como um dos objectivos estudar o tipo de clientes que melhor se enquadram á tipologia de turismo a ser desenvolvida.

2- O Parque apesar de não ter programas específicos para pessoas deficientes, esta sensibilizado para essa questão. Nomeadamente alerta os empresários e operadores para esse facto e sensibiliza as empresas a adaptarem as instalações para o acolhimento de deficientes motores.

3- Não existe um programa específico por parte do Parque no acolhimento de pessoas doentes ou em convalescência, no entanto a área do Parque Natural é uma zona com fortes potencialidades em águas termais. Seria importante dinamizar mais esse sector.

Na região limítrofe ao Parque encontra--se umas Termas em funcionamento, existindo um estudo sobre o seu aproveitamento e valorização

4- O parque possui 4 casas da natureza e uma casa de acolhimento específica para grupos de estudantes, ou apoio em trabalhos de investigação, além disso a área do Parque encontra-se dotada de Parque de campismo, Pousada da juventude e centro de acolhimento para jovens.

CRIAÇÃO DE UMA OFERTA TURÍSTICA ESPECIFICA

Resumo das acções a realizar:

- Identificar e desenvolver os produtos e actividades que reforcem o carácter específico do turismo em Áreas Protegidas. Podendo-se tratar de um turismo ligado as tradições locais, actividades de descoberta e compreensão do meio natural...

2. Criação de uma oferta turística específica

2.1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE UMA OFERTA TURÍSTICA DE ACORDO COM A ÁREA PROTEGIDA	Realização	Planificação	Importância
1- Criar um programa de actividades turísticas de baixo volume, promovendo a descoberta e interpretação do património natural e cultural assim como a interacção visitante população local.	3	4	5
2- Formação e aconselhamento aos prestadores de serviços turísticos na elaboração dos produtos turísticos de forma a esses irem de encontro aos objectivos de protecção e valorização do ambiente	1	2	5
3- Apoio aos guias naturalistas independentes do território de forma a desenvolver actividades ligadas à natureza	1	2	5
4- Realização de acções de promoção	3	5	5

Comentários:

1- Foi criado o Programa Nacional do Turismo Natureza, que visa a implementação de um novo produto turístico dirigido à Rede Nacional de Áreas Protegidas com a designação de turismo de Natureza. O Parque foi a Área Protegida eleita como 1º Projecto Piloto onde se pode apreciar o desenvolvimento de diversas iniciativas conducentes à implementação de um turismo sustentável.

2- A região de turismo de S. Mamede, o centro de emprego e formação profissional assim como a Associação de Regional de Turismo de Natureza e as câmaras municipais tem programas de formação vocacionados para as empresas ligadas ao sector turístico. Seria pertinente que a curto prazo essas acções de formação fossem vocacionadas para a protecção e valorização do ambiente.

3- O Parque não tem nenhum programa dessa natureza, estando no entanto previsto no PNTN.

4- Não é do âmbito do Parque promover directamente a região, sendo essa função desempenhada pela região de turismo de S. Mamede. No entanto no âmbito do QCAIII esta em curso a edição de material promocional sobre o PNSSM onde se inclui: vídeo promocional; CD-Rom interactivo; Website; projecto “Janelas indiscretas”; edição do “Guia de Turismo da Natureza”.

SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO

Resumo das acções a realizar:

- Promover as actividades de educação e interpretação.
- Incentivar a participação dos actores do turismo no que diz respeito á sensibilização do publico.
- Desenvolver um programa de informação destinado aos visitantes (informação turística e ambiental) que seja da responsabilidade da área protegida e dos operadores turísticos.
- Definir a estratégia de marketing que contribui para a sensibilização do público.

3. Sensibilização do Público

3.1. ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	Realização	Planificação	Importância
1- Desenvolver actividades de educação e interpretação da flora e fauna	3	4	5
2- Desenvolver actividades de educação e interpretação das tradições e costumes do território	3	4	5
3- Desenvolver actividades de educação e interpretação para o público em idade escolar	4	4	5
4- Desenvolver actividades de educação e interpretação propostas pelos parceiros	2	4	5

Comentários:

1 a 3 - O Parque dispõe de uma serie de acções de divulgação e educação ambiental orientadas para as populações locais com o objectivo principal focado na modificação das suas atitudes perante a natureza, assim como a sua participação activa. O alvo principal destas acções tem sido o publico em idade escolar.

Acções:

- Acções e Projectos desenvolvidos em parceria com o centro de Recursos do 1º Ciclo de Portalegre
- Projectos de intercâmbio com outras Áreas Protegidas
- Acções periódicas com jovens para a remoção de lixos e entulhos assim como construção e colocação de ninhos
- Colóquios, palestras e debates nas escolas secundárias e superiores

Alem disso o parque esta sensibilizado para acções de educação não formal, ou seja vocacionada para o público em geral com o principal objectivo de estabelecer uma inter-relação e comprometimento com o Ambiente que o rodeia.

4- O parque apoia acções de educação ambiental que lhe sejam propostas:

Tais como:

- Cursos de Introdução à conservação da Natureza e de Animadores Ambientais
- Acompanhamento de visitas de estudos

- Elaboração de exposições gerais e temáticas que circulem, quer dentro do Parque, quer fora dele
- Contacto com as autarquias, apoiando-as nas suas iniciativas
- Apoio a actividades extra escolares a grupos e núcleos ambientalistas.

3.2. ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO AO PÚBLICO	Realização	Planificação	Importância
1- Instalação de centros de informação dentro da área do Parque	3	3	5
2- Implicação do comércio local e das casas de turismo na divulgação da informações ao público	2	4	5
3- Realização de um programa de informação ao público sobre os objectivos do parque e quais as implicações de um desenvolvimento sustentável.	4	4	5
4- Fornecer informação de qualidade nas principais línguas estrangeiras dos visitantes	3	3	5
5- Instalação de centros de informação fora da área do Parque	1	1	3

Comentários:

1 e 5 - O Parque dispõem de 2 centros de informação dentro da área do Parque (Portalegre e Marvão) e 1 centro de informação fora da área do Parque (Arronches).

Alem disso possui um centro de interpretação em Castelo de Vide que disponibiliza informação sobre o Parque.

2- Esta em fase de negociação com as empresas e operadores turísticos da região uma forma de estes disponibilizarem informação geral sobre O Parque Natural. Neste momento esta iniciativa restringe-se unicamente as empresas que estão a aderir á CETS-AP, sendo de todo o interesse que seja alargada a todas as empresas incluídas no Parque.

3- O Parque tem um programa de rádio semanal da sua inteira responsabilidade, onde procede á divulgação e informação sobre as iniciativas do Parque, assim como promove debates e entrevistas sobre os mais variados temas.

Alem disso encontra-se em fase de elaboração o “guia da natureza do PNSSM” assim como “a carta de conduta do visitante”

4- Existe informação sobre o Parque nas principais línguas estrangeiras (Espanhol, Francês, Inglês), com perspectivas de novas publicações.

3.3. ESTRATÉGIA DE ACÇÕES DE MARKETING E PROMOÇÃO RESPONSÁVEL	Realização	Planificação	Importância
1- Apoio aos parceiros turísticos na escolha da linguagem a utilizar na promoção do território compatível com a imagem e os valores do território	1	1	3
2- Definição de um plano de acção de forma a identificar os signatários da carta e valorizar as suas propostas	2	3	5

Comentários:

1- Esta acção não se enquadra com os objectivos do Parque.

2- Encontra-se em fase de apreciação uma forma de atribuir as empresas e operadores turísticos um símbolo de adesão à CETS-AP, de forma a identificar facilmente todos os signatários e facilitar as parcerias.

Indicadores propostos:

- Número de adesões à CETS-AP

FORMAÇÃO

Resumo das acções a realizar:

- Estabelecer um plano de formações necessário ao desenvolvimento do programa de acções:
 - Formação dos actores do turismo no que diz respeito ao conhecimento do património, à gestão do ambiente e ao acolhimento do visitante.
 - Formação dos técnicos da área protegida.
 - Formação de outros actores implicados na actividade turística

4. Formação

4.1. PLANO DE ACÇÃO DE FORMAÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS	Realização	Planificação	Importância
1- Criar programas de formação dirigidos aos técnicos da área protegida em relação ao turismo sustentável.	1	4	5

Comentários:

1- Neste momento não existe nenhum programa de Formação, estando em fase de proposta e elaboração, programas de formação aos técnicos e vigilantes sobre turismo da natureza e turismo sustentável.

4.2. PLANO DE ACÇÃO DE FORMAÇÃO DIRIGIDO AOS ACTORES DO TURISMO	Realização	Planificação	Importância
1- Criar programas de formação dirigidas aos actores do turismo sobre energias renováveis	0	2	5
2- Criar programas de formação dirigidas aos actores do turismo sobre temas relacionados com desenvolvimento sustentável	1	2	5
3- Organização de sessões de formação sobre o património natural e cultural aos operadores turísticos da região	2	2	5

Comentários:

1, 2 e 3- As acções de formação realizadas pelo Parque estão directamente ligadas com a educação ambiental:

- Cursos de introdução à conservação da natureza e de Animadores de Ambiente
- Cursos de formação de professores em matéria de Educação Ambiental

Encontra-se em fase de projecto a criação de programas de formação dirigidos aos técnicos do PNSSM e das restantes instituições com intervenção directa no território, assim como a criação de programas de formação dirigidos às empresas e operadores turísticos.

É de salientar que existem na região numerosas instituições que dão formação em áreas concordantes com a actividade turística: Cursos de formação de turismo Ambiental e Rural em Monforte e Avis; Operadores de Termalismo/hidroterapia em Nisa; Técnicos de turismo/Profissionais de informação turística e o curso de Bacharelato/Licenciatura em Turismo e Termalismo em Portalegre.

Alem disso instituições como RTSM realizam periodicamente cursos de formação dirigidos aos diferentes actores do turismo.

MELHORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Resumo das acções a realizar:

- Definir as medidas necessária para garantir um desenvolvimento turístico que respeite o estilo de vida dos habitantes do Parque.
- Definir mecanismos que permitam que o turismo possa contribuir no suporte dos serviços públicos.
- Estabelecer um programa de lazer dirigido á população local.

5. Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes
--

5.1. ESTRATÉGIA EM FAVOR DA PRESERVAÇÃO E MELHORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES	Realização	Planificação	Importância
1- Participação da população do Parque nas tomadas de decisão em relação ao turismo	2	2	5
2- Ter em conta as necessidades específicas da população na organização e gestão do turismo no território	3	3	5
3- Ter em conta as necessidades específicas da população em relação as actividades de lazer a desenvolver	3	3	5
4- Medidas de ordem conceptual de forma a gerir os conflitos de interesse entre a população e os visitantes	1	1	5
5- Medidas que favoreçam um encontro de qualidade entre a população e os visitantes	1	1	5
6- Redução da poluição sonora	0	0	3
Comentários: 1- A participação da população é indirecta e mediatizada pelos eleitos locais. 2, 3, 4 e 5- Tendo em conta que o PNSSM é uma área bastante humanizada, o parque tem necessidade de conhecer as expectativas e necessidades da população residente. Para isso esta em fase de projecto o estudo da Capacidade de Carga social em relação às pressões turísticas. Assim, o parque em conjunto com as autarquias poderá mais eficazmente gerir os diferentes conflitos de interesse entre a população e as actividades turísticas a desenvolver na região. O Parque tem ainda em fase de elaboração um programa de criação de infra-estruturas em parceria com as 4 Câmaras municipais (abastecimento de água; electrificação rural; acessibilidades; recolha e tratamento de resíduos; e criação de infra-estruturas culturais e desportivas).			

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Resumo das acções propostas:

- Definir as medidas de protecção e valorização dos meios naturais sensíveis da flora e fauna.
- Identificar os procedimentos de conservação e valorização do património.
- Definir as medidas de protecção do ambiente e de redução dos impactes.
- Definir as medidas necessárias para garantir um desenvolvimento turístico dentro dos limites da capacidade de carga ambiental, social e cultural do território.
- Identificar conjuntamente com os parceiros as oportunidades de o turismo poder contribuir na conservação do património

6. Protecção e valorização do património

6.1. ESTRATÉGIA PARA A PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MEIO NATURAL SENSÍVEL, DA FLORA E DA FAUNA	Realização	Planificação	Importância
1- Inventariar a riqueza biológica	4	4	5
2- Criar medidas de protecção aos meios sensíveis identificados	3	4	5
3- Parcerias com as associações de protecção da natureza	2	3	5
4- Plano de acompanhamento das áreas sensíveis, da flora e da fauna	4	4	5
5- Acções de reabilitação das áreas sensíveis	3	4	5
6- Apoio aos parceiros turísticos na elaboração de produtos turísticos compatíveis com os objectivos de protecção	2	3	4
7- Existência de equipamento específico de forma a conciliar o acolhimento dos visitantes com a protecção das áreas sensíveis	2	1	5
8- Criação de um centro de estudos e de protecção da flora e fauna	0	1	3

Comentários:

1- O parque tem inventariado a sua riqueza florística assim como o inventario e a monitorização dos vertebrados do PNSSM.

- Está concluído o estudo etnobotânico das plantas aromáticas e medicinais da área do Parque.

- Encontra-se em fase de elaboração: o Atlas das Aves do PNSSM; o Inventário e Caracterização da Entomofauna de Coleópteros; o Inventário dos Fungos do PNSSM assim como o estudo do Impacto Rodoviário nos Répteis e Anfíbios do PNSSM

A nível nacional esta a decorrer o Inventário das Zonas Húmidas assim como o Atlas Nacional de Herpetofauna.

2- O Parque está classificado como um Sítio da Lista Nacional de Sítios ao abrigo da Directiva Habitats (92/43/CEE) aprovada em Conselho de Ministros (Resolução nº 142/92 do Conselho de Ministros).

Alem disso esta a ser definido pelo Plano de Ordenamento do Parque as áreas de maior sensibilidade ecológica, o que facilitara a curto/médio prazo a gestão da área protegida.

3- O Grupo de Biologia e Geologia de S. Mamede faz parte do Conselho Geral do PNSSM. Têm-se estabelecido

contactos formais e informais com associações ambientalistas em relação a actividades esporádicas.

4- O parque organiza anualmente a formação de equipas de Vigilantes e de Primeira intervenção, para a prevenção de fogos, assim como elabora um Plano Prévio de Intervenção em fogos florestais de forma a definir as áreas prioritárias de conservação e coordenar as entidades que actuam em caso de incêndio.

Seria pertinente o Parque incorporar nos seus folhetos informativos as medidas de prevenção, de forma a sensibilizar a população e os visitantes.

5- O parque realiza anualmente diversas acções e sensibilização da população, neste momento está a decorrer acções de sensibilização para a poda do carvalho.

Esta em desenvolvimento uma estratégia para a incrementação das populações presa, tais como o coelho e o pombo assim como um controle das aves estepárias através da realização de Censos de espécies prioritárias (grou, abetarda e sisão).

O parque esta a fazer a monitorização dos efeitos de mortalidade em aves ocorridos por choque/electrocussão em linhas eléctricas de média tensão, assim como a monitorização do impacto da rede viária sobre a mortalidade dos anfíbios.

Alem disso esta a prepara um projecto INTERREG sobre conservação das aves estepárias.

6- O parque dá apoio na avaliação e enquadramento das actividades propostas pelos empresários, ajustando-as as necessidades e limitações da área protegida.

7- Os centros de informação e interpretação existentes no Parque cumprem esse papel. O centro de interpretação de Castelo de Vide esta directamente vocacionado para acções educação e interpretação assim como para a sensibilização do publico em relação à conservação da natureza. Por seu lado os centros de informação, através dos folhetos informativos, sensibiliza os visitantes de forma a evitar impactos negativos na área do Parque.

8- O Parque não tem um centro de estudos específico para a protecção da flora e da fauna, no entanto esta vocacionado e sensibilizado para essas questões.

Neste momento estão a decorrer acções de conservação nas seguintes áreas:

- Inventário dos fungos
- Inventário das zonas húmidas
- Inventariação e Caracterização da Entomofauna de coleópteros
- Atlas das aves nidificantes e invernantes

Neste momento está a ser criada uma Rede Nacional de Recuperação de Animais Selvagens, em que o Parque está envolvido com um projecto de construção de um Pólo de Recepção de Animais Selvagens.

6.2. ESTRATÉGIA PARA A CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO	Realização	Planificação	Importância
1- Informação ao público sobre as acções de conservação e valorização do património construído	4	3	4
2- Criação de produtos turísticos a partir do património arquitectónico (alojamento, museu...)	2	3	4
3- Manutenção dos espaços públicos de interesse dentro das localidades	2	2	4
4- Restauro do património	2	2	4
5- Programa de formação destinadas aos artesãos sobre técnicas tradicionais de construção	1	1	5

Comentários:

1- A área o parque encontra-se suficientemente inventariada no que diz respeito ao património edificado de interesse.

Existem diversos estudos sobre essa matéria.

2- O parque não está directamente vocacionado para a elaboração desse tipo de produto, no entanto existem diversas acções em parceria com as câmaras municipais e outras entidades, que tem como objectivo recuperar e usar o património arquitectónico como produto de atracção turística.

3 e 4 - O parque estabelece parcerias com as câmaras municipais de forma a criar condições de recuperação e manutenção dos espaços públicos de interesse (através do Programa Nacional de Turismo da Natureza)

5- O parque não está vocacionado para essa questão, no entanto a RTSM e o IEFP poderão dar resposta a esta questão.

6.3. ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO SÓCIO-CULTURAL	Realização	Planificação	Importância
1- Medidas de incentivo às populações para conservarem as suas culturas locais	1	1	3
2- Valorização da cultura local na oferta turística do território	3	2	3
3- Criação de equipamentos que valorizem a cultura local	4	2	4
4- Criação de festivais que metam em evidência o património cultural local	4	3	5
5- Apoio a trabalhos de investigação sobre o património cultural local	1	1	3
6- Programa de formação para valorizar as práticas e costumes tradicionais	2	2	4
7- Programa de sensibilização dos jovens, em idade escolar, para as tradições culturais locais	3	3	4

Comentários:

1- O Parque não está directamente vocacionado para esta questão.

2- Existem numerosas actividades culturais que fazem parte da oferta turística, contribuindo em grande medida como motivo de atracção e divulgação da região. (ex: Festa da castanha em Marvão, carnaval de Castelo de Vide, Festas da cidade...)

Alem disso o Parque incentiva as empresas e operadores turísticos a valorizarem a cultura local e inclui-la sempre que possível nos seus programas.

3- Existem espalhados pelos 4 concelhos museus que valorizam a cultura local.

4- Existem diversos festivais e festas que valorizam a cultura local. Estão na sua maioria concentrados nos meses de verão, seria interessante que se realizassem festivais em outras épocas do ano.

6- Não é um objectivo prioritário do Parque. A valorização das práticas e costumes tradicionais está a cargo das câmaras municipais e da RTSM, alem disso a Associação de Artesãos do Norte Alentejano e o IEFP poderão dar resposta a essa questão.

7- Algumas das acções incluídas no programa de educação e sensibilização ambiental abordam esse tema.

6.4. ESTRATÉGIA PARA O CONHECIMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	Realização	Planificação	Importância
Conhecimento do uso do solo			
1- Existência de um plano de ordenamento	5	5	5
2- Conhecimento da evolução do tecido urbano	4	4	4
3- Conservação de espaços abertos	3	3	4
4- Conservação de terrenos agrícolas com práticas tradicionais	3	3	4
5- Preservação de zonas naturais	4	4	5
Manter a diversidade das paisagens			
6- Preservar as características da paisagem	3	3	5
7- Proteger e valorizar o património arquitectónico	3	3	5
Melhorar a qualidade da paisagem			
8- Resolver os problemas paisagísticos	3	3	4
9- Dissimulação das estruturas aéreas (electricidade, gás, tratamento de águas...)	3	3	5
10- Tratamento paisagístico das vias de comunicação	2	3	4
11- Racionalização da interpretação	2	4	5
12- Racionalização dos painéis publicitários	2	4	5
13- Proporcionar locais de vista panorâmica	2	4	5

Comentários:

- 1- O plano de ordenamento do PNSSM encontra-se em fase de conclusão
 2- A evolução do tecido urbano esta definida pelos PDM's das 4 câmaras que fazem parte do Parque
 3 e 4- O parque dá parecer aos proprietários na forma de melhor gerirem os seus terrenos agrícolas.
 6- Projecto em fase de elaboração:Projecto "Paisagens" UE
 7-

- 8-** O parque dispõe de vários instrumentos de gestão de forma a poder minimizar os problemas de impactos no ambiente e na paisagem.
- 9-** O parque dispõe de uma estratégia de minimização dos impactos negativos provocados pelas linhas aéreas de transporte de energia, para posterior correcção dos traçados que possam constituir uma ameaça em termos de colisão e morte de espécies de avifauna.
- 10-** As vias de comunicação estão a cargo das câmaras municipais e do Instituto de Conservação e exploração da Rede Rodoviária (ICERR).
- 11- e 12-** Esta a decorrer neste momento o “Estudo de sinalética urbana” assim como o estudo da sinalização da Rede Nacional de Áreas Protegidas que visa uniformizar a sinalização em território nacional.
- 13-** O parque dispõe de alguns locais com vista panorâmica, o estudo de sinalética urbana procura definir mais locais propícios para a implementação de miradouros.

6.5. ESTRATÉGIA PARA A CONSERVAÇÃO DA QUALIDADE DO AR	Realização	Planificação	Importância
1- Medidas para garantir a qualidade do ar aos visitantes e às populações locais	0	1	4
2- Medidas para reduzir a poluição do ar no sector turístico	0	1	4
3- Programa de promoção das energias com reduzidas emissões de poluição	0	1	4
4- Programa para reduzir a poluição provocada pelos veículos a motor	0	0	3
5- Criar uma estação de controle da qualidade do ar	0	0	3

Comentários:

2- O parque tem sensibilizado as empresas e operadores turísticos a adoptar medidas de minimização da poluição atmosférica, aconselhando-as a adoptar medidas, normas e condutas amigas do ambiente.

6.6. ESTRATÉGIA PARA A CONSERVAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA	Realização	Planificação	Importância
1- Medidas de preservação da qualidade das águas dos cursos de água	3	4	5
2- Medidas de preservação da qualidade das águas das zonas de banhos	4	4	4
3- Medidas de preservação das zonas húmidas	4	5	5
4- Existência de equipamento especializado na reutilização das águas dos estabelecimentos turísticos	1	1	4
5- Medidas de redução de efluentes líquidos na água pelo sector turístico	1	2	4
6- Medidas de gestão do consumo de água potável no sector turístico	1	2	4
7- Formação dos actores do turismo no que diz respeito a gestão da água	1	2	4
8- Medidas para melhorar a qualidade da água nos locais poluídos	2	3	5

Comentários:

1- Competência da Direcção Geral do Ambiente (DGA)

2- Análise da Água por parte das Câmaras Municipais e Autoridades de Saúde

3- Esta a decorrer o inventário nacional de zonas húmidas de forma a identificar e caracterizar as zonas húmidas e posteriormente se poder delinear uma estratégia de conservação e recuperação.

5 e 6 O Parque tem sensibilizado as empresas e operadores turísticos a adoptarem normas e condutas amigas do ambiente que minimizem os gastos de água e contribuam para a redução de resíduos na água. Seria importante que esta sensibilização se generaliza-se a todas as empresas da região e não só as que estão com intenção de aderir á CETS-AP.

6.7. ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA	Realização	Planificação	Importância
1- Medidas de redução do consumo de energia não renovável no sector turístico	1	2	3
2- Incentivação a utilização de energias renováveis adaptadas aos objectivos do desenvolvimento sustentável	1	2	4
3- Programa de formação dos operadores turísticos na utilização de energias renováveis	1	2	3
4- Elaboração de um plano de consumo de energia no sector turístico	0	0	3

Comentários:

1 e 2 - O Parque tem sensibilizado as empresas e operadores turísticos para utilizarem medidas, normas e condutas que reduzam os gastos de energia. Seria importante que esta sensibilização se generaliza-se a todas as empresas da região e não só as que estão com intenção de aderir á CETS-AP.

6.8 ESTRATÉGIA PARA A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA	Realização	Planificação	Importância
1- Medidas para a limitação dos impactes sonoros provocados pelos transportes rodoviários	0	1	2
2- Medidas para a limitação dos impactes sonoros provocados pelos transportes aéreos	0	0	2
3- Medidas para a limitação dos impactes sonoros provocados pelos transportes ferroviários	0	0	2
4- Medidas contratuais no que diz respeito às condições de entregas de mercadorias nos estabelecimentos turísticos (ex: poluição sonora durante a madrugada)	0	0	2

Comentários:

1, 2, e 3- O Parque tem sensibilizado as empresas e os operadores turísticos a adoptarem condutas amigas do ambiente que contribuam para a minimização do ruído dentro da área do Parque. Seria importante que esta sensibilização se generaliza-se a todas as empresas da região e não só as que estão a aderir á CETS-AP.

4- Aplica-se a legislação em vigor no que diz respeito aos ruídos dentro dos núcleos urbanos; quanto ás entregas de mercadorias, esta é feita dentro de um horário próprio em vigor.

6.9. ESTRATÉGIA PARA TRATAMENTO, REDUÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Realização	Planificação	Importância
1- Medidas para o tratamento de resíduos	3	4	5
2- Programa de valorização dos resíduos nos estabelecimentos turísticos	1	2	4
3- Programa de formação dos operadores turísticos para a redução e valorização dos resíduos	1	2	4
4- Programa de responsabilização dos visitantes para não abandonar os resíduos durante a visita	2	3	5

Comentários:

1- A recolha e tratamento dos resíduos está a cargo das câmaras municipais, existindo um projecto intermunicipal de recolha selectiva.

2 - O Parque tem sensibilizado as empresas e operadores turísticos a adoptarem medidas que minimizem os resíduos sólidos urbanos. Seria importante que esta sensibilização se generaliza-se a todas as empresas da região e não só as que estão a aderir á CETS-AP.

4- Esta em fase de projecto a elaboração de uma Carta de Conduta para o Visitante.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

Resumo das acções propostas:

- Estabelecer mecanismos que favoreçam a economia local.
- Estabelecer mecanismos que favoreçam o desenvolvimento sociocultural.
- Estabelecer mecanismos que favoreçam uma distribuição equitativa dos benefícios do turismo.
- Estabelecimento de mecanismos que favoreçam o desenvolvimento de novas oportunidades de emprego
- Desenvolver parcerias de forma a que o turismo possa contribuir tanto no desenvolvimento económico local como na maior consciencialização dos problemas ambientais.

7. Desenvolvimento económico e social

7.1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL	Realização	Planificação	Importância
1- Relacionar as actividades turísticas com os outros sectores económicos locais	2	2	4
2- Promoção dos produtos regionais que respeitem o ambiente	2	3	5
3- Incentivar as empresas turísticas a utilizar uma política de abastecimento local	3	3	4
4- Criação de lojas do Parque	1	1	4
5- Organização de visitas as empresas e aos artesãos locais	1	2	4
6- Organização de um circuito de distribuição dos produtos locais junto dos empreendimentos turísticos	0	0	3

Comentários:

- 1-** O Parque, através do Plano Nacional de Turismo de Natureza, dá apoio aos projectos ligados à conservação e/ou divulgação das praticas locais assim como aos projectos integrados num turismo de natureza.
- 2 e 3-** É importante incentivar o uso de produtos locais e regionais pelas empresas, para isso seria importante definir uma estratégia para a divulgação dos produtos certificados assim como criar condições para a certificação de novos produtos. Por outro lado o Parque incentiva as empresas a tomarem medidas que proporcionem o desenvolvimento da região.
- 4-** O parque tem intenção de apoiar a criação de eco-lojas, nomeadamente através do Plano Nacional de Turismo de Natureza
- 5-** Tem havido alguma iniciativa por parte dos operadores turísticos em proporcionar visitas aos artesãos locais.
- 6-** Não é da competência do PNSSM

7.2. ESTRATÉGIA PARA IGUALDADES DOS BENEFÍCIOS TURÍSTICOS	Realização	Planificação	Importância
1- Medidas que favoreçam o emprego local no turismo	1	5	5

Comentários:

1- Esta curso a instalação na região da Escola de Hotelaria e Turismo, por outro lado a Associação Regional de Turismo de Natureza (ARTN) promove cursos de formação que visam qualificar mão de obra no sector do turismo

7.3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO	Realização	Planificação	Importância
1- Medidas que favoreçam o desenvolvimento de uma pluriactividade no sector turístico	2	2	4
2- Promoção de novas formas de emprego ligadas ao turismo sustentável	1	2	5
3- Medidas que favoreçam o emprego no sector turístico dos jovens, das mulheres e de pessoas com dificuldades económicas assim como pessoas com alguma deficiência	1	2	3

Comentários:

- 1-** Tanto o Programa Nacional de Turismo de Natureza como os diferentes estudos já realizados (Plano de Desenvolvimento Turístico do Norte Alentejano; Estudo de Aproveitamento Turístico do PNSSM) indicam as actividades que melhor se enquadram na região.
- 2-** Esta em fase de elaboração um plano de formação de Guias da Natureza do PNSSM em parceria com o Instituto Nacional de Formação Turística no âmbito do PNTN.
- 3-** A CERCI de Portalegre forma e integra no mercado de trabalho pessoas que apresentam alguma deficiência.

CONTROLO DA FREQUÊNCIA TURÍSTICA

Resumo das acções propostas:

- Estabelecer mecanismos de canalização dos fluxos turísticos no espaço e no tempo.
- Estabelecer medidas de gestão da rede de transportes (itinerários pedestres, itinerários de bicicleta, serviço de recolha dos visitantes nas estações de caminho de ferro, etc.)

8. Controle da frequência turística

8.1. ESTRATÉGIA DE CONHECIMENTO DOS FLUXOS DOS VISITANTES	Realização	Planificação	Importância
1- Criar um posto de observação dos fluxos turísticos no espaço e no tempo	2	4	4
2- Contributo dos operadores turísticos na observação dos fluxos turísticos	3	4	4

Comentários:

1- Esta em fase de apreciação a proposta de colaboração da Empresa MOAI - Consultoria em turismo que propõem implementar um “sistema de monitorização da visitação”

2- As Empresas e operadores turísticos assim como os centros de informação controlam a taxa de ocupação dos estabelecimentos. O parque tem sugerido a aplicação de um pequeno inquérito por questionário de forma a conhecer, entre outros, as intenções de visita dos seus clientes.

8.2. ESTRATÉGIA PARA A CANALIZAÇÃO DOS FLUXOS DOS VISITANTES NO ESPAÇO	Realização	Planificação	Importância
1- Elaboração de uma oferta turística alternativa de forma a gerar os fluxos desejados	2	3	4
2- Elaboração de um plano de gestão dos fluxos de visitantes no espaço	2	3	4
3- Implantação de equipamentos de acolhimento (centros de informação, museus, alojamentos...)	2	3	4
4- Coordenar a interpretação com o plano de gestão dos fluxos dos visitantes	2	3	4
5- Contributo dos parceiros na canalização dos fluxos dos visitantes no espaço (propostas de itinerários...)	2	3	4

Comentários:

1 e 2- O parque tem ao seu dispor o Plano de Desenvolvimento Turístico do Norte Alentejano, O Estudo de aproveitamento turístico do PNSSM assim como o Plano de Ordenamento do PNSSM de forma a poder planificar e gerir os fluxos turísticos. Além disso está em fase de projecto o estudo da capacidade de carga social e natural do PNSSM de forma a poder determinar os diferentes graus de sensibilidade do PNSSM às pressões provocadas pelas actividades turísticas, assim como a elaboração do guia de Turismo da Natureza.

3- Esta previsto pelo Plano Nacional de Turismo de Natureza a criação de mais centros de informação assim como o desenvolvimento de produtos turísticos em localidades com potencialidades turísticas.

4- Esta a ser elaborado o estudo da sinalética urbana assim como o Programa de sinalização da Rede Nacional de áreas protegidas. Essa informação deverá logicamente ser integrada com o estudo dos fluxos de visitantes do PNSSM.

5- O parque tem motivado as empresas e operadores turísticas a criarem um programa de animação ao longo de todo o ano de forma a combater a sazonalidade.

8.3. ESTRATÉGIA PARA A CANALIZAÇÃO DO FLUXO DE VISITANTES NO TEMPO	Realização	Planificação	Importância
1- Promover os produtos fora da época alta, em particular os que estão directamente ligados a observação da Fauna e Flora	1	2	4
2- Desenvolver um programa de animação fora da época alta	1	1	4
3- Desenvolver parcerias que permitam manter os serviços na época baixa (transportes, postos de turismo, horários de atendimento...)	1	1	4
4- Contributo dos parceiros para manter uma oferta turística fora da época alta	1	2	3

Comentários:

1, 2, 3 e 4- O parque faz a análise e o acompanhamento das actividades turísticas propostas pelas empresas de animação turística, dando o parecer técnico sobre a melhor forma de as desenvolver dentro da área do Parque.

8.4. ESTRATÉGIA PARA O DOMÍNIO DA REDE DE TRANSPORTES	Realização	Planificação	Importância
1- Criar um plano de gestão da mobilidade que seja coerente com o plano de gestão dos fluxos de visitantes no espaço	1	1	3
2- Desenvolver os caminhos pedestres e as vias para velocípede	3	3	4
3- Criar um sistema de informação aos visitantes sobre os tipos de transportes disponíveis para aceder ao parque	1	2	3
4- Criar um programa de incentivo aos visitantes para que esses deixem os seus veículos nos parques de estacionamento e utilizem os transportes públicos	1	1	3
5- Medidas que regulamentem o uso do todo o terreno	3	3	4
6- Participação dos operadores turísticos na promoção aos visitantes dos transportes públicos, dos caminhos pedestres e das vias para velocípedes	2	3	4
7- Criar um serviço de recolha dos visitantes nas estações de comboio e camionetas	1	1	3
8- Criar contrapartidas aos serviços de transportes públicos	1	2	3
9- Proporcionar um preço especial aos visitantes que adiram ao comboio como meio de transporte para chegar ao parque	1	1	3
10- Elaboração de uma oferta turística baseada no uso dos transportes públicos	1	1	3

Comentários:

- 1- Neste momento o parque não tem previsto nenhum plano de mobilidade
- 2- O parque tem itinerários pedestres já definidos, divulgados nos folhetos informativos.
- 3- Os centros de informação devem fornecer essa informação, para uma boa gestão seria pertinente uma maior interação entre as câmaras municipais de forma a definir uma rede de transportes que abranja todo o território.
- 4 e 6- O Parque tem proposto às empresas e aos operadores turísticos que incentivem os seus clientes a utilizarem

os transportes públicos para se deslocarem dentro do PNSSM, assim como utilizem transportes colectivos ou ecológicos nas suas actividades. No entanto é de salientar que a rede de transportes públicos é deficiente, sendo necessário uma boa gestão assim como a criação de transportes alternativos (ecológicos).

5- Todas as iniciativas que impliquem a utilização de veículos todo-o-terreno, estão sujeitas a apreciação por parte do Parque.

7, 8, 9 e 10- O parque tem uma rede de transportes muito deficiente. É fundamental que o Parque em conjunto com as câmaras municipais defina um plano de gestão da rede de transportes.

8.5. ESTRATEGIA DE GESTÃO E INTEGRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	Realização	Planificação	Importância
1- Orientação, directivas ou concelhos sobre a construção e adaptações dos equipamentos turísticos	1	2	4
2- Medidas que favoreçam a reabilitação e adaptação do património construído em equipamentos turísticos	2	3	5
3- Medidas que encorajem os operadores turísticos a respeitarem a traça arquitectónica local quando construírem ou recuperarem os equipamentos turísticos	1	2	4

Comentários:

1, 2 e 3- O parque apoia os projectos que impliquem a recuperação e integração do património construído em equipamentos turísticos. É pertinente que se estabeleçam parcerias entre o Parque, as Câmaras Municipais e a RTSM de forma a haver uma boa articulação nos processos de implementação deste tipo de projectos.

INTEGRAÇÃO DO
PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE
NA CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL

ANEXO II
PROGRAMA DE ACÇÃO 2001-2006

ANEXO II - PROGRAMA DE ACÇÃO

NOTA:

O programa de acção tem como objectivo dar a conhecer as acções a serem realizadas no PNSSM nos próximos 5 anos. Para uma maior compreensão da estratégia apresentada, foram elaboradas umas fichas de apresentação das acções que estão neste momento programadas para o PNSSM.

O Programa de acção encontra-se dividido em 6 vectores de actuação, correspondente aos objectivos gerais apresentados na Estratégia de actuação do PNSSM.

As fichas contem os seguintes campos:

- **Vector:** Objectivo genérico;
- **Acção:** Nome da acção;
- **Observação:** Breve descrição da Acção
- **Projecto:** Neste campo inclui-se uma breve **descrição** do projecto seguida da enumeração dos **objectivos** genéricos. Faz-se ainda um enquadramento da acção em relação a **área abrangida** pelo projecto assim como a sua **calendarização**;
- **Colaboradores e Parceiros:** Aqui são enumerados os **responsáveis do projecto**, os **financiadores** e **colaboradores**;
- **Vectores relacionadas:** São indicados os vectores que de alguma forma estão relacionados com a acção em causa;

- **Avaliação e Indicadores do Projecto:** De forma a controlar as acções são indicados os **indicadores** do projecto bem como a forma de **avaliação**. A que salientar o facto dos indicadores não estarem devidamente quantificados, devendo-se o facto de não estar ainda disponível o plano de ordenamento do PNSSM que indicara as sensibilidades, aptidões e estrangulamentos do território.

Anualmente o PNSSM estabelece metas consoante o orçamento disponível, o que dificulta a programação das acções num horizonte de 5 anos.

Assim as acções aqui divulgadas dizem respeito as intenções do PNSSM para acções que já se iniciaram e para as que estão programadas terem início este ano (2002).

Para facilitar a avaliação do Programa de Acção anualmente o PNSSM poderá facilitar um documento que explicita as acções em curso e as novas acções programadas.

Por outro lado foi incluído no Plano de Acção, as acções programadas pela Região de Turismo do Norte Alentejano, Câmara Municipal de Portalegre, Câmara Municipal de Marvão, e Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Acções programadas:

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade;

Acção 1 :Desenvolver um programa de acção para as empresas e operadores turísticos de forma a dar apoio na formalização das suas candidaturas ao projecto.

Acção 2 : Trabalhar em parceria com os diferentes órgãos administrativos da região.

Acção 3 : Conclusão do “Estudo de aproveitamento turístico do PNSSM”

Acção 4 : Implementação de um sistema uniforme de sinalização que traduz a identidade do ICN em geral e do PNSSM em particular.

Acção 5 : Por em pratica o Programa Nacional de Turismo de Natureza.

Acção 6 : Elaboração da Carta de Desporto da Natureza.

Acção 7 : Elaborar uma estratégia de actuação em relação as práticas desportivas.

Acção 8: Elaborar um código de eco-eficiência

Acção 9: PITER-NA – Programa Integrado Turístico de Natureza Estruturante e Base Regional para o Norte Alentejano

Acção 10: CD – Visitas Guiadas pelo Norte Alentejano

Acção 11: E-Caminhos

Acção 12: CD – promocional do Norte Alentejano

Acção 13:Recuperação da “estrada da Serra”

Acção 14: Criar condições de alojamento turístico

Acção 15: Desporto de natureza

Acção 16: Circuito Turístico “Por Terras Raianas”

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística;

Acção 17: Conhecer os fluxos dos visitantes e proceder a gestão no espaço e no tempo.

Acção 18: Elaboração do “Estudo dos fluxos de visitantes e caracterização da oferta turística”.

Vector 3 :Promover e desenvolver uma política de marketing;

Acção 19: Editar um conjunto coordenado de Publicações e Folhetos sobre a Área protegida.

Acção 20: Feira de Artesanato e Gastronomia

Acção 21: Promoção turística do concelho

Vector 4 : Formar, educar e sensibilizar;

Acção 22 : Desenvolver acções de educação e interpretação ambiental dirigidas a um público em idade escolar.

Acção 23 : Instalação e dinamização dos centros de informação e interpretação do PNSSM.

Acção 24 : Dinamizar a Quinta da Descoberta da Natureza dos Olhos d’Água.

Acção 25: Elaboração de um Guia da Natureza.

Acção 26: Criação de programas de formação dirigidos aos técnicos do PNSSM e das restantes instituições publicas com intervenção directa no território.

Acção 27: Desenvolvimento de acções de formação na área de educação e interpretação ambiental dirigida a professores.

Acção 28: Criação de programas de formação dirigidos às empresas e operadores turísticos.

Acção 29: Elaboração de rotas temáticas.

Acção 30: Guia de Percursos de Natureza

Acção 31: Instalação de um reptilário

Acção 32: Escola de hotelaria e turismo

Acção 33: Casa da Juventude – Recuperação de imóvel

Acção 34: Promoção da Defesa do Meio Ambiente

Vector 5 : Proteger e Valorizar o Património;

Acção 35: Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede

Acção 36: Estabelecer um protocolo com a associação de agricultores de Portalegre e o Agrupamento de Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejano.

Acção 37: Minimização dos impactes negativos provocados pelas linhas aéreas de transporte de energia.

Acção 38: Gestão florestal.

Acção 39: Formar equipas de vigilantes e de primeira intervenção.

Acção 40: Elaborar um plano prévio de intervenção em fogos florestais.

Acção 41: Por em prática o projecto do CNEFF.

Acção 42: Estudar o impacte dos cães de montaria na fauna selvagem.

Acção 43: Estudo da dispersão de siso.

Acção 44: Edição do Atlas das Aves do PNSSM.

Acção 45: Desenvolvimento de uma estratégia para o incremento das populações presa, tais como o coelho e o pombo.

Acção 46: Monitorização das aves estepárias.

Acção 47: Desenvolver um programa de acção transfronteiriço.

Acção 48: Elaborar e por em prática programas e medidas de minimização dos impactos

Acção 49: Incentivar a valorização da cultura local por parte das empresas e operadores

Acção 50: Património Megalítico do Norte Alentejano

Acção 51: O sagrado e o Profano

Acção 52: Candidatura de Marvão a Património Mundial

Acção 53: Rede subterrânea de infra-estruturas da Vila de Marvão

Acção 54: Fórum Marvão – Encontros Internacionais do Património, do Turismo e da Animação

Acção 55: Festa do Castanheiro – Feira da Castanha

Acção 56: Caleiras da Escusa

Acção 57: Recuperação das Calçadas Medievais na envolvente de Marvão

Acção 58: Conservação de áreas florestais

Acção 59: Recuperar a igreja de S. Mamede e zona envolvente

Acção 60: Requalificação do Olival da Piscina descoberta / Jardim Garcia d’Orta

Vector 6 : Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

Acção 61: Envolver as populações locais nas actividades desenvolvidas pelo Parque.

Acção 62: Divulgação dos produtos certificados produzidos no território do PNSSM.

Acção 63: Apoiar projectos ligados à conservação e\ou divulgação das práticas locais e integrados num turismo de natureza.

Acção 64: PME*tur* – Programa de Consultoria, Formação e Apoio à gestão em Micro e Pequenas Empresas do Turismo

Acção 65: Curso de pastelaria/Doçaria Regional

Acção 66: Programa “Projecto de Estratégia de Desenvolvimento Integrado 2002/2003”

Acção 67: Beneficiação do Saneamento e salubridade

Acção 68: Abastecimento Público de Água

Acção 69: Acessibilidades da freguesia de s. Julião

Acção 70: Potenciar os produtos regionais

Acção 71: Zona de recreio e lazer do rio Xévoira

Acção 72: Construção de um Parque de Campismo

Acção 73: Valorização de Parques e Jardins

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Ação 1 : Desenvolver um programa de acção para as empresas e operadores turísticos de forma a dar apoio na formalização das suas candidaturas ao projecto.

Observação:

Apoiar aos operadores turísticos da região na elaboração dos seus planos individuais de acção.

O PNSSM criou um “Clube dos Parceiros” que consiste num núcleo piloto de operadores da região que trabalharam ao longo destes dois anos ,em parceria com o PNSSM, nas suas estratégias de acção para pertencerem á CETSAP.

De forma a facilitar a elaboração das propostas de adesão ao projecto CETSAP foram elaborados diversos documentos de apoio (anexo III) Deste modo, o Parque encontra-se em condições de dar apoio aos futuros parceiros á CETSAP.

Objectivos:

- Dar apoio técnico aos parceiros na adesão ao projecto CETSAP
- Incentivar a adesão dos potenciais parceiros ao projecto
- Melhorar a qualidade de oferta dos estabelecimentos turísticos
- Apoiar a implementação de um programa de sensibilização do cliente para as questões ambientais

Área abrangida: Área do Parque Natural

Calendarização: 2000- 2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Financiador do projecto: Quadro Comunitário de Apoio III / Co-financiador

Colaboradores: Autarquias / Região de Turismo do Norte Alentejano

Vectores relacionados

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: Numero de empresas a aderir ao projecto da CETSAP

Vector 1 : DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Ação 2: Trabalhar em parceria com os diferentes órgãos administrativos da região

Observação:

Pretende-se com esta acção criar uma parceria entre os diferentes órgãos públicos da região, principalmente entre as 4 autarquias, a região de turismo e o PNSSM, de forma a se definir um plano de actuação coerente e eficaz para a região.

Uma vez que existe uma comissão técnica de acompanhamento da CETSAP, em que os membros representam as entidades da região, é nossa intenção dinamizar a comissão, incentivando as reuniões periódicas, bem como reuniões sectoriais de trabalho.

Objectivos:

- Estabelecer parcerias com os diferentes órgãos administrativos da região
- Mobilizar os órgãos administrativos da região para uma prática efectiva de um turismo sustentável

Área abrangida: Área do Parque Natural

Calendarização: 2000- 2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Financiador do projecto: Quadro Comunitário de Apoio III / Co-financiador

Colaboradores: Autarquias / Região de Turismo do Norte Alentejano

Outros vectores relacionados

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: Numero de empresas a aderir ao projecto da CETSAP

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção 3 : Conclusão do "Estudo de aproveitamento turístico do PNSSM"

Observação:

O estudo em causa está neste momento em fase de conclusão, compreende duas partes. A primeira aborda o Binário Turismo/Natureza, explicando as dinâmicas do PNSSM. A segunda, estabelece uma estratégia e um programa de intervenção para a região.

Este programa de intervenção pretende dotar o parque de um modelo territorial e de uma estrutura de medidas e acções de suporte à actuação das diferentes parcerias regionais e sectoriais.

Objectivos:

- Realizar um diagnóstico da matriz turística procurando conhecer os problemas subjacentes às especificidades do território
- Produzir recomendações para o Parque e para as entidades ligadas ao turismo por forma a enquadrarem os previsíveis investimentos;
- Criar um programa de oferta turística de qualidade compatível com as características da região.

Área abrangida: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Calendarização: 2000-2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: RTNA

Financiador do projecto: Quadro Comunitário Apoio III

Vectores relacionados

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores do projecto: N^o de projectos propostos no estudo, executados

Vector1 : DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE
Programa de sinalização da rede Nacional de Áreas Protegidas

Acção 4: Implementação de um sistema uniforme de sinalização que traduz a identidade do ICN em geral e do PNSSM em particular

Observação:

Este programa está a ser desenvolvido em todas as áreas protegidas do País de forma a uniformizar a sinalização e racionalizar a interpretação e informação dos Parques.

No caso do PNSSM estão neste momento a ser desenvolvidos os painéis de informação que vão ser distribuídos dentro da área do Parque e que focam diferentes temáticas:

Répteis e Anfíbios; aves estepárias; mamíferos; líquenes; flora; recursos florestais

Por outro lado, foram definidos locais onde irão pôr mesas de interpretação da paisagem de forma a realçar a diversidade e a estrutura paisagística do Parque.

Objectivos:

- Melhoramento e uniformização da sinalização
- Racionalização da interpretação
- Racionalização dos painéis de informação
- Proporcionar locais de vista panorâmica

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2001-2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN / DID

Financiador do projecto: ICN

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Distribuição e implementação dos painéis de informação

Indicadores: Grau de satisfação dos visitantes através da aplicação de inquéritos por questionário

Vector 2: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção 5: Por em prática o Programa Nacional de Turismo de Natureza

Observação:

Todos os projectos que incluem actividades e instalações turísticas dentro da AP, estão sujeitos ao cumprimento da legislação em vigor e particularmente do disposto nos diplomas que estabelecem e regulamentam o Turismo de Natureza – Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de Fevereiro; Decreto regulamentar nº 2/99 de 17 de Fevereiro e Decreto-lei regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto.

Por outro lado o Parque apresentou o seu enquadramento estratégico em relação ao Turismo de Natureza, que visa enquadrar as principais potencialidades para o desenvolvimento de um turismo de natureza em cumprimento do artº 5º donº 12/4 – B/2000 de 27 de Dezembro (SIVETUR), tendo sido aprovado pela comissão partidária no dia 26 de Julho 2001.

Objectivos:

- Estabelecer uma estratégia para a implementação de um turismo sustentável em Áreas Protegidas
- Integração e sustentabilidade dos vectores:
 - Conservação da Natureza
 - Desenvolvimento local
 - Qualificação da oferta
 - Diversificação das actividades

Área abrangida: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Calendarização:2000-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN

Financiador do projecto: Quadro comunitário apoio III / Orçamento de Estado

Colaboradores: Parque Natural Serra S: Mamede

Vectores relacionados

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: Numero de projectos que se enquadrem no PNTN

Vector 2: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção 6: Elaboração da Carta de Desporto da Natureza

Observação:

Pretende-se com a Carta de Desporto da Natureza proceder ao ordenamento das actividades desportivas no Parque criando uma carta de aptidões à escala 1:25000, especificando os locais, as actividades e respectivo regulamento. A carta de desporto de Natureza constitui assim um instrumento de gestão essencial para o ordenamento das actividades desportivas.

A CDN esta regulamentada pelo artº 6º do Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto que regulamenta a animação ambiental e especificamente o Desporto de Natureza.

A destacar do Diploma:

- criação do regulamento
- Publicação da Carta em portaria conjunta e aprovada pelos membros do governo com tutela no Ambiente e Desporto
- Conter as regras e direitos relativos a cada modalidade desportiva

Objectivos:

- Especificação para cada uma das actividades e modalidades desportivas das condições em que cada uma pode ser realizada (Zonamento; responsabilização dos agentes e praticantes; ajuste das praticas à época do ano)
- Melhorar o conhecimento do impacto das diversas actividades e modalidades
- Estabelecer parceria com Instituto Nacional de Desporto, autarquias, Gabinete de Desporto Escolar, INATEL, clubes e federações

Área abrangida: Parque Natural Serra de S. Mamede

Calendarização: 2002-2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: O.E.

Colaboradores: Autarquias, INDesporto e Federações, Clubes e Associações Desportivas

Vectores relacionados

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Elaboração da Carta de Desporto da Natureza

Indicadores: Actividades desportivas praticadas

Vector 2: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção 7:Elaborar uma estratégia de actuação em relação as práticas desportivas

Observação:

Em relação a prossecução do objectivo de ordenação e regulamentação das actividades desportivas e recreativas no seu território, o PNSSM traçou um conjunto de linhas estratégicas de âmbito genérico, cuja operacionalização passa pela implementação de instrumentos normativos, culminando na elaboração da Carta de Desporto de Natureza

Em consequência da elaboração da CDN, é de todo o interesse criar condições específicas de apoio aos agentes turísticos de forma a dota-los de conhecimentos ambientais mais alargados contribuindo assim para uma melhor qualidade de oferta e uma maior preservação do meio.

Objectivos:

- Determinar as condições da prática das diferentes actividades desportivas e recreativas no PNSSM
- Dotar os agentes turísticos de conhecimentos ambientais mais alargados assim como melhorar a pratica qualitativa das actividades
- Estabelecer parceria com Instituto Nacional de Desporto, autarquias, Gabinete de Desporto Escolar, INATEL, clubes e federações, no âmbito da elaboração da Carta de Desporto da Natureza;
- Ordenar e regular a prática de actividades desportivas e recreativas no Parque Natural da Serra de S. Mamede, no cumprimento dos objectivos fundamentais que conduziram à elaboração do Plano de Ordenamento e que visam a salvaguarda dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável da região.

Área abrangida: Parque Natural Serra de S. Mamede

Calendarização: 2002-2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: O.E.

Colaboradores: Autarquias, INDesporto e Federações, Clubes e Associações Desportivas

Vectores relacionados

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação: Elaboração da Carta de Desporto da Natureza

Indicadores: Actividades desportivas praticadas
--

Vector 6 : DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Ação 8 : Elaborar um código de eco-eficiência

Observação:

De forma a facilitar a adopção de medidas amigas do ambiente por parte dos operadores turísticos da região, o Parque tem intenção de elaborar um guia que facilite a implementação das normas e condutas que vão ao encontro do desenvolvimento sustentável da região.

Objectivos:

- Estabelecimento de normas e condutas amigas do ambiente
- Compilar num único documento as regras básicas a serem adoptadas pelos operadores turísticos

Área abrangida: PNSSM e zona de influência

Calendarização: 2002- 2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: PNSSM

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: nº de estabelecimentos a aderirem as normas e condutas amigas do ambiente

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção 9: PITER-NA – Programa Integrado Turístico de Natureza Estruturante e Base Regional para o Norte Alentejano

Observação:

O PITER-NA será constituído por um conjunto coerente de projectos de investimento complementares entre si e implementados num horizonte temporal limitado (máximo 4 anos), que prosseguem os mesmos objectivos estratégicos, com vista a alcançar alterações estruturais na oferta turística local ou regional e impacte económico-social significativo na área do Norte Alentejano.

Será composto por projectos de investimento de diferente vocação turística de natureza privada, legalmente tipificados, complementados por projectos de natureza pública, que concorram para os objectivos desta medida promovendo a sua valorização e integração urbanística.

Objectivos:

- Criação de núcleos de unidades funcionalmente interdependentes de oferta turística e de aproveitamento de nichos de mercado turístico para a valorização e reabilitação do Norte Alentejano como destino turístico, incluindo a modernização da oferta existente

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: Janeiro de 2003 a Dezembro de 2007

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Região de Turismo de São Mamede

Financiador do projecto: POE / Região de Turismo de São Mamede

Colaboradores: - Câmaras Municipais do Distrito de Portalegre

- Promotores privados aderentes ao programa

- Financertos-Consultadoria e Serviços, Lda. (consultores)

Vectores relacionados

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Conclusão dos investimentos públicos e privados

Indicadores: Número de dormidas (% aumento); Permanência média de turistas na Região

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Ação 10: CD - Visitas Guiadas pelo Norte Alentejano

Observação:

Produção de 30 CD's abrangendo todo o Norte Alentejano, sendo que 15 serão concelhios - 1 CD por concelho, com informações diversas sobre o mesmo; e 15 serão temáticos - com informações gerais variadas sobre Produtos Turísticos, Turismo de Natureza, Barroco, Sagrado e Profano, Megalítico, etc

Objectivos:

- Disponibilização dos CD's em todos os locais de frequência de turistas, nomeadamente nos Postos de Turismo, Unidades Hoteleiras, Agências de Viagem, com o objectivo último de proporcionar ao turista a possibilidade de visitar um castelo, uma igreja ou um monumento megalítico, por exemplo, ouvindo as informações que estão contidas nos CD's (alugando para tal o equipamento necessário).

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: 2002 - 2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: R.T.S.M. / Associação Portalegre Distrito Digital

Financiador do projecto: R.T.S.M. / Portalegre Distrito Digital - POSI

Colaboradores: Câmaras Municipais / Parque Natural da Serra de S. Mamede

Vectores relacionados

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: CD - Produto Final (reedições quando necessárias)

Indicadores: Nº de CD's a editar - 10.000

Nº de pessoas a afectar - 50.000

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção 11 : E-Caminhos

Observação:

Os utilizadores terão ao seu dispor, a partir do telemóvel, de informações relativas ao alojamento, restauração, locais a visitar, percursos, eventos, visitas guiadas a monumentos, igrejas e outros locais de interesse.

Objectivos:

- Fornecer um conjunto de serviços de informação de âmbito turístico-cultural utilizando os mais recentes tecnologias de comunicação móvel

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: 2002 – 2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: R.T.S.M. / Associação Portalegre Distrito Digital

Financiador do projecto: R.T.S.M. / Portalegre Distrito Digital – POSI

Colaboradores: Câmaras Municipais / Parque Natural da Serra de S. Mamede

Vectores relacionados

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatórios anuais com indicações do número de utilizadores dos serviços

Indicadores: Redes abrangidas – 3 (móveis)

Nº de pessoas afectadas – todas as que se desloquem ao Norte Alentejano

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção12: CD - promocional do Norte Alentejano

Observação:

Realização de um CD promocional com todo o tipo de informação que digam respeito ao Norte Alentejano, nomeadamente referentes aos produtos turísticos que são nesta zona passíveis de procura turística, contendo ainda um conjunto importante de imagens, videos e sons que aumentem a qualidade de edição.

Objectivos:

- Promover o Norte Alentejano por via de edições digitais, em feiras, certames nacionais e internacionais, mostras gastronómicas e culturais, possibilitando que, num pequeno objecto que é hoje em dia de utilização comum, exista referência a todo o manancial de oferta turística existente no Norte Alentejano

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: 2002-2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: RTNA / Associação Portalegre Distrito Digital

Financiador do projecto: RTNA / Associação Portalegre Distrito Digital -POSI

Colaboradores: Câmaras Municipais/PNSSM

Vectores relacionados

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: CD / Produto final (reedições quando necessário)

Indicadores: N° de CD's a editar; N° de pessoas a afectar

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção 13: Recuperação da “estrada da Serra”

Observação:

Recuperar a chamada “Estrada da Serra”, potenciando as suas condições de miradouro natural da cidade de Portalegre como atracção turística e usufruto dos habitantes

Objectivos:

- Tornar a estrada da serra num factor de atracção turística
- Interligar a cidade com a Serra

Área abrangida: Percurso da estrada da Serra em Portalegre

Calendarização: 2003-2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP

Financiador do projecto: CMP e QCA III

Colaboradores: IEP - PNSSM

Vectores relacionados

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: nº de utilizadores

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Ação 14: Criar condições de alojamento turístico

Observação:

Fomentar a criação de novas unidades de alojamento e hoteleiros

Objectivos:

- Criar condições para a instalação de unidades hoteleiras

Área abrangida: Concelho de Portalegre

Calendarização: 2003-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP

Financiador do projecto: Iniciativa privada

Colaboradores: RTNA – fundo de turismo

Vectores relacionados

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: nº de camas criadas

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE
--

Ação 15: Desporto da Natureza

Observação:

Organização de provas desportivas no âmbito do Turismo de Natureza: BTT; Passeios T.T. e outros

Objectivos:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Proporcionar aos residentes e visitantes a prática de actividades desportivas e recreativas no PNSSM |
|--|

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP

Financiador do projecto: CMP – QCAIII - Outros

Colaboradores: Autarquias, e associações

Outros vectores relacionados

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar
--

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação: relatório anual

Indicadores: Actividades praticadas; nº de adeptos

Vector 1: DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE QUALIDADE

Acção 16: Circuito Turístico “Por Terras Raianas” – Objectivo 3 e 4

Observação:

Criação de uma região turística demarcada, através de um itinerário conjunto, de modo a fazer desaparecer o efeito “fronteira”.

Aproveitamento do potencial turístico.

Objectivos:

- Promover a imagem turística do circuito, potencialização de actividades económicas geradoras de emprego e a integração socio-económica das populações.

Área abrangida: Municípios de Marvão, Castelo de Vide, Estremoz, Vila Viçosa, Idanha a Nova, Olivença, Barcarrota, Jerez de los Caballeros, Albuquerque, Valência de Alcântara e Coria.

Calendarização: 09/2002 – 12/2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Divisão de Acção Socio-Cultural

Financiador do projecto: Fundos Comunitários (FEDER)

Colaboradores: Câmara Municipal de Castelo de Vide

Outros vectores relacionados

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: nº de utilizadores

Vector 2: CONTROLAR E GERIR A FREQUÊNCIA TURÍSTICA

Ação 17 : Conhecer os fluxos dos visitantes e proceder a gestão no espaço e no tempo

Observação:

Trabalho realizado inicialmente através do protocolo CRUP-ICN. Neste momento o PNSSM esta apto a poder continuar o conhecimento e a gestão dos fluxos.

Objectivos:

- Conhecer os fluxos dos visitantes de forma a não sobrecarregar os locais mais frequentados
- Criar alternativas atractivas noutras áreas do Parque
- Ordenação do turismo

Área abrangida: PNSSM e área de influência

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto:

Colaboradores: RTNA / Câmaras municipais

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: aplicação de inquéritos por questionário

Indicadores: avaliação anual dos resultados dos inquéritos

Vector 2: CONTROLAR E GERIR A FREQUÊNCIA TURÍSTICA

Ação 18: Elaboração do “Estudo dos fluxos de visitantes e caracterização da oferta turística”

Observação:

Anualmente o ICN em parceria com o CRUP proporciona estágios de integração na vida activa. Assim consoante as necessidades e possibilidades de cada área protegida, são criados estágios que possam por um lado integrar os novos profissionais no mercado de trabalho, e por outro possibilitem a elaboração de estudos e projectos.

Desde 1999, que esta AP tem aceite estagiários nas mais diversas áreas de formação para integrarem o projecto da CETSAP.

O estudo em causa foi elaborado durante o ano de 2001-2002

Objectivos:

- Combater a sazonalidade
- Diversificação dos itinerários turísticos
- Incentivar as empresas e operadores turísticos a desenvolver um programa de animação ao longo de todo o ano, combatendo a sazonalidade

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: ICN

Colaboradores: CRUP

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual; aplicação dos inquéritos

Indicadores: avaliação dos inquéritos

Vector 3: PROMOVER E DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE MARKETING

Ação 19: Edição de um conjunto coordenado de publicações e folhetos

Observação:

Neste momento as publicações do PNSSM estão a sofrer uma actualização e reformulação de conteúdos de forma a cumprir em pleno o papel de orientação e divulgação do património existente no Parque.

Por outro lado a RTNA publica periodicamente guias de oferta e de promoção da região.

Objectivos:

- Permitir uma correcta orientação na exploração do destino.
- Informação sobre o PNSSM
- Informação dos circuitos temáticos
- Informação sobre os equipamentos de apoio existente e dos produtos turísticos disponíveis

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN_PNSSM e RTNA

Financiador do projecto: O.E. e fundos comunitários

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: n.º de publicações e folhetos publicados

Vector 3: PROMOVER E DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE MARKETING

Acção 20 : Feira de Artesanato e Gastronomia

Observação:

Realiza-se anualmente, no mês de Julho, 2º Fim-de-semana, mostra de artesanato e gastronomia no interior do castelo, com espectáculos musicais e animação medieval

Objectivos:

- Promover a gastronomia local e o artesanato
- Contribuir para a valorização, sensibilização e promoção do nosso Património Cultural
- Divulgar e promover Marvão
- Desenvolver a economia local numa estratégia de desenvolvimento de turismo sustentado

Área abrangida: Território Nacional, Extremadura Espanhola, com maior incidência na Região

Calendarização: 2º fim de semana de Julho (anualmente)

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Câmara Municipal de Marvão

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Marvão

Colaboradores: Associação de Cultura e Acção Social de Marvão - Região de Turismo do Norte Alentejano - Instituto de Emprego e Formação Profissional - Parque Natural da Serra de São Mamede

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Balanço anual do evento

Indicadores: nº de visitantes

Vector 3: PROMOVER E DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE MARKETING

Ação 21: Promoção turística do concelho de Castelo de Vide

Observação:

Divulgação/promoção dos diversos recursos naturais e culturais do concelho no exterior e junto dos promotores e agentes turísticos

Objectivos:

- Visa a afirmação de Castelo de Vide como destino turístico, cultural e natural
- Valorização da imagem do concelho

Área abrangida: Concelho de Castelo de Vide

Calendarização: 01/2002 – 12/2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Divisão de Acção Socio-Cultural

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Castelo de Vide

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: nº de visitantes; taxa de ocupação

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Acção 22: Desenvolver acções de educação e interpretação ambiental dirigidas a um público em idade escolar

Observação:

Anualmente o PNSSM estabelece um plano de actividades dirigido ao público em idade escolar no âmbito da educação e interpretação ambiental. O sector de educação ambiental do PNSSM, juntamente com as escolas estabelece um programa de actividades que levam a uma maior sensibilização das crianças. Por outro lado o parque presta apoio a grupos (universidades, clubes, associações...) nas suas visitas de estudo.

Objectivos:

- Contribuir para a descoberta dos valores naturais, históricos e culturais;
- Desenvolver acções como visitas de estudo, debates, projecção de filmes/diapositivos e exploração de materiais audiovisuais
- Envolvimento directo das escolas da região
- Promover iniciativas em parceria com outras áreas protegidas

Área abrangida: Os 4 concelhos do Parque Natural da Serra de S. Mamede

Calendarização: 2001-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Financiador do projecto: PNSSM

Colaboradores:

- Iniciativa em parceria com outras áreas protegidas
- Planificadas em colaboração com os professores

Vectores relacionados

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatório anual

Indicadores: Numero de acções realizadas anualmente; Numero de aderentes anuais

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Acção 23: Instalação e dinamização dos centros de informação e interpretação do PNSSM

Observação:

Neste momento o Parque têm 4 postos de informação, um em cada concelho pertencente ao Parque.

Uma das prioridades de acção será, por um lado desenvolver e dinamizar o centro de interpretação de castelo de Vide, por outro desenvolver o projecto da Quinta dos olhos d'água que inclui um centro de interpretação e de informação .

Objectivos:

- Melhorar a informação existente sobre o Parque
- Proporcionar acções de educação e interpretação ambiental para o público em geral
- Dinamização do Centro de interpretação de Castelo de Vide
- Quinta dos Olhos d'água

Área abrangida: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Calendarização:2001- 2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Financiador do projecto:

Colaboradores: As 4 Câmaras municipais da área do Parque

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatório anual

Indicadores: informação disponível; acções realizadas nos centros de interpretação

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Ação 24: Dinamizar a Quinta da Descoberta da Natureza dos Olhos d'Água

Observação:

A Quinta dos Olhos d'Água foi adquirida pelo ICN-PNSSM com objectivos específicos de implementação de um projecto de Educação Ambiental que passa pela potencialização e aproveitamento de uma área com uma grande qualidade paisagística e etnográfica, onde se pode desenvolver uma actuação concertada nos domínios da preservação, interpretação e divulgação do património natural e cultural.

Além do papel didáctico da Quinta, no plano geral de intervenção, temos 3 grandes eixos de actuação:

- Conservação da Natureza
- Revitalização da Agricultura
- Recuperação do património construído

Objectivos:

- Contribuir para a descoberta e fruição dos valores naturais e culturais da região
- Implementação de um projecto integrado de Educação Ambiental
- Desenvolver uma actuação concertada nos domínios da preservação, interpretação e divulgação do património
- Constituir um projecto integrado de turismo de natureza

Área abrangida: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Calendarização: 2000-2004

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN-PNSSM

Financiador do projecto: POA / O.E.

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: Nº de acções realizadas; numero de utilizadores das casas de abrigo da Quinta dos Olhos d'água

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Acção 25 :Elaboração de um Guia da Natureza

Observação:

De forma a colmatar uma falha há muito sentida pelos visitantes da região, o PNSSM esta a preparar a edição de um guia de Natureza que proporcione ao visitante a informação necessária para que este possa usufruir do Parque nas suas diferentes vertentes:

- Alojamento
- Restauração
- Animação
- Educação Ambiental
- Conservação da Natureza

Objectivos:

- Proporcionar ao visitante um manual onde possa obter todo o tipo de informação sobre o PNSSM
- Criação de código de conduta para o visitante

Área abrangida: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Calendarização:2001-2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN

Financiador do projecto: CA III / O.E.

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Publicação da Guia da Natureza

Indicadores: nº de publicações do guia, actualizações

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Acção 26: Criação de programas de formação dirigidos aos técnicos do PNSSM e das restantes instituições publicas com intervenção directa no território

Observação:

Colmatar a falha sentida no que diz respeito á formação em diversos sectores directa ou indirectamente ligados ao desenvolvimento sustentável da actividade turística

Objectivos:

- Sensibilização dos técnicos do parque Natural em relação a implementação de uma estratégia de desenvolvimento turístico na região
- Melhorar o conhecimento do impacto das diversas actividades e modalidades de animação no território
- Proporcionar uma maior sensibilização no que respeita à protecção e melhoria do ambiente.

Área abrangida: PNSSM e Área envolvente (os 4 concelhos)

Calendarização:2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: O.E. / QCAIII

Colaboradores: RTNA

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: n.º de acções de formação realizadas; n.º de aderentes as acções de formação

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Ação 27: Desenvolvimento de acções de formação na área de educação e interpretação ambiental dirigida a professores

Observação:

Objectivos:

- Contribuir para a descoberta dos valores naturais, históricos e culturais;
- Contribuir para uma postura ambiental ajustada às características e limitações inerentes à qualidade do Parque Natural;
- Melhorar os conhecimentos ligados as questões da conservação e preservação do ambiente.

Área abrangida: Os 4 concelhos do Parque Natural da Serra de S. Mamede

Calendarização: 2001-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Parque Natural da Serra de S. Mamede

Financiador do projecto: PNSSM

Colaboradores:

- Iniciativa em parceria com outras áreas protegidas
- Planificadas em colaboração com os professores

Vectores relacionados

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: Numero de acções realizadas anualmente

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Ação 28: Criação de programas de formação dirigidos às empresas e operadores turísticos

Observação:

Objectivos:

- Proporcionar formação sobre:
- energias renováveis
- redução dos resíduos
- qualidade do ar e da água
- desenvolvimento sustentável
- património natural e cultural

Área abrangida: PNSSM e Área envolvente (os 4 concelhos)

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: O.E. / QCAIII

Colaboradores: RTNA

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: n.º de acções de formação realizadas; n.º de participantes

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Sensibilização para a conservação e valorização do património sócio-cultural

Acção 29 : Elaboração de rotas temáticas

Observação:

Com a procura crescente, por parte dos visitantes, pelas rotas e percursos pedestres existentes no Parque, existe a necessidade de elaborar e marcar no terreno novas percursos, diversificando assim a oferta.

Objectivos:

- Reconstituição dos engenhos hidráulicos
- Conhecer e divulgação dos artesãos locais
- Conhecer e divulgação das práticas sociais e culturais
- Implantar percursos temáticos

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: O.E.

Colaboradores: RTNA; Autarquias

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: n.º de rotas temáticas

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Ação 30: Guia de Percursos de Natureza

Observação:

Livro de natureza informativa, com 14 percursos, um em cada concelho, sendo o de Castelo de Vide e Marvão interligado. Os percursos serão pedonais e de BTT. Adicionalmente serão fornecidas informações aos utilizadores, tais como: onde dormir, onde comer, etc. na área de cada percurso.

Objectivos:

- Contribuir para o prolongamento das estadias dos turistas no Norte Alentejano, oferecendo sugestões de caminhos a percorrer

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: 2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Região de Turismo do Norte Alentejano

Financiador do projecto: AINA/IFT /RTNA

Colaboradores: Câmaras Municipais do Distrito de Portalegre, Parque Natural da Serra de S. Mamede

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Pedidos de renovação de stock por parte dos diversos Postos de Turismo e Unidades Hoteleiras

Indicadores: Edição de 25.000 exemplares

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Ação 31: Instalação de um Reptilário

Observação:

Em parceria com o PNSSM, construir um reptilário representativo das espécies existentes na área do Parque

Objectivos:

- Criar um destino turístico
- Proporcionar acções de educação e conhecimento para estudantes e público em geral

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP

Financiador do projecto: OE - QCAIII - Autarquia - ICN

Colaboradores: PNSSM - Ministério Ambiente

Vectores relacionados

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatório de progresso

Indicadores: nº de visitantes

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Acção 32: Escola de hotelaria e turismo

Observação:

Instalar a escola de Hotelaria e Turismo no Concelho de Portalegre

Objectivos:

- Proporcionar desenvolvimento económico e social
- Melhorar a qualidade do serviço prestado

Área abrangida: Todo o território nacional e o Norte Alentejano em particular

Calendarização: 2001- 2004

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Fundo de turismo

Financiador do projecto: Fundo de turismo - OE - CMP

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: nº Alunos a frequentar

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR

Ação 33: Casa da Juventude – Recuperação de imóvel

Observação:

Criação de uma infra-estrutura que permita a estadia de campos de jovens, intercâmbios de escolas, campos de trabalho, etc.

Objectivos:

- Promover e divulgar as potencialidades do concelho junto de faixas etárias mais jovens.
- Permitir acções de educação ambiental
- Fomentar o intercâmbio entre jovens

Área abrangida: Albufeira de Póvoa e Meadas

Calendarização: 06/2002 – 12/2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Divisão Técnica de Obras e Urbanismo

Financiador do projecto: Fundos Comunitários (FEDER)

Colaboradores: Câmara Municipal de Castelo de Vide

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: taxa de ocupação

Vector 4: FORMAR, EDUCAR E SENSIBILIZAR
--

Ação 34: Promoção da Defesa do Meio Ambiente

Observação: Acções e campanhas de sensibilização e promoção do meio ambiente
Objectivos: ▪ Consciencialização do valor do meio ambiente como recurso imprescindível para a existência de um turismo sustentado, bem como para a qualidades de vida dos munícipes.
Área abrangida: Concelho de Castelo de Vide
Calendarização: 01/2002 - 12/2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Divisão Técnica de Obras e Urbanismo
--

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Castelo de Vide

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação:

Indicadores: numero de acções efectuadas; numero de participantes nas acções

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 35: Plano de ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede

Observação: O Plano de ordenamento do Parque constitui um instrumento fundamental na gestão do PNSSM. Este irá definir as normas e princípios que vinculam as entidades públicas, designadamente os órgãos e serviços da administração pública central, regional e local, a quem compete elaborar, aprovar, rectificar e executar os planos, programas ou projectos, assim como adoptar medidas de incidência sobre a ocupação, uso e transformação do solo. Por outro lado o Plano vincula os particulares as normas estabelecidas.

Objectivos:

- Dotar as entidades responsáveis pela conservação da natureza e pelo ordenamento do território de informação ambiental que permita a tomada de decisão em bases seguras.
- Definir zonamentos e condicionantes que prefigurem a definição de capacidades de carga ambiental.
- Contribuir para a correcção dos processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a manutenção e valorização.
- Assegurar a participação activa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes.

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN-PNSSM

Financiador do projecto:

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores:

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO Desenvolvimento e Conservação das Áreas Florestais

Acção 36 :

Estabelecer um protocolo com a associação de agricultores de Portalegre e o Agrupamento de Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejano

Observação:

Estas duas entidades representam a maioria dos agricultores e produtores florestais da região, e são naturalmente valiosos interlocutores na promoção e implementação de medidas que estimulem o sector florestal.

Objectivos:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o associativismo florestal nas freguesias de S. Julião e Alegrete ▪ Incentivar os produtores florestais e realizar uma silvicultura preventiva de forma a reduzir o risco de incêndio ▪ Melhorar a qualidade e produtividade das matas dos produtores aderentes |
|--|

Área abrangida: Freguesias de S. Julião e Alegrete
--

Calendarização: 2003- 2005
--

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM
--

Financiador do projecto: PNSSM
--

Colaboradores: Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre (AADP) e Agrupamento de Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejano (APAFNA)

Vectores relacionados

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatório anual
--

Indicadores: Inventário Florestal

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 37:

Minimização dos impactes negativos provocados pelas linhas aéreas de transporte de energia

Observação:

Sendo as linhas aéreas de transporte de energia, uma fonte de ameaça directa á avifauna, existe neste momento o cuidado de proceder a correcção e minimização dos impactes negativos.

Objectivos:

- Inventariação das linhas aéreas de transporte de energia de forma a corrigir os traçados que possam constituir uma ameaça em termos de colisão e morte de espécies de avifauna;
- Correcção do traçado das linhas de transporte de energia;
- Adaptação de novo normativo para a montagem das linhas com objectivo prioritário de protecção da avifauna.

Área abrangida: Parque Natural da Serra S. Mamede; ZPE de Campo Maior

Calendarização:2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN/ EDP/SPEA/QUERCUS/REN

Financiador do projecto: EDP/ CE(INTERREG/POA/LIFE)

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual estabelecimento de protocolo com a EDP

Indicadores: numero de quilómetros de linhas corrigidas

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO Desenvolvimento e Conservação das Áreas Florestais
--

Ação 38: Gestão florestal

Observação:

Pretende-se promover o uso da floresta observando um conjunto de princípios e regras, no intuito de aumentar a produtividade sem comprometer a biodiversidade e vitalidade desses ecossistemas.

Objectivos:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inventariar e conhecer a área florestal do PNSSM ▪ Conhecer e gerir as áreas florestais de uma forma sustentável ▪ Proceder à eco-certificação do plano de gestão |
|---|

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2000-2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: PNSSM

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação: relatório anual

Indicadores: numero de aderentes ao plano
--

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO Prevenção de fogos

Acção 39:

Formar equipas de vigilantes e de primeira intervenção

Observação:

Constituição de equipas de vigilantes que em conjunto com outras instituições que actuam no terreno, realizem de uma forma eficaz vigilância móvel e primeira intervenção nas zonas de maior risco de incêndio.
--

Objectivos:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Vigilância e primeira intervenção a Fogos florestais ▪ Apoio às entidades responsáveis pelo combate a Fogos Florestais ▪ Execução de rescaldos e vigilância após incêndio ▪ Definir as áreas prioritárias de conservação |
|---|

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2000-2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM
--

Financiador do projecto: PNSSM e CNEFF
--

Colaboradores: Autarquias, APAFNA e Corporação de Bombeiros Voluntários

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual
--

Indicadores: Infraestruturas construídas: Área ardida

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Prevenção de fogos

Ação 40:

Elaborar um plano prévio de intervenção em fogos florestais

Observação:

Organização e disponibilização de toda a informação vital para o planeamento da vigilância e combate no que concerne as áreas de maior risco de incêndio e as áreas prioritárias para a conservação da natureza.

Objectivos:

- Prevenção de fogos
- Melhorar a vigilância das áreas florestais
- Definir as áreas prioritárias de conservação
- Coordenar as entidades que actuam em caso de incêndio

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2000-2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: PNSSM e CNEFF

Colaboradores: Autarquias, APAFNA e Corporação de Bombeiros Voluntários

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: Infraestruturas construídas: Área ardida

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Prevenção de fogos

Ação 41 :

Por em prática o projecto do CNEFF

Observação:

Através de uma candidatura a um projecto AGRIS promovida pela CNEFF, pretende-se num período de cinco anos dotar a área florestal de um conjunto de infraestruturas bem localizadas que contribuam para um efectivo ordenamento florestal.

Objectivos:

- Construção e melhoria de infraestruturas de apoio à exploração florestal e à prevenção de fogos florestais
- Aplicação de medidas de siveicultura preventiva às manchas florestais de maior risco
- Melhorar a vigilância das áreas florestais
- Definir as áreas prioritárias de conservação

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2000-2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: PNSSM e CNEFF

Colaboradores: Autarquias, APAFNA e Corporação de Bombeiros Voluntários

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: Infraestruturas construídas: Área ardida

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO Gestão de espécies e habitats no PNSSM
--

Ação 42 : Estudar o impacte dos cães de montaria na fauna selvagem
--

Observação:

Objectivos:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Determinar o numero adequado de cães de forma a minimizar o impacte na fauna selvagem▪ Gerir os recursos cinergéticos |
|--|

Área abrangida: Sitio de S. Mamede

Calendarização: 2001-2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN

Financiador do projecto: ICN

Colaboradores: Vigilantes da Natureza
--

Vectores relacionados

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação: relatório final

Indicadores: Quantificação dos indícios de animais selvagens numa zona sujeita a montarias

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO Gestão de espécies e habitats no PNSSM

Acção 43: Estudo da dispersão de sisão
--

Observação:

Objectivos:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender a movimentação e interdependência das aves ▪ Aspectos de selecção de habitats |
|--|

Área abrangida: ZPEs- zonas estepárias
--

Calendarização: 2000- 2006
--

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: DSCN

Financiador do projecto: INTERREG

Colaboradores: Junta de extremadura / LPN

Vectores relacionados

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual
--

Indicadores: publicação em revista científica

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 44: Edição do Atlas das Aves do PNSSM

Observação:

Inventariação do espólio avifaunístico do PNSSM.
--

Objectivos:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Preparar o plano de monitorização das espécies prioritárias▪ Estabelecer medidas de protecção e conservação |
|--|

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2000-2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: QCAIII / O.E.

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação:

Indicadores: nº medidas de protecção e conservação aplicadas

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO Gestão de espécies e habitats no PNSSM
--

Acção 45 :

Desenvolvimento de uma estratégia para o incremento das populações presa, tais como o coelho e o pombo
--

Observação:

Objectivos:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Estabelecer protocolos com os proprietários de pombais de forma a aumentar a criação e melhorar a manutenção de pombais▪ Construção de 2 pombais |
|---|

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2003-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN/PNSSM

Financiador do projecto: POA

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação: Construção dos pombais concluída
--

Indicadores: Aumento do numero de pombos

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO Gestão de espécies e habitats no PNSSM

Acção 46 : Monitorização das aves estepárias
--

Observação:

Conhecer e inventariar as aves estepárias.

Objectivos:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Censos invernales e na época de reprodução para a Abetarda-comum ▪ Censos invernales ao grou-comum ▪ Censos primavera de sisão ▪ Captura e marcação de Sisões |
|--|

Área abrangida:

ZPE Campo Maior (o censos do sisão inclui a zona de alargamento do Parque)

Calendarização:2000- 2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM
--

Financiador do projecto: PNSSM
--

Colaboradores: Junta da extremadura

Vectores relacionados

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual
--

Indicadores: censos anuais
--

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO Gestão de espécies e habitats no PNSSM
--

Ação 47 : Desenvolver um programa de acção transfronteiriço
--

Observação:

Objectivos:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Estabelecer um protocolo de colaboração entre CCRA, PNSSM e Junta da Extremadura |
|--|

Área abrangida: Alentejo Sul, Alentejo Centro e Alentejo Norte

Calendarização: 2000- 2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN - Junta da Extremadura
--

Financiador do projecto: INTERREG
--

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação: elaboração de documento

Indicadores: nº de acções conjuntas
--

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 48 :

Elaborar e por em prática programas e medidas de minimização dos impactos negativos no ambiente

Observação:

Fazer uma recolha das medidas e programas existentes de minimização de impactes no ambiente. Elaborar um programa de sensibilização junto das empresas e operadores turísticos da região.

Objectivos:

- Incentivar o sector turístico a adoptar medidas amigas do ambiente
- Programas e medidas de minimização da poluição do ar e da água
- Programas e medidas para a redução do consumo de energia
- Programas e medidas para a redução dos resíduos
- Estabelecimento de normas e condutas amigas do ambiente
- Sensibilização das empresas para as questões ambientais
- Sensibilização do visitante para a racionalização dos consumos de água e energia
- Sensibilização para a separação dos resíduos
- Incentivar o uso de energias renováveis

Área abrangida: PNSSM e zona de influência

Calendarização: 2002- 2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: PNSSM

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: n.º de empresas a por em pratica o programa de minimização dos impactes negativos

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Sensibilização para a conservação e valorização do património sócio-cultural

Acção 49 :

Incentivar a valorização da cultura local por parte das empresas e operadores turístico

Observação:

Trabalho piloto efectuado com empresas e operadores turísticos da região.
(Anexo II)

Objectivos:

- Divulgação das práticas locais: feiras, festas, romarias, mercados, gastronomia, produtos locais e ofícios tradicionais
- Realização de actividades que impliquem um contacto estreito com os valores culturais e tradicionais
- Reconstituição dos estabelecimentos comerciais típicos e recuperação da actividade que lhe está associada

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: PNSSM

Financiador do projecto: PNSSM

Colaboradores: Câmaras municipais e RTNA

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: N.º de eventos; n.º de actividades

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 50 : Património Megalítico do Norte Alentejano

Observação:

Na área da Região de Turismo conhecem-se mais de quinhentos dólmenes e cerca de uma dúzia de menires. Distribuídos de forma irregular estes grandiosos testemunhos da pré-história, se devidamente consolidados, sinalizados e limpos poderão constituir-se como uma importante mais-valia de interesse turístico

Objectivos:

- Relocalizar, sinalizar, valorizar e divulgar mais de meia centena de monumentos megalíticos, que pelas suas particulares características científicas, diversidade, acessibilidade e inserção em ambientes de interesse paisagístico, se destacam entre o mais de meio milhar que se conhece nesta Região.

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: 2000-2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Região de Turismo do Norte Alentejano

Financiador do projecto: AINA/RTNA

Colaboradores: Câmaras Municipais do Distrito de Portalegre

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatório Anual / necessidade de reedição periódica de folhetos

Indicadores: Edição de 10.000 exemplares (em português e inglês) do cartaz-genérico e de cada um dos roteiros: Ponte de Sor-Avis / Nisa-Gavião / Sousel-Monforte-Fronteira/ Castelo de Vide-Marvão / Alter do Chão-Crato / Portalegre-Arronches / Campo Maior-Elvas

Colocação de 40 placas (valor médio) de sinalética direccional por cada roteiro acima descrito

Nº de visitantes à exposição itinerante e ao Centro de Interpretação do Megalítico (Castelo de Vide)

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 51: O Sagrado e o Profano

Observação:

- Valorizar e dar a conhecer os locais mais importantes relacionados com as ordens religiosas militares: Flor da Rosa, Belver, Avis
- Valorizar a duas catedrais: Portalegre e Elvas
- Valorizar e dar a conhecer locais de devoção popular: Senhor do Bonfim, Senhor dos Aflitos, Senhor Jesus da Piedade
- Divulgar manifestações religiosas de cariz tradicional e popular:
- Nª Senhora da Enxara, Castelo de Vide, Santo Amaro, Arronches
- Exposição itinerante sobre arte religiosa popular
- Exposição itinerante sobre as Ordens Religiosas Militares

Criação de um Circuito das Ermidas

Objectivos:

- Valorização e divulgação do património e das manifestações de carácter religioso, que pretende sublinhar o papel de três Ordens Religiosas Militares – Templários/Cristo, Hospital e Avis, todas com uma presença ao longo dos séculos nesta região, através de uma evocação dos vestígios, dos espaços e da espiritualidade que marcou profundamente estes territórios transtaganos.

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: 2002-2004

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Região de Turismo do Norte Alentejano

Financiador do projecto: POC

Colaboradores: Câmaras Municipais do Distrito de Portalegre, Diocese de Portalegre e Castelo Branco e Arquidiocese de Évora

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatório anual / necessidade periódica de reedição de material promocional (folhetos, monografias, et

Indicadores: Edição de 100.000 exemplares de folhetos, brochuras e monografias das diversas abordagens do projecto/ nº de visitantes às exposições / nº de visitantes às igrejas

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Acção 52 : Candidatura de Marvão a Património Mundial

Observação:

O objectivo de candidatura engloba a Vila de Marvão e o Monte Escarpado onde ela se situa. Pretende salvaguardar todo o património arquitectónico e urbanístico (arquitectura militar, arquitectura civil e arquitectura religiosa), bem como todo o património natural.

Objectivos:

- Preservação e valorização do Património cultural e natural. Com propósito de desenvolvimento sustentado

Área abrangida: 383 hectares no Concelho de Marvão

Calendarização: A candidatura está a ser elaborada desde 1998

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Câmara Municipal da Marvão

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Marvão, Programa de Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas

Colaboradores: Comissão técnico-científica composta por: Prof. Doutor Domingos Bucho - IPP; Dr. Rui Correia - PNSSM; Dr. Manuel Bugalho - CMM; Dr^a Madalena Tavares - CMM; Eng.^a Soledade Pires - CMM; Arq. Sousa Lino - CMM; Pe. Heitor Patrão e Arq. Luís Portugal

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Conclusão da candidatura

Indicadores: Aprovação da candidatura

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 53: Rede subterrânea de infra-estruturas da Vila de Marvão

Observação:

Todas as infra-estruturas aéreas e visíveis; redes de electricidade; telefone; antenas de T.V.; passarão a redes subterrâneas

Objectivos:

- Beneficiar o aglomerado urbano no interior de muralha envolvente da vila de Marvão.
- Melhorar a qualidade das infra-estruturas.
- Beneficiar o património histórico.
- Contribuir para uma oferta turística de qualidade.

Área abrangida: Vila de Marvão

Calendarização: 2002/2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Câmara Municipal da Marvão

Financiador do projecto:

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: projectos executados anualmente

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 54: Encontros Internacionais do Património do Turismo e da Animação

Observação:

No I encontro o Fórum irá debater o Património, o Turismo e o Despovoamento) descaracterização dos centros Históricos, envolvendo Câmaras Municipais Portuguesas e ayuntamientos Espanhóis, bem como especialistas das Universidades de Aveiro, Lisboa, Évora, Algarve e Extremadura Espanhola, do IPPAR e de outras entidades científicas e culturais de grande prestígio.

Objectivos:

- Analisar o processo do despovoamento dos centros históricos classificados na sua inter-relação com o condicionamento às intervenções no património.
- Analisar o processo da descaracterização dos centros históricos classificados na sua inter-relação com o Turismo.
- Procurar soluções para a revitalização dos centros históricos classificados

Área abrangida: Península Ibérica

Calendarização: 26 e 27 de Outubro de 2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Escola Superior de Educação; Câmara Municipal de Marvão/Gabinete de Candidatura e RTNA.

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Marvão, PORA (foi entregue candidatura).

Colaboradores: Comissão técnico-científica da Candidatura de Marvão a Património Mundial

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório

Indicadores: nº de participantes

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Acção 55: Festa do Castanheiro – Feira da Castanha

Observação:

Realiza-se anualmente, no mês de Novembro. Consiste em mostras e venda de produtos agrícolas regionais, artesanato, gastronomia e doçaria de castanha e animação de rua. Provas de castanhas e vinho

Objectivos:

- Promover o produto “Castanha”.
- Proporcionar informação aos visitantes sobre o artesanato ligado à castanha.
- Valorizar os produtos tradicionais desta região e mostrar artes e ofícios ao vivo.
- Promover e divulgar Marvão.

Área abrangida: Território Nacional, Extremadura Espanhola, com maior incidência na Região

Calendarização: 2º fim de semana de Novembro (anualmente)

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Câmara Municipal de Marvão

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Marvão – FEDER/PORA/AINA/QCA III

Colaboradores: Associação de Cultura e Acção Social de Marvão - Região de Turismo do Norte Alentejano – Instituto de Emprego e Formação Profissional – Parque Natural da Serra de São Mamede – Caixa Geral de Depósitos

Vectores relacionados

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: balanço anual do evento

Indicadores: nº de visitantes

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 56 : Caleiras da Escusa

Observação:

Limpeza e recuperação das Caleiras da Escusa
--

Objectivos:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Recuperar Património existente no Conselho de Marvão▪ Contribuir para uma oferta Turística de qualidade |
|--|

Área abrangida: Freguesia de S. Salvador da Aramenha

Calendarização: 2002/2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Câmara Municipal da Marvão
--

Financiador do projecto:

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade
--

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação: trabalho concluído

Indicadores: caleiras limpas

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 57: Recuperação das Calçadas Medievais nas imediações de Marvão

Observação:

Recuperar as calçadas Medievais na envolvente de Marvão

Objectivos:

- Recuperar o Património existente no Concelho de Marvão
- Beneficiar o Património de Histórico
- Contribuir para uma oferta turística de qualidade.

Área abrangida: Concelho de Marvão

Calendarização: 2002/2004

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Câmara Municipal da Marvão

Financiador do projecto:

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: património recuperado

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Ação 58: Conservação de áreas florestais

Observação:

Melhorar as condições de prevenção e combate a incêndios na área do PNSSM

Objectivos:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Prevenir a eclosão dos incêndios▪ Melhorar as condições de combate |
|---|

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2002- 2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP

Financiador do projecto: CMP- Programam Agris- CNEFF

Colaboradores: CNEFF - PNSSM - BUP

Vectores relacionados

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação:

Indicadores: área ardida e nº de incêndios

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Acção 59 : Igreja de S. Mamede e zona envolvente

Observação:

Recuperar a igreja de S. Mamede e Zona envolvente

Objectivos:

- Recuperar o Património
- Criar condições de alojamento e abrigo a grupos de jovens

Área abrangida: PNSSM

Calendarização: 2003- 2004

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP

Financiador do projecto: CMP – QCA III

Colaboradores: Paroquia de Reguengo

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: Projectos concluídos

Vector 5: PROTEGER E VALORIZAR DO PATRIMÓNIO

Acção 60: Requalificação do olival da piscina descoberta / Jardim Garcia D`Orta

Observação:

Criação de espaço de lazer e lúdico com zona desportiva informal.

Objectivos:

- Permitir que os utentes e munícipes tenham um espaço no interior da vila onde possam desenvolver actividades informais e ocupar os tempos livres com actividades de ar livre em zona verde

Área abrangida: Jardim Garcia D`Orta

Calendarização: 09/2002 – 12/2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Divisão Técnica de Obras e Urbanismo

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Castelo de Vide

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 6: Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: nº de utilizadores

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 61:

Envolver as populações locais nas actividades desenvolvidas pelo Parque

Observação:

Objectivos:

- Proporcionar debates públicos e secções de esclarecimento
- Envolver as populações do Parque no projecto da CETSAP
- Proporcionar um maior envolvimento da população na tomada de decisão em relação ao turismo e as actividades desenvolvidas pelo Parque
- Garantir o equilíbrio do ambiente e das populações locais
- Conhecer as expectativas da população face à implementação de actividades turísticas e favorecer a sua participação

Área abrangida: área do PNSSM e Área de envolvimento

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: ICN_PNSSM

Financiador do projecto: O.E.

Colaboradores: Juntas de freguesias/câmaras municipais/RTNA

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 4: Formar, educar e sensibilizar

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: numero de acções praticadas / Avaliação dos inquéritos feitos à população

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 62:

Divulgação dos produtos certificados produzidos no território do PNSSM

Observação:

O Norte Alentejano é uma das regiões do país com maior numero de produtos certificados.

Existe por parte do Parque uma preocupação em incentivar os operadores e empresas turísticas na utilização e divulgação dos produtos regionais. Por outro lado a Associação de agricultores divulga e incentiva à certificação de forma a garantir a qualidade da oferta.

Objectivos:

- Divulgação e comercialização dos produtos regionais
- Identificação dos produtos certificados que são produzidos no PNSSM
- Criação de condições para a certificação de novos produtos

Área abrangida: PNSSM e Região do Norte Alentejano

Calendarização:2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: associação dos agricultores

Financiador do projecto:

Colaboradores: Autarquias / PNSSM / RTNA

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: nº de produtos certificados

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 63: Apoiar projectos ligados à conservação e\ou divulgação das práticas locais e integrados num turismo de natureza.

Observação:

Acção que vai de encontro aos objectivos do PNTN

Objectivos:

- Criação de auto-emprego e de novos postos de trabalho
- Incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades na área do turismo
- Incentivar a criação de micro empresas de serviços de restauração e animação turística
- Promover o desenvolvimento local

Área abrangida: PNSSM e Região do Norte Alentejano

Calendarização:2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: RTNA

Financiador do projecto:

Colaboradores: Autarquias / PNSSM /

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: nº de projectos aprovados e aplicados; intenção de candidatura

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 64: PME*tur*- Programa de Consultoria, Formação e Apoio à Gestão em Micro e Pequenas Empresas do Turismo

Observação:

O Programa PME*tur* da Região de Turismo de São Mamede vai desenvolver acções de consultoria e formação dirigidas especificamente às PME's do turismo, sustentadas em modelos integrados, numa óptica de adaptação aos contextos específicos de cada empresa e dos seus trabalhadores, nos domínios da gestão, da formação de empresários, de quadros e gestores, em domínios de suporte ao desenvolvimento empresarial e formação de trabalhadores em áreas detectadas como necessárias.

A metodologia do Programa PME*tur* é a consultoria-formação, através da qual se procura, para além de promover o desenvolvimento de novas competências técnicas e gestão, fazer emergir nas empresas uma nova capacidade de liderança e de tomada de decisão, uma nova vontade de mudança e de futuro e uma nova cultura organizacional visando, desta forma, melhorar a organização das PME'S de Turismo do Norte Alentejano, reforçando a sua capacidade de gestão

Objectivos:

- Melhorar os níveis de qualificação individuais dos formandos-gestores, enquanto objectivo instrumental;
- Melhorar o desempenho das organizações participantes, como objectivo central.

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: Setembro de 2002 a Maio de 2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Região de Turismo de São Mamede

Financiador do projecto: POEFDS / Região de Turismo de São Mamede

Colaboradores: - MundiServiços-Comp.Portuguesa de Serviços e Gestão, Lda. (consultores)

- Unidades hoteleiras seleccionadas

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Seminário Final e Relatório final

Indicadores: Número de empresas inscritas (vão ser seleccionadas 15 empresas); Índice de assiduidade; Índice de execução da formação personalizada;

Grau de profundidade e de adequação do diagnóstico e do plano de acção nas empresas

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 65: Curso de Pastelaria/Doçaria Regional

Observação: Aprendizagem das receitas de Doçaria Regional e Conventual de Portalegre
Objectivos: ▪ Comercialização de um produto regional com a marca do Norte Alentejano
Área abrangida: Concelho de Portalegre
Calendarização: 4 de Março de 2002 a 24 de Junho de 2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Região de Turismo de São Mamede
Financiador do projecto: Instituto de Formação Turística / Região de Turismo de São Mamede
Colaboradores: Câmara Municipal de Portalegre

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade
Vector 4: Formar, educar e sensibilizar
Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatório final
Indicadores: 15 novos especialistas na confecção de Doçaria Regional

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 66: Programa “Projecto de Estratégia de Desenvolvimento Integrado 2002/2003”

Observação:

Acção conjunta de programa de Formação e Emprego para a área de intervenção da Região de Turismo de São Mamede

Objectivos:

- Formar e dotar Recursos Humanos para a promoção nos postos de turismo da Região de Turismo e Autarquias do Distrito de Portalegre

Área abrangida: Distrito de Portalegre

Calendarização: 13 de Junho de 2002 a 31 de Julho de 2003

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Região de Turismo de São Mamede

Financiador do projecto: I.E.F.P

Colaboradores: Autarquias do Distrito de Portalegre

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: Relatório final

Indicadores: Criação de 30 postos de trabalho na área da Promoção Turística

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 67: Beneficiação do saneamento e salubridade

Observação:

- Construção rede esgotos da Pitaranha;
- Ampliação rede de águas residuais pluviais do Porto da Espada;
- Construção da ETAR do Porto da Espada;
- Execução de canal desarenador da Vila de Marvão;
- Construção da Rede de Esgotos Prado/Escusa;
- Construção da Rede de Esgotos/Emissário S. Salvador de Aramenha e Portagem;
- Construção Rede de Esgotos e ETAR de Registo -Braçais - Galegos;
- Fornecimento e Montagem de ETAR na Rasa

Objectivos:

- Melhorar a eficiência das infra-estruturas de saneamento e salubridade;
- Beneficiar a qualidade de vida dos Habitantes do Concelho de Marvão;
- Preservar a qualidade do ambiente

Área abrangida: Concelho de Marvão

Calendarização: 2002/2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Câmara Municipal da Marvão

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Marvão; PORA

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: população atingida

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Ação 68: Abastecimento Publico de Agua

Observação:

- Ampliação Rede de Abastecimento de Aguas do Porto da Espada
- Construção Rede de Abastecimento de Agua da Pitaranha
- Execução Abastecimento Agua Matela/Ponte Velha
- Execução da Ampliação Rede de Agua p/Casa Queimada

Objectivos:

- Melhorar a eficiência das infra-estruturas de Abastecimento público;
- Beneficiar a qualidade de vida dos Habitantes do Concelho de Marvão, em particular os residentes de povoados dispersos

Área abrangida: Concelho de Marvão

Calendarização: 2002/2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Câmara Municipal da Marvão

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Marvão; PORA

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação: relatório anual

Indicadores: população atingida

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 69: Melhoramento das acessibilidades á freguesia de S. Julião

Observação: Renovar e melhorar as acessibilidades á freguesia de S. Julião
Objectivos: ▪ Travar a desertificação ▪ Incrementar o desenvolvimento económico ▪ Criar condições de ligação transfronteiriça
Área abrangida: Freguesia de S. Julião
Calendarização: 2002-2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP
Financiador do projecto: QCAIII - CMP
Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 2: Controlar e gerir a frequência turística

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:
Indicadores: Construção da estrada

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 70: Produtos regionais

Observação:

Potenciar os produtos regionais através de feiras e transformação actual do Mercado Municipal de Portalegre

Objectivos:

- Divulgação e comercialização dos produtos regionais
- Identificação dos produtos certificados produzidos no PNSSM
- Criar condições para a certificação de novos produtos

Área abrangida: PNSSM e Norte Alentejano

Calendarização: 2002-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP

Financiador do projecto: CMP-QCAIII- privados

Colaboradores: PNSSM- associação dos agricultores- RTNA

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Vector 3: Promover e desenvolver uma política de qualidade

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: nº de produtos certificados

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 71 : Zona de recreio e lazer nas margens do Rio Xévora

Observação: Criar uma zona de recreio e lazer nas margens do rio Xévora , com represa, parque de merendas, percurso pedestre, comercialização de produtos regionais
Objectivos: ▪ Criação de emprego ▪ Incentivar a criação de micro-empresas ▪ Promover o desenvolvimento local
Área abrangida: Freguesia de S. Julião
Calendarização: 2003-2006

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: CMP
Financiador do projecto: QCAIII - CMP
Colaboradores: PNSSM - Junta Freguesia

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:
Indicadores: nº de empresas criadas; nº de postos de trabalho criados

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES

Acção 72: Construção de Parque de Campismo

Observação: Considerando que existem cerca de 650 camas disponíveis no concelho em hotéis, residenciais e similares, impõe-se a criação de uma estrutura complementar passível de garantir a permanência do turista informal e juvenil.

Objectivos:

- Possibilitar que um determinado segmento de visitantes possam ter infra-estruturas que permitam a estadia destes ao ar livre

Área abrangida: Albufeira de Póvoa e Meadas

Calendarização: 01/2003– 12/2005

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Divisão Técnica de Obras e Urbanismo

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Castelo de Vide

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade

Avaliação e Indicadores do Projecto

Avaliação:

Indicadores: Taxa de ocupação anual

Vector 6: APOIAR A ECONOMIA LOCAL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES
--

Acção 73: Valorização dos Parques e Jardins
--

Observação: Valorização dos espaços verdes existentes e criação de novos espaços
Objectivos: ▪ Aumentar o bem-estar do concelho e qualidade de vida dos Municípios. ▪ Valorizar o meio ambiente
Área abrangida: Concelho de Castelo de Vide
Calendarização: 01/2002 - 12/2002

Colaboradores e Parceiros

Responsável do projecto: Divisão Técnica de Obras e Urbanismo
--

Financiador do projecto: Câmara Municipal de Castelo de Vide

Colaboradores:

Vectores relacionados

Vector 1: Desenvolver uma política de qualidade
--

Vector 5: Proteger e Valorizar o Património
--

Avaliação e Indicadores do Projecto
--

Avaliação:

Indicadores: nº de projectos concluídos
--

Quadro resumo da Calendarização das acções propostas no programa de acção:

Acções	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
31							
32							
33							
34							
35							
36							
37							
38							
39							
40							
41							

42							
43							
44							
45							
46							
47							
48							
49							
50							
51							
52							
53							
54							
55							
56							
57							
58							
59							
60							
61							
62							
63							
64							
65							
66							
67							
68							
69							
70							
71							
72							
73							

**INTEGRAÇÃO DO
PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE
NA CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL**

**ANEXO III
DOCUMENTOS FORNECIDOS
AS EMPRESAS E OPERADORES TURÍSTICOS**

ANEXO III – Documentos fornecidos as Empresas e Operadores Turísticos

O PNSSM tem vindo a desenvolver um trabalho piloto com algumas empresas e operadores turísticos da região.

Durante a elaboração da candidatura à Carta Europeia, o PNSSM antecipou o trabalho com os potenciais parceiros de forma a definir uma abordagem e uma estratégia de actuação, a ser posteriormente adoptada por todos os eventuais parceiros. Para isso constituiu um núcleo inicial de parceiros (grupo piloto), com quem trabalhou individualmente na elaboração das propostas de adesão ao projecto assim como na elaboração do respectivo plano de acção.

O PNSSM quis assim perceber as dificuldades sentidas pelas empresas na elaboração de uma estratégia desta natureza , de forma a poder minimiza-los, e posteriormente alargar o numero de propostas de adesão.

Neste documento, por um lado apresentam-se os **documentos de apoio** elaborados e fornecidos pelo PNSSM, por outro lado, são apresentadas as **propostas de adesão** feitas pelas empresas contactadas e de forma a facilitar a avaliação das propostas de adesão das empresas, foi elaborada uma **grelha de avaliação**, que sistematiza as propostas da empresa, enumerando as acções já praticadas e as acções propostas no plano de acção.

Desta forma, achamos que estamos em condições de poder mais facilmente proceder a validação de novas propostas de adesão alargando assim o núcleo piloto a todas as empresas da região

1. Documentos fornecidos

No contacto com as empresas e operadores turísticos sentiu-se a necessidade de elaborar documentos de apoio para a elaboração dos planos de acção e das propostas de adesão ao projecto da CETSAP.

Assim preparamos os seguintes documentos:

- 1.1 - Documento de apresentação do Projecto CETSAP:

“Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas - CETSAP”

- 1.2 -Documento explicativo dos objectivos da CETSAP:

“Desenvolver um turismo de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável”

- 1.3 - Documento a enunciar os principais pontos do programa de acção:

“Turismo sustentável nas empresas turísticas situadas no parque natural”

- 1.4 -Guia do plano de acção:

“Problemáticas a abordar pela empresa na proposta de adesão à CETSAP”

1.1. Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas

-CETSAP-

Os espaços naturais surgem cada vez mais como destinos turísticos em que a existência de valores naturais e culturais constituem atributos indissociáveis do turismo de natureza.

As áreas protegidas são, deste modo, locais privilegiados como novos destinos, em resposta ao surgimento de outros tipos de procura, propondo a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e às culturas locais, cujo equilíbrio, traduzido nas suas paisagens, conferem e transmitem um sentido e a noção de “único” e de “identidade de espaço”, que vão rareando um pouco por todo o território.

O Parque Natural de S. Mamede é um território em que, pelas suas características naturais e culturais, esta tendência se tem manifestado de uma forma progressivamente acentuada razão para que, enquanto serviço público, este procure conciliar a preservação dos valores naturais e culturais, com uma actividade turística a eles ajustada.

Assim, somos levados a considerar o turismo enquanto actividade triplamente sustentável:

- Ecologicamente, assegurando a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade,
- Cultural e socialmente, assegurando a manutenção dos valores culturais e sociais, contribuindo para a identidade da comunidade,
- Economicamente, contribuindo para o desenvolvimento económico local, através da promoção de emprego e dos produtos e saberes locais.

Foi neste espírito, e apostando numa dinâmica participada pelas empresas e operadores turísticos locais, que o Parque Natural de S. Mamede, subscreveu em Abril de 1999, a sua adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável, contribuindo, pela sua parte, para que seja possível o desenvolvimento de um turismo de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A carta europeia de turismo sustentável vai ao encontro das prioridades mundiais e europeias recomendadas pela Agenda 21 (adoptada na convenção do Rio 1992) e pelo 5º programa de acções comunitárias para o desenvolvimento sustentável.

Esta carta foi elaborada por um grupo constituído por representantes europeus de áreas protegidas, do sector turístico e seus parceiros. A ideia da CETS surge após uma primeira reflexão (1991) pela Federação *Europarc*, ideia que concretizou-se com a publicação do relatório *“Loving Them to death?”*.

Actualmente a CETS faz parte das prioridades do programa de acções - “*Des Parcs pour la vie*” - da União Mundial para a Natureza (UICN) e segue ainda os princípios enunciados na Carta mundial de turismo sustentável elaborada em Lazarote (1995).

1.2. Desenvolver um turismo de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável

O objectivo da Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas (CETSAP) é favorecer o desenvolvimento sustentável da região, respondendo responder às necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações futuras, ou seja, um desenvolvimento sócio-económico, cultural e ambiental equilibrado.

Assim a CETSAP, exprime a vontade dos parques naturais e dos profissionais de turismo em favorecer um turismo de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Para tal será necessário desenvolver uma estratégia local que favoreça um turismo sustentável, desenvolvendo actividades e acolhimentos turísticos que respeitem e preservem a longo prazo os recursos naturais, culturais e sociais, e simultaneamente contribuam para uma desenvolvimento económico da região.

Os signatários da CETSAP dividem-se em três grupos:

- Parque natural
- Empresas turísticas
- Operadores turísticos

O parque natural ao aderir à CETSAP, compromete-se em realizar um diagnóstico das necessidades do território (problemas e oportunidades) que deverá ser aceite pelos diferentes parceiros. Esta abordagem tem como intuito a definição de uma orientação turística mais apropriada à realidade de cada território.

A empresa turística, fica implicada em elaborar um diagnóstico da sua actividade, com o objectivo de articular a sua oferta com as expectativas dos visitantes e a valorização do património local. Reduzindo de igual forma o impacto das suas actividades sobre o meio natural.

O operador turístico, deverá compatibilizar a oferta das suas actividades com os objectivos do território, não pondo em causa os recursos patrimoniais da área.

O parque natural ao ser o primeiro signatário da CETS, compromete-se a implementar uma estratégia de turismo sustentável com os parceiros.

Como aderir à CETSAP:

Parque	Empresa turística	Operador turístico
- Realizar um diagnóstico das necessidades do território e das actividades turísticas; - Redigir uma estratégia turística segundo os princípios enunciados na carta; - Reorientar os objectivos a partir dessa informação.	- Realizar um diagnóstico de actividades da empresa; - Redigir uma estratégia para a empresa segundo os princípios da carta; - Reorientar os objectivos.	- Redigir a estratégia segundo os princípios da carta; - Reorientar os objectivos.
- Apresentar a estratégia e o plano de acção para os próximos 5 anos à comissão de avaliação europeia; - Receber um especialista, nomeado pela comissão de avaliação europeia, disponibilizando toda a informação necessária; - Assinar o documento onde se compromete a realizar o programa de acções no prazo máximo de 5 anos.	- Apresentar a estratégia e o plano de acção para os próximos 3 anos à comissão de avaliação europeia ; - Receber um especialista, nomeado pela comissão de avaliação europeia, disponibilizando toda a informação necessária; - Assinar o documento onde se compromete a realizar o programa de acções em parceria com o parque e a comissão de avaliação europeia, no prazo máximo de 3 anos.	- Apresentar a estratégia e o plano de acção para o próximo ano à comissão de avaliação europeia; - Receber um especialista, nomeado pela comissão de avaliação europeia, disponibilizando toda a informação necessária; - Assinar o documento onde se compromete a realizar o programa de acções em parceria com o parque e a comissão de avaliação europeia, no prazo máximo de um ano.
- Avaliação dos resultados da estratégia ao fim de cinco anos.	- Avaliação dos resultados da estratégia ao fim de três anos.	- Avaliação dos resultados da estratégia ao fim de um ano.
- O processo de renovação da adesão à CETS é idêntico à primeira adesão.	- O processo de renovação da adesão à CETS é idêntico à primeira adesão, devendo ser realizado com uma periodicidade de 3 anos.	- O processo de renovação da adesão à CETS é idêntico à primeira adesão, devendo ser realizado com uma periodicidade de 1 anos.

Quais os benefícios ao aderir à CETS:

Parque	Empresa Turística	Operador Turístico
Ser distinguido a nível europeu como um território que contribui para o turismo sustentável.	Ser distinguida a nível europeu.	Ser distinguido a nível europeu.
Influencia e impulsiona o desenvolvimento do turismo sustentável no território.	Adoptar uma posição ambiental, respeitosa e amiga do ambiente.	Adoptar uma gestão ecológica da sua empresa.
Cria uma melhor articulação entre os diferentes sectores e parceiros.	Desenvolve novas oportunidades comerciais por: - atrair uma clientela seduzida pelas áreas protegidas; - desenvolver novas ofertas turísticas durante todo o ano.	Desenvolve novas oportunidades comerciais por: - atrair uma clientela sensível as áreas protegidas; - propondo uma oferta que responde às expectativas de uma clientela europeia; - desenvolver uma parceria com os operadores turísticos de outros países da Europa.
Proporciona uma maior implicação dos profissionais de turismo nas políticas do Parque.	Reforça a qualidade da oferta junto da clientela por ter: - uma melhor organização do turismo no território; - uma informação de qualidade sobre a área protegida.	Reforça a qualidade da sua oferta por: - propor um acolhimento mais organizado na área protegida; - fazer intervir os agentes locais; - obtendo o suporte da área protegida na elaboração dos seus produtos.
Reforça as acções de sensibilização.		Reforça a satisfação dos visitantes por: - formalizar o seu empenhamento em favor do turismo sustentável; - fazendo o acompanhamento de qualidade de pequenos grupos.
Favorece um desenvolvimento socio-económico em harmonia com o ambiente.		
Desenvolve os produtos típicos da região, com qualidade e em harmonia com o ambiente.		
Reforça a credibilidade junto da opinião pública.		

1.3. Turismo Sustentável Nas Empresas Turísticas Situadas no Parque Natural

Ao aderir à Carta Europeia de Turismo Sustentável nos espaços protegidos, o responsável da empresa turística compromete-se a trabalhar em parceria com o Parque Natural, e tudo fazer para reduzir os impactes da sua actividade no meio ambiente. Orientando a orientar a sua actividade de forma a que essa contribua para um desenvolvimento económico e social do território assim como para uma melhoria da qualidade de vida das populações.

A carta permite á empresa signatária:

- Ser distinguida a nível europeu
- Poder desenvolver novas oportunidades comerciais através de:
 - angariação de uma nova clientela seduzida pelas áreas protegidas
 - criação de novas ofertas turísticas viradas para a descoberta do meio ambiente
 - criação de uma oferta turística durante todo o ano
 - estabelecimento de uma parceria comercial com outros actores económicos da região
 - conhecimento da frequência turística da área protegida e das expectativas actuais e futuras dos visitantes
- Poder aumentar a qualidade da oferta turística através de:

- uma melhor organização do turismo no território
- uma informação de qualidade sobre a área protegida
- Poder racionalizar os gastos através de:
 - uma melhor gestão do consumo da água, da energia e do espaço
 - utilização de técnicas de gestão ambiental adequadas

Obrigações do responsável da empresa turística

Aceitar e respeitar os princípios enunciados na CETS, adaptando-os a sua actividade.

Definir uma estratégia, a ser aplicada a médio e curto prazo, em estreita parceria com a instituição responsável pela área protegida de forma a contribuir para um desenvolvimento sustentável do território.

A empresa deverá elaborar e apresentar um diagnóstico das actividades realizadas na área protegida, de forma a permitir definir ou reestruturar a sua estratégia em consonância com os princípios subjacentes a uma área protegida.

Orientar a estratégia através de um programa de acções.

O programa de acções deverá abordar os seguintes temas:

- **Melhorar a qualidade de oferta turística**

- *Caracterização dos visitantes*

A empresa deverá recorrer a estudos de marketing de forma a conhecer as expectativas actuais e potenciais dos visitantes, permitindo-lhe ajustar a oferta à procura turística.

Deverá existir uma colaboração com a área protegida, de forma a que os produtos e actividades turísticas estejam de acordo com os objectivos da protecção ambiental.

- *Serviços de Qualidade*

A empresa compromete-se a desenvolver as diferentes actividades apostando na qualidade de acolhimento, dos serviços, dos equipamentos, dos produtos promocionais e da comercialização.

- *Aliciar novos tipos de visitantes*

A empresa deverá ainda contribuir para atrair clientes que estejam sensibilizados para a qualidade do ambiente, sem esquecer aqueles que são normalmente ignorados pelas ofertas turísticas (deficientes, jovens,). Esta acção evita discriminações na selecção dos visitantes.

- **Criação de uma oferta turística específica**

A empresa deverá elaborar uma proposta de oferta turística adaptada às áreas protegidas, favorecendo a descoberta e valorização do património natural e cultural.

- **Sensibilização do público**

- *Educação e interpretação*

A empresa deverá introduzir um carácter pedagógico em todas as actividades desenvolvidas. Encorajando o visitante a adoptar uma postura mais ambientalista.

- *Informação aos visitantes*

Disponibilização de uma informação de qualidade sobre a área protegida (mapas, guias turísticos, etc.).

Informando sobre os objectivos de conservação do património, desenvolvimento sustentável, e sobre os princípios de um turismo responsável.

- *Marketing e promoção responsável*

Todas as acções de promoção e venda da empresa deverão permitir ao visitante uma percepção do real valor da área

protegida. Os documentos divulgados deverão por em evidência o carácter frágil do território.

A empresa poderá e deverá indicar a sua adesão a CETS.

- **Formação**

A formação deverá ser um instrumento prioritário para a concretização dos objectivos da empresa, sensibilizando os seus funcionários a adoptar uma postura mais ecológica (racionalização dos recursos e utilização de produtos recicláveis). Permitirá igualmente uma melhor qualificação dos funcionários, o que se repercutirá na informação dada ao visitante sobre o património natural e cultural

- **Preservação e aumento da qualidade de vida das populações**

De forma a garantir a aceitação por parte da população local, a empresa deverá ao máximo contribuir para o melhoramento da qualidade de vida das populações, garantindo uma gestão equilibrada das suas actividades enquadradas sempre que possível nos acontecimentos locais.

- **Protecção e valorização do património**

- Respeitar a capacidade de carga

As actividades turísticas propostas pela empresa deverão ser compatíveis com os objectivos de conservação da Área protegida.

Torna-se essencial garantir que a actividade provoque o mínimo impacte no ambiente, sendo para isso necessário respeitar as recomendações específicas da área protegida, recorrendo sempre que necessário aos técnicos do Parque na concepção de novas actividades.

- Valorização do património

A empresa turística deverá participar, sempre que possível, na valorização do património natural, cultural, histórico da área em que exercem a sua actividade.

As actividades devem incentivar a compreensão e a descoberta do património.

- Preservação dos recursos naturais

A empresa deverá desenvolver um programa de gestão do consumo de água e das energias de forma a reduzir os custos e preservar os recursos naturais. Existindo igualmente uma preocupação constante na redução tanto da poluição atmosférica como da dos aquíferos.

A compra de produtos “amigos do ambiente” (biodegradáveis, recicláveis, reutilizáveis ou reciclados) deve ser uma das prioridades de acção da empresa.

- Contributo da empresa na preservação do património

A empresa deverá contribuir para a limpeza e manutenção do ambiente tanto no espaço que rodeia o seu estabelecimento como nas áreas de intervenção das suas actividades. Igualmente deverá preservar a riqueza natural e seguir as recomendações relativamente à protecção da flora e da fauna.

- **Desenvolvimento económico e social**

- *Apoio à economia local*

A política adoptada pela empresa deve privilegiar os produtos e serviços locais de forma a incentivar as actividades tradicionais e contribuir para o desenvolvimento da região.

- *Desenvolver novas oportunidades de emprego*

A empresa deverá proporcionar sempre que possível a integração social através da criação de postos de trabalho (jovens á procura do primeiro emprego, desempregados...)

- **Conhecimento da frequência turística**

- *Conhecer os fluxos dos visitantes*

A empresa deve conhecer os fluxos dos visitantes tanto no espaço como no tempo, com a finalidade de não sobrecarregar as zonas mais sensíveis do território com as suas actividades.

- Orientação dos fluxos turísticos

A empresa deve orientar os visitantes para os locais menos sensíveis da área protegida, respeitando os itinerários e percursos turísticos existentes. Deve ainda encorajar a vinda dos visitantes fora dos períodos de maior fluxo.

- **Rede de transportes**

Deve estimular os seus clientes a utilizar os transportes públicos, ou a descobrir o Parque Natural através de meios de transporte não poluentes (bicicleta, cavalo, a pé...)

- **Gestão e integração do equipamento turístico**

A empresa deve respeitar tanto a traça como os materiais arquitectónicos da região sendo qualquer alteração ou construção sujeita à aprovação das autoridades competentes.

O trabalho em parceria

Aderir à CETS, é adoptar um método de trabalho baseado sob um princípio de parceria, o que implica uma cooperação intensa entre o parque natural, as empresas e operadores turísticos e, outros actores locais.

A estratégia proposta pelo parque natural é obrigatoriamente definida e posta em prática em parceria com os representantes do sector turístico, os outros sectores económicos, a população do território e as autoridades locais.

Validar a estratégia e o plano de acção

A empresa submeterá a sua estratégia e plano de acção à comissão europeia de avaliação que se pronunciará sobre o projecto em causa. Receberá a visita de um especialista de turismo sustentável encarregado de avaliar a qualidade da candidatura.

A estratégia e o plano de acção deverão responder às exigências fixadas pela CETS sendo coerentes com as necessidades e prioridades do território.

O contrato de compromisso será assinado entre a empresa, o parque natural e a comissão europeia de avaliação.

Avaliação dos resultados da estratégia

A empresa compromete-se a seguir e avaliar os resultados da sua estratégia e do seu plano de acção, realizando um relatório anual a ser apresentado ao parque natural. Será essencial um acompanhamento sistemático da satisfação

dos clientes nomeadamente através da aplicação de um inquérito por questionário.

1.4. Problemáticas a abordar pela empresa na proposta de adesão à

CETSAP

(Documento adaptado posteriormente a cada um dos parceiros)

I. Enquadramento da empresa

- Caracterização:
 - Nome da empresa;
 - Localidade;
 - Ramo de actividade;
 - Número de trabalhadores e formação;
 - Quantos anos de actividade;
 - Breve história da empresa;
 - Falar sobre o ponto “*prestação de um serviço de qualidade*”.
- Apresentar as dificuldades com que a empresa se depara no desenrolar das suas actividades.
- Apresentar as razões para a adesão da empresa à Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas.

II. Caracterização do Cliente

- Utilizar estatísticas – se possível estabelecer uma comparação entre anos diferentes (aconselhado a ilustração de dados através

de gráficos) – e focar pontos como: nacionalidade, número de clientes, época do ano em que a actividade da empresa é mais intensa,

- Referir a que tipo de clientes se dirige preferencialmente a actividade da empresa (será assim possível identificar os propósitos da sua estratégia para a adesão à CETSAP).
- Conhecer os clientes da empresa, as suas expectativas, sugestões e críticas (através da aplicação do inquérito por questionário ou ficha de apreciação do serviço).

III. Criação de uma oferta turística específica

- Intenção de estabelecer parcerias com empresas de animação turística, direccionadas para um turismo de natureza – educação ambiental, interpretação e conhecimento do património histórico-cultural).
- Adaptar a oferta da empresa a novos clientes
 - Criação de pacotes turísticos específicos para grupos de jovens e idosos
 - Adaptação das instalações da empresa ao acolhimento de indivíduos com deficiências motoras

IV. Estratégia de divulgação e sensibilização do público

- Referir estratégias de divulgação utilizada (pagina da empresa na internet, propaganda, ...).
- Disponibilizar informação sobre o Parque Natural.
- Disponibilizar um local (placar ou espaço) onde se divulgue as actividades desenvolvidas na região do PNSSM: feiras, exposições, espectáculos, iniciativas das associações, etc..

V- Formação

- Possibilitar a realização de estágios profissionais:
 - Tipo de estágios (curricular ou profissional)
 - À quantos anos proporciona estágios ou se está disposto a aceitar estagiários na área de hotelaria
 - Quantos estagiários já teve e tem actualmente
- No caso de existirem acções de formação realizadas por outras entidades se estará disposto a aderir.

VI. - Desenvolvimento económico e social com vista a uma melhoria da qualidade de vida dos habitantes

- Faz parte de alguma associação regional?
 - Quais os objectivos da mesma, e a forma como contribui para o desenvolvimento económico e social?
 - Caso não pertença a nenhuma associação está disposto a aderir
- Utilização e promoção dos produtos regionais
 - Quais já utiliza?
 - Perspectivas futuras (vai continuar a utilizar?; vai intensificar os contactos com os produtores locais?)
- Promoção da gastronomia local
 - Quais os pratos regionais que confecciona?
 - Perspectivas futuras (vai continuar a confeccionar; vai introduzir novos pratos tradicionais?)
- Promoção cultural
 - Promover o artesão local (proporcionar exposições)
 - Se usa louça tradicional deve referir
- Emprego
 - Referir mais uma vez os estágios profissionais (qual a prática existente na empresa). Se existe possibilidade de integração dos estagiários na empresa?
 - Proporciona emprego sazonal?

- Perspectivas futuras - contacto com centro de emprego da zona.

VII.- Medidas de protecção ambiental

- Tratamento e redução dos resíduos
 - Medidas já praticadas na empresa
 - Medidas a praticar no futuro
- Redução dos gastos de energia
 - Medidas já praticadas na empresa
 - Medidas a praticar no futuro
- Tratamento e redução do consumo de água
 - Medidas já praticadas na empresa
 - Medidas a praticar no futuro
- Qualidade do ar
 - Medidas já praticadas na empresa
 - Medidas a praticar no futuro

VIII.- Síntese conclusiva

Nota:

- Em qualquer dos pontos atrás referido, será necessário apresentar actividades concretas.
- Seria interessante a ilustração da proposta com a digitalização de algumas fotografias do estabelecimento em causa
- Para melhor capacidade de resposta do Parque, pedimos em documento em anexo, que nos seja apresentado as principais dificuldades com que a empresa se depara no desenrolar da sua actividade.

INTEGRAÇÃO DO
PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE
NA CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL

ANEXO IV
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ADESÃO

ANEXO IV - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ADESÃO:

A partir do trabalho efectuado com o grupo piloto de empresas e operadores turísticos, foi elaborada uma grelha de avaliação, em que identificamos cada vector e cada acção concreta por uma sequencia lógica de números (Tipo Índice).

A Legenda da grelha foi baseada nos pontos estratégicos propostos pela CETSAP e em acções concretas realizadas pelas empresas piloto deste projecto. Foi definido que esta Legenda seria, para a realidade actual do PNSSM, o ideal de acções a serem postas em prática pelas empresas e operadores turísticos.

Assim para cada um dos planos de acção apresentados procedeu-se ao enquadramento nos diferentes pontos estratégicos da CETSAP das acções já praticadas pela empresa **(R)** e das acções propostas pela empresa **(P)**, de forma a ser mais fácil a avaliação dos planos de acção dos parceiros.

1.1.- LEGENDA DA GRELHA DE AVALIAÇÃO:

I - MELHORAMENTO DA QUANTIDADE DE OFERTA TURÍSTICA

1 – Conhecer os clientes da empresa, as suas expectativas, sugestões e críticas

1.1.- Aplicação de um inquérito por questionário ou ficha de apreciação do serviço

2 – Adaptar a oferta a novos clientes

2.1 – Criação de pacotes turísticos para grupos de jovens

2.2 – Criação de pacotes turísticos para idosos

3 – Criação de condições na empresa ao acolhimento de indivíduos com deficiências motoras

II - CRIAÇÃO DE UMA OFERTA TURÍSTICA ESPECÍFICA

1 –Parceria com empresas de animação turística/Turismo de Natureza ou qualquer diligência e contactos efectuados no sentido de promover o Turismo Natureza.

III - SENSIBILIZAÇÃO DO PUBLICO

1 – Disponibilizar informação sobre o PNSSM

2 – Disponibilizar um espaço para divulgação das actividades desenvolvidas na região do PNSSM

3 – Realização de programas de educação ambiental e interpretação da flora e fauna

- 4 - Realização de programas de educação ambiental e interpretação do património histórico e sócio-cultural

IV - FORMAÇÃO

- 1 - Realização ou Participação em acções de formações sobre turismo sustentável
- 2 - Proporcionar a realização de estágios profissionais na área de hotelaria

V - PRESERVAÇÃO E MELHORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DOS HABITANTES &

VII - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

- 1 - Desenvolver práticas e actividades turísticas que promovam a agricultura e os produtos locais
- 2 - Utilização e promoção dos produtos regionais
- 3 - Promoção da gastronomia local
- 4 - Promoção cultural
 - 4.1 - Promover o artesanato local*
 - 4.2 - Uso de louça tradicional*
 - 4.3 - Visitas organizadas pelas empresas aos artesãos locais*
- 5 - Proporcionar emprego
 - 5.1 - Proporcionar emprego*
 - 5.2 - Proporcionar emprego sazonal*
- 6 - Realizar actividades que permitam um encontro harmonioso entre a população e os visitantes
- 7 - Favorecer o reencontro entre a população e os visitantes

8 – Diminuir a poluição sonora dentro das localidades

VI – PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EXISTENTE (NATURAL, CONSTRUÍDO E SÓCIO-CULTURAL)

1 – Tratamento e redução dos resíduos

1.1. – Usar toalhas e guardanapos de pano

1.2.– Eliminar o uso de garrafas de plástico ou cartão

1.3.– Eliminar o uso de objectos descartáveis

1.4. – Utilizar material ecológico no escritório

1.5.– Separação dos resíduos

2 – Redução dos gastos de energia

2.1 – Utilização e lâmpadas de baixo consumo

2.2 – Utilização de sistemas de controlo de gasto de energia

2.3 – Inspeções regulares às instalações de aquecimento

2.4 – Utilização de energias renováveis

3 – Tratamento e redução do consumo de água

3.1 – Limitar os fluxos das torneiras

3.2 – Utilizar cisternas de autoclismo com descarga reduzida

3.3 – Dar a opção aos clientes de voltarem a reutilizar as toalhas do quarto

3.4 – Usar detergentes ecológicos

4 – Qualidade do ar

4.1 – Eliminar os sprays e aparelhos com CFC's

4.2 –Adoptar sistemas alternativos que contribuam para uma menor poluição do

ar

5 – Redução da poluição sonora

5.1 – Proporcionar preferencialmente actividades que utilizem os percursos pedestres

6 – Recuperação de património construído para efeitos turísticos (mantendo as suas fachadas)

VIII – ORIENTAÇÃO DA FREQUÊNCIA TURÍSTICA

1 – Conhecer o visitante ou cliente

1.1.– Aplicação de inquéritos por questionário

1.2.– Ficha de inscrição

1.3.– Ficha de apreciação

2 – Canalização do fluxo turístico no espaço

2.1 – Proporcionar oferta de actividades turísticas em espaços não sobrecarregados

3 – Canalização do fluxo turístico no tempo

3.1 – Oferecer e promover iniciativas que sejam concretizáveis durante os meses de menor fluxo turístico

4 – Controlo dos transportes utilizados dentro da área protegida

4.1 – Promover preferencialmente percursos pedestres

4.2 – Diminuir o uso de viaturas todo-o-terreno (uso regulamentado pelo PNSSM).

1.2. Grelha de Avaliação das propostas de adesão (grupo Piloto)

ALBERGARIA EL-REI DOM MANUEL

Problemáticas	I Melhorament o da qualidade de oferta turística		II Criação de uma oferta turística específica		III Sensibilizaçã o do público		IV Formação		V Preservação e melhorament o da qualidade de vida dos habitantes & VII Desenvolvim ento económico e social		VI Protecção e valorização do património existente (Natural, construído, sócio- cultural)		VIII Orientação da frequência turística	
	Acções													
Nome da Empresa	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P
Albergaria El Rei Dom Manuel	3.	1.1./ 2.1./ 2.2.	1.		1./ 2./ 3./ 4.	1./ 2.	1./ 2.	1./ 2.	2./ 3./ 5.1./ 5.2.	4.1./ 5.1.	1.1./ 1.2./ 1.4./ 1.5./ 2.1./ 2.2./ 3.1./ 3.2./ 3.3./ 4.1./ 4.2./ 6.	1.5.	1.2.	1.1.

ALBERGARIA EL-REI DOM MANUEL

ACÇÕES	REALIZADAS	PROPOSTAS
I	3. Instalações adaptadas ao acolhimento de indivíduos com deficiências.	1.1. Aplicação de um inquérito por questionário; 2.1. Criação de pacotes turísticos para jovens; 2.2. Criação de pacotes turísticos para idosos.
II	1. Trabalham em parceria com empresas de animação turística.	
III	1. Já disponibilizam informação sobre o PNSSM; 2. Fazem a divulgação de acontecimentos e actividades desenvolvidas na região – através de panfletos que colocam na recepção anunciando espectáculos, feiras, exposições, iniciativas, entre outras; 3. Distribuição de folhetos que motivem o conhecimento e exploração da fauna e flora; 4. Fazer a divulgação de informação, alertando os clientes para a conservação.	1. Divulgação da área do PNSSM através dos folhetos informativos disponibilizados pelo mesmo; 2. Disponibilização de informação realizada com actividades desenvolvidas na região.
IV	1. Dois dos seus trabalhadores estão inscritos numa acção de formação desenvolvida em conjunto com a RTSM e a Escola Superior de educação de Portalegre; 2. Novas oportunidades de emprego através da realização de estágios.	1. Aderem a acções de formação realizadas por outras entidades; 2. Continuação da política de realização de estágios.
V & VII	2. Promoção dos produtos da região contribuindo para o desenvolvimento da economia local; 3. Promoção da gastronomia local; 5.1. Proporciona 8 postos de trabalho – com os 3 estagiários actuais pensão realizar contratos de trabalho. 5.2. Emprego sazonal	4.1. Expor artesanato da região no estabelecimento; 5.1. Proporcionar emprego e experiência profissional à população através de estágios que poderão levar à integração na empresa.

VI	1.1. Utilizam guardanapos e toalhas de pano; 1.2. Utilizam preferencialmente garrafas de vidro; 1.4. Utilização papel reciclado para diversas funções; 1.5. Fazem a separação dos resíduos; 2.1. Utilizam lâmpadas de baixo consumo; 2.2. Utilização de ar condicionado e aquecimento central regulado à temperatura pretendida; sistema de sinalização de segurança que emite muita luz e ; sistema de cartão para a abertura dos quartos e que simultaneamente ligar/desliga todos os dispositivos eléctricos; 3.1. Limitação dos fluxos das torneiras; 3.2. Utilização de cisternas de autoclismo para a efectuação de descargas reduzidas; 3.3. Dão a opção aos clientes para poderem reutilizar as toalhas dos quartos; 4.1. Utilização de insecticidas que funcionam sob pressão mas não contêm CFC's; 4.2. Recuperador de calor, que funciona a energia eléctrica de baixo consumo e queima combustível ecológico; 6. Recuperação de uma casa de habitação de estilo rústico (em estado de degradação) mantendo as fachadas.	1.5. Fazer uma recolha selectiva dos resíduos (urgência de ecopontos).
VIII	1.2. Utilização de uma ficha de inscrição que permite a caracterização geral dos clientes da empresa.	1.1. Aplicação de inquérito por questionário.

SOLAR DAS AVENCAS

Problemas	I Melhoramen to da qualidade de oferta turística		II Criação de uma oferta turística específica		III Sensibilizaçã o do público		IV Formação		V Preservação e melhoramen to da qualidade de vida dos habitantes & VII Desenvolvi mento económico e social		VI Protecção e valorização do património existente (Natural, construído, sócio- cultural)		VIII Orientação da frequência turística	
	Acções													
Nome das Empresas	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P
Solar das Avencas	1.1./ 3.		1.		1./ 2./ 3./ 4.	1.	1.	1.	2./ 3./ 4.1./ 5.1.		1.1./ 1.2./ 1.4./ 1.5./ 2.1./ 2.4./ 3.1/ 3.2./ 4.1./ 4.2.	3.3.	1.2./ 1.3.	

SOLAR DAS AVENCAS

ACÇÕES	REALIZADAS	PROPOSTAS
I	1.1. Ficha de apreciação do serviço; 3. Instalações adaptadas ao acolhimento de indivíduos com deficiências (divisões amplas) e aquisição de uma cadeira de rodas.	
II	1. Trabalham em parceria com três empresas de animação turística.	
III	1. Já disponibilizam informação sobre o PNSSM; 2. Fazem a divulgação de acontecimentos e actividades desenvolvidas na região – através de panfletos que colocam na recepção anunciando espectáculos, feiras, exposições, iniciativas, entre outras; 3. Promovem programas de interpretação da fauna e flora; 4. Promovem programas de interpretação do património histórico e sócio-cultural (aquisição de informação na RTSM).	1. Divulgação da área do PNSSM através dos folhetos informativos disponibilizados pelo mesmo;
IV	1. Participam em acções de formação ligadas ao turismo sustentável.	1. Aderem a acções de formação realizadas por outras entidades.
V & VII	2. Promoção dos produtos da região contribuindo para o desenvolvimento da economia local; 3. Promoção da gastronomia local através da apresentação de um cardápio tradicional; 4.1. Divulgação do artesanato local; 5.1. Proporciona 1 postos de trabalho.	
VI	1.1. Utilizam guardanapos e toalhas de pano; 1.2. Utilizam preferencialmente garrafas de vidro; 1.4. Utilização papel reciclado e sua reutilização para diversas funções; 1.5. Fazem a separação dos resíduos; 2.1. Utilizam lâmpadas de baixo consumo; 2.4. Utilizam lareira (o que reduz a utilização de aquecimento de sistema eléctrico); 3.1. Limitação dos fluxos das torneiras;	3.3. Dar a opção aos clientes para a reutilização das toalhas do quarto.

	3.2. Utilização de cisternas de autoclismo para a efectuação de descargas reduzidas; 4.1. Não utilização de sprays aromáticos; 4.2. Combustão de folhas de eucalipto e de vinha; .	
VIII	1.2.Utilização de uma ficha de inscrição que permite a caracterização geral dos clientes da empresa; 1.3. Ficha de apreciação dos serviços.	

POUSADA STª MARIA

Problemáticas	I Melhoramento da qualidade de oferta turística		II Criação de uma oferta turística específica		III Sensibilização do público		IV Formação		V Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes & VII Desenvolvimento económico e social		VI Protecção e valorização do património existente (Natural, construído, sócio-cultural)		VIII Orientação da frequência turística	
	Acções													
Nome das Empresas	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P
Pousada St ^a Maria	1.1./ 2.1./ 2.2./ 3.		1.			1./ 2.	1./ 2.	1./	2./ 3./ 4.1./ 4.2./ 5.1./ 5.2.		1.1./ 1.3./ 1.4./ 1.5./ 2.1./ 3.3./ 6.	1.5./ 2./ 3.2./ 3.4./ 4.1	1.2./ 1.3.	

POUSADA STª MARIA

ACÇÕES	REALIZADAS	PROPOSTAS
I	1.1. Aplicação de uma ficha de apreciação (Enatur Pousadas de Portugal S.A.); 2.1. Programas especiais para menores de 30 anos (de acordo com a política de marketing da empresa); 2.2. Programas especiais para idosos (mais de 60 anos – de acordo com a política de marketing da empresa); 3. Colaboração dos funcionários no acolhimento de indivíduos com deficiências motoras.	
II	1. Trabalham em parceria com empresas de animação turística.	
III		1. Estudar a melhor forma para a divulgação da área do PNSSM, e disponibilização de folhetos informativos; 2. Criar um espaço para a divulgação de acontecimentos e actividades desenvolvidas na região – através de panfletos que colocam na recepção anunciando espectáculos, feiras, exposições, iniciativas, entre outras.
IV	1. Realização de acções de reciclagem dos trabalhadores da empresa, participação em acções de formação e desenvolvimento de uma campanha de sensibilização aos empregados; 2. Proporciona anualmente estágios a alunos do Instituto Nacional de formação Turística (INFT) ou de outras escolas profissionais.	1. Colocar um PVL alertando os clientes para desligar as luzes e a televisão; realização de campanhas de sensibilização dos funcionários; introduzir uma componente ecológica nos estágios profissionais realizados na empresa.
V & VII	2. Promoção dos produtos da região contribuindo para o desenvolvimento da economia local;	

	3. Promoção da gastronomia local através da apresentação de um cardápio tradicional; 4.1. Promove o artesanato local; 4.2. Utiliza louça tradicional; 5.1. Proporciona 27 postos de trabalho, recorrendo sempre que necessário ao centro de emprego; 5.2. Emprego sazonal – 2 postos de trabalho temporário na época de maior ocupação.	
VI	1.1. Utilizam guardanapos e toalhas de pano; 1.3. Redução da utilização de embalagens de tara perdida; 1.4. Utilização papel reciclado e reutilização de papel para diversas funções; 1.5. Fazem a separação dos resíduos – só vidros; 2.1. Utilizam lâmpadas de baixo consumo; 3.3. Dão a opção aos clientes para poderem reutilizar as toalhas dos quartos; 6. Recuperação de um edifício estilo rústico (em estado de degradação) mantendo as fachadas.	1.5. Fazer uma recolha selectiva dos resíduos logo que sejam disponibilizados os ecopontos. 2. Colocar um PVL alertando os clientes para desligarem as luzes e a televisão. 3.2. Utilização de cisternas de autoclismo para a efectuação de descargas reduzidas; 3.4. Utilização de detergentes biodegradáveis; 4.1. Redução da utilização de aerossóis.
VIII	1.2. Utilização de uma ficha de inscrição que permite a caracterização geral dos clientes da empresa. 1.3. Ficha de apreciação do serviço.	

MONTE DOS AROEIRAIS

	Problemáticas	I	II	III	IV	V	VI	VIII						
		Melhoramento da qualidade de oferta turística	Criação de uma oferta turística específica	Sensibilização do público	Formação	Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes & VII Desenvolvimento económico e social	Protecção e valorização do património existente (Natural, construído, sócio-cultural)	Orientação da frequência turística						
		Acções												
Nome das Empresas	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P
Monte dos Aroeirais	2./ 2.1.		1.	1.	2./ 3./ 4.		1.	1.	2./ 3./ 4.1./ 4.2./ 5.1./ 5.2.		1.1./ 1.4./ 2.1./ 2.4./ 3.1./ 3.3.		1.2.	

MONTE DOS AROEIRAIS

ACCÕES	REALIZADAS	PROPOSTAS
I	2. Pacotes turísticos para grupos de empresários (fins-de-semana de trabalho, encontros de convívio, ...); 2.1. Pacotes turísticos para grupos de jovens em idade escolar (fins-de-semana, estágios de equitação, colégios e escolas em visitas de estudo).	
II	1. Trabalha em parceria com o Centro hípico, a Coudelaria de Alter do Chão; Coudelarias particulares; a Empresa de Animação Turística sedeadada na zona; o Monte do Padrão; a Câmara Municipal de Fronteira (na ocupação de tempos livres); tem ainda contratos estabelecidos com agências de viagem e com revistas da especialidade natureza e turismo de natureza (o que permite uma oferta turística específica).	1. Formação de uma empresa de animação turística (início da actividade previsto para 2001) com pacotes turísticos de aventura, passeios a cavalo, de bicicleta,) actividades a serem realizadas com o apoio de um picadeiro coberto onde existirá bar e salão de festas (para actividades como seminários, conferências, festas, banquetes, encontros entre empresas) - projecto financiado pelo LEADER II
III	2. Placar com informações de interesse da região (enviadas pela Câmara Municipal, Região de Turismo, Coudelaria), espectáculos, cultura, ...; 3. Pacotes turísticos com programas específicos de educação ambiental e interpretação da flora e fauna e contacto com a natureza - Passeios ecológicos: "passeio pedestre na Ribeira Grande", visita ao eco-museu; semanas equestres; estágios de equitação, ...; 4. Pacotes turísticos com programas específicos de educação ambiental e interpretação do património histórico e sócio-cultural - "Ao encontro do passado", Visitas históricas, ecológicas e culturais, participação no grupo folclórico de Cabeço de Vide e no grupo de cantares e teatro da Fronteira (animação normalmente	

	desenvolvida para jovens).	
IV	1. A administradora do Monte dos Aroeirais dá formação, com acções já realizadas em: dois cursos de cozinha regional (em parceria com a Câmara municipal de Fronteira, a Associação Montes Alentejanos Espaços de Lazer e o Instituto de formação turística); e aulas de atendimento e gestão em Turismo rural.	1. Realizar cursos de formação profissional, a cozinheiras (gastronomia tradicional) e empregados de turismo rural.
V & VII	2. Serve produtos regionais de qualidade (queijo, doces, enchidos, pão); 3. Serve pratos regionais; aconselha estabelecimentos de restauração com pratos regionais; ensina receitas regionais; e sempre que solicitada fala sobre a cultura gastronómica do Alentejo. 4.1. Para decoração utiliza peças de artesanato de cortiça e madeira. 4.2. Utiliza louça de barro de fabrico local 5.1. Proporciona 2 postos de trabalho. 5.2. Emprego sazonal quando recebe grupos.	
VI	1.1. Utilizam guardanapos de pano. 1.4. Utilizam papel reciclado. 2.1. Utilizam lâmpadas de baixo consumo. 2.4. Utilizam placas solares para iluminação. 3.1. Utilizam a rega gota a gota nas zonas ajardinadas. 3.3. Dão a opção aos clientes de poderem reutilizar as toalhas do quarto.	
VIII	1.2. Caracterização geral dos clientes da empresa (através da ficha de inscrição)	

TURAVENTUR

	Problemáticas	I		II		III		IV		V		VI		VIII		
		Melhoramento da qualidade de oferta turística		Criação de uma oferta turística específica		Sensibilização do público		Formação		Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes & VII Desenvolvimento económico e social		Protecção e valorização do património existente (Natural, construído, sócio-cultural)		Orientação da frequência turística		
		Acções														
Nome das Empresas	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P
Turaventur			1.	1.	1./ 3./ 4./				2./ 3./ 4.1./ 4.3./ 5./ 6./ 7.							4.1.

TURAVENTUR

ACCÕES	REALIZADAS	PROPOSTAS
I		
II	1. Empresa de animação turística com actividades no âmbito do turismo sustentável – óptica de valorização dos recursos da região, associado ao turismo de natureza, turismo cultural e turismo de negócios (passeios de descoberta do Alentejo, a pé, de bicicleta e de jipe, para grupos e individuais).	1. Proposta de introdução, nas suas iniciativas, de actividades de desporto natureza.
III	1. Autoria e/ou co-autoria de diversas obras que versam ou incluem temáticas que visam o PNSSM – “Pela Serra de S. Mamede”; “Viagens na nossa terra”; “Passeios no Norte Alentejano”; Alentejo – cinco olhares”; “Guia de oferta turística do Norte Alentejano” – estes são novos instrumentos de informação turística e de animação, utilizados pelos visitantes individuais, pelas agências de viagem e operadores turísticos. 3. Iniciativas ligadas ao património natural – actividades ao ar livre, com o programa “aventuras medievais”. 4. Iniciativas que fazem a promoção do património edificado.	
IV		
V & VII	2. e 3. Iniciativas com actividades de degustação de produtos gastronómicos regionais – programa “Vinho, queijo e azeitonas”. 4.1. e 4.3. Património etnográfico – visitas, actividades de observação e/ou experimentação das artes e ofícios tradicionais. 5. Realização de programas que necessitam da actividade	

	complementar de oferta hoteleira e de restauração - contribuindo assim para o desenvolvimento económico-social, nomeadamente criando e/ou favorecendo a manutenção e criação de postos de emprego. 6. e 7. Contacto com artes e ofícios tradicionais - estabelecendo o visitante um contacto bastante intenso com a população local.	
VI		
VIII		4.1. Proposta de criação de um percurso pedestre de longa duração (4 dias), contribuindo para a divulgação de diversas unidades de alojamento e restauração.

EXPORT

	I Melhoramento da qualidade de oferta turística		II Criação de uma oferta turística específica		III Sensibilização do público		IV Formação		V Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes & VII Desenvolvimento económico e social		VI Protecção e valorização do património existente (Natural, construído, sócio-cultural)		VIII Orientação da frequência turística	
Problemáticas														
Acções														
Nome das Empresas	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P
Export			1.	1.	3./4.	3.							1.3.	

EXPORT

ACÇÕES	REALIZADAS	PROPOSTAS
I		
II	1. Realização de iniciativas com actividades de desporto natureza (“Portalegre Outdoor”) – Provas de combinados de aventura; jogos de estratégia; orientação; pedestrianismo, canoagem, windsurf;	1. Realização de iniciativas com actividades de desporto natureza: Realização do evento – “Aventura no Parque / Ambiente 2001” – iniciativas com carácter pedagógico e desportivo (pedestrianismo, orientação, rappel, escalada, canoagem, tiro com arco, etc).
III	3. e 4. Acções de formação, escolas de férias; passeios temáticos; safaris fotográficos; jogos tradicionais; elaboração de percursos; etc.	3. Iniciativas de educação ambiental que impliquem os participantes a actividades tais como: recolha de lixo, sensibilização das populações, limpeza dos caminhos e trilhos, visitas à fauna e flora do PNSSM, etc.
IV		
V & VII		
VI		
VIII	1.3. Ficha de apreciação das actividades realizadas.	